



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAL – IL
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, LÍNGUAS CLÁSSICAS E VERNÁCULA –
LIV
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA – PPGL
Correio eletrônico: ppgl@unb.br

O papel da Mídia na construção social do escândalo político

Luiza Hiroko Yamada Kuwae

Brasília
2006



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAL – IL
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, LÍNGUAS CLÁSSICAS E VERNÁCULA –
LIV
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA – PPGL

Luiza Hiroko Yamada Kuwae

O papel da mídia na construção social do escândalo político

Dissertação apresentada ao
Departamento de Lingüística, Línguas
Clássicas e Vernácula como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre
em Lingüística pela Universidade de
Brasília.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Josênia Antunes
Vieira

Brasília, julho de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Josenia Antunes Vieira
Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Maria Christina Diniz Leal
Membro

Prof^ª. Dr^ª. Regina Célia Pagliuchi da Silveira
Membro

Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Monteiro Sales Coroa
Suplente

Dedicatória

A meu querido pai, que cedo partiu, mas que antes tantas lições nos deixou.

Uma delas: nunca desistir de lutar e sempre acreditar.

À minha querida mãe, que sempre por nos lutou e nunca hesitou em fazer
sacrifícios.

Ao Antônio, que, no dia-a-dia, tantos incentivos me dá.

Agradecimentos

A Deus, por me proporcionar tantas alegrias e tantos aprendizados.

Aos meus pais, Aiko e Mitsuro, por me proporcionar a vida e tantas lições que me ajudam a trilhar o caminho da vida e a conquistar tantas coisas.

Ao Antônio, meu companheiro de tantas alegrias e tantas lutas. Sempre me incentivando e me auxiliando.

Ao Daniel, Fábio e Angélica. Sempre do meu lado e no meu coração.

Aos meus familiares e meus amigos, que tanto torcem por mim e tanto acreditam em mim.

À minha orientadora Josenia, de quem recebi as primeiras palavras de incentivo para fazer o mestrado, sem nem mesmo me conhecer. Acompanhou-me neste difícil trilhar, sendo sempre amiga.

À Marinete, amiga de trabalho, que nunca negou quando precisei. E aos colegas de trabalho, pela compreensão.

Aos amigos do mestrado, com que compartilhei momentos de angústias e de muitas alegrias: Tobias, Cláudia, Elda, Alessandra, Edgleuba, Jardélia, Sibebe. Há tantos outros: Cordélia, Cristiane, Harrison, Janaína...

Aos professores do LIV, com quem tanto aprendi.

Aos funcionários do Departamento, que tanto nos ajudam.

SUMÁRIO

RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: PERCURSO METODOLÓGICO	17
1.1 Movimentação entre Métodos.....	17
1.2 Fidedignidade e Validade na ADC.....	19
1.3 Corpo de Análise.....	20
1.3.1 Definindo os dados.....	20
1.3.2 Qualificando os dados.....	22
1.4 Sugestões de Métodos.....	22
1.4.1 Crítica explanatória.....	22
1.4.2 Uma estrutura analítica para ADC midiática.....	23
1.4.3 Hermenêutica de profundidade.....	24
1.4.4 Por uma Análise de Discurso Crítica.....	25
1.4.4.1 Pela prática textual.....	28
1.4.4.2 Pela prática discursiva.....	30
1.4.4.3 Pela prática sociocultural.....	30
1.5 Cruzamento dos Métodos	31
1.6 Categorias Analíticas.....	32
CAPÍTULO 2: PRIMEIRA PARADA TEÓRICA	37
2.1 Teoria Social do Discurso.....	37
2.1.1 Definição de discurso.....	37
2.1.2 Textos midiáticos.....	38
2.1.3 Lingüística Sistêmica-Funcional	40
2.1.4 Ideologia nos e pelos discursos.....	42
2.1.5 Poder pelas e nas práticas socioculturais.....	44
2.1.5.1 Poder simbólico e o campo político.....	46

2.2	Construção de Múltiplas Identidades.....	47
2.3	Formas Simbólicas.....	50
2.3.1	Conceito de formas simbólicas.....	50
2.3.2	Formas simbólicas no poder simbólico.....	51
 CAPÍTULO 3: SEGUNDA PARADA TEÓRICA.....		55
3.1	Teoria Social do Escândalo.....	55
3.1.1	História do escândalo.....	55
3.1.2	Escândalo midiático.....	55
3.1.2.1	A transformação do escândalo	57
3.1.2.2	A estrutura seqüencial dos escândalos midiáticos.	58
3.1.3	Escândalo político.....	58
3.1.3.1	Tipos básicos de escândalos políticos.....	59
3.1.3.2	Escândalo de poder.....	60
3.1.3.3	Escândalos de segurança.....	61
3.1.4	No caminho da Teoria Social do Escândalo	62
3.1.5	Escândalo político no Brasil.....	64
3.1.5.1	Radiografia do escândalo politico brasileiro na mídia brasileira.....	65
3.2	Meios de Comunicação de Massa.....	66
3.2.1	Teoria Social da Mídia.....	66
3.2.1.1	A reorganização do espaço e do tempo: quase-interação mediada	69
3.2.2	Mídia no poder e o poder na mídia.....	70
3.2.3	Teatralização do escândalo político	72
3.2.4	Jornalismo político.....	73
3.2.5	Vida social textualmente mediada.....	74
3.3	Visibilidade na Sociedade Mediada.....	75
3.3.1	A administração da visibilidade.....	77
3.3.2	Ética na imprensa.....	78
3.3.2.1	Exercício ético do jornalismo.....	79
3.3.2.2	Invasão de privacidade	81
3.3.2.3	Limites à imprensa.....	82

3.3.2.4 Jornalismo ético brasileiro.....	85
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE TEXTOS MIDIÁTICOS.....	87
4.1 Apresentação do <i>Corpus</i>	87
4.2 Análise da Prática Discursiva.....	90
4.2.1 Análise do processo de produção midiática	92
4.2.1.1 Seleção de notícias	93
4.2.2 Análise do processo de distribuição midiática.....	95
4.2.3 Análise do consumo midiático.....	96
4.2.3.1 Forma de interação midiática.....	97
4.3 Análise da Prática Textual.....	100
4.3.1 Categorias analíticas de Fairclough.....	101
4.3.2 Categorias sociológicas de van Leeuwen	109
4.3.2.1 Costurando as categorias analíticas de van Leeuwen.....	124
4.4 Análise da Prática Sociocultural.....	126
4.4.1 Mídia e poder.....	127
4.4.2 Mídia e ideologia.....	128
4.4.3 Aspecto midiático-cultural.....	135
4.4.4 Contexto sociocultural do escândalo brasileiro.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	145

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 1: Métodos utilizados.....	32
Quadro nº 2: Modos de operação da ideologia.....	33
Quadro nº 3: Categorias sociológicas de van Leeuwen.....	33
Quadro nº 4: Formas de valorização de formas simbólicas.....	51
Quadro nº 5: Formas de poder.	53
Quadro nº 6: Diferenças entre escândalo midiático e escândalo localizado.....	57
Quadro nº 7: Tipos básicos de escândalo político.....	59
Quadro nº 8: Características dos meios de comunicação – Thompson (1998).	67
Quadro nº 9: Intertextualidade manifesta - Fairclough.....	102
Quadro nº 10: Interdiscursividade - Fairclough.....	103
Quadro nº 11: Coesão lexical - Fairclough.....	105
Quadro nº 12: Inventário sociossemântico – Fairclough.....	106
Quadro nº 13: Inclusão – van Leeuwen.....	110
Quadro nº 14: Colocação em segundo plano – van Leeuwen.....	111
Quadro nº 15: Exclusão – van Leeuwen.....	112
Quadro nº 16: Nomeação – van Leeuwen.....	113
Quadro nº 17: Categorização – van Leeuwen.....	114
Quadro nº 18: Associação – van Leeuwen.....	115
Quadro nº 19: Personalização/impersonalização – van Leeuwen.....	116
Quadro nº 20: Indeterminação/diferenciação – van Leeuwen.....	117
Quadro nº 21: Ativação – van Leeuwen.....	118
Quadro nº 22: Passivação – van Leeuwen.....	119
Quadro nº 23: Sobredeterminação – van Leeuwen.....	120
Quadro nº 24: Assimilação/Individualização – van Leeuwen.....	122
Quadro nº 25: Generalização/especificação – van Leeuwen.....	123
Quadro nº 26: Legitimação – Thompson.....	129
Quadro nº 27: Fragmentação – Thompson.....	130
Quadro nº 28: Unificação – Thompson.....	131
Quadro nº 29: Reificação – Thompson.	132
Quadro nº 30: Dissimulação – Thompson.....	133

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a forma como os escândalos políticos são construídos pela mídia brasileira. Para tanto, analisei dois artigos publicados por revistas, de âmbito nacional, no ano de 2003, com o objetivo de verificar como a mídia constrói o escândalo político e quais são as formas simbólicas envolvidas. Com base na Análise de Discurso Crítica em um enfoque transdisciplinar, centrei-me na investigação de como os atores sociais são representados. Este estudo teve como pressupostos teóricos principais a Teoria Social do Discurso (Chouliaraki e Fairclough, 1999; Fairclough, 1995, 1999, 2001, 2003); a Teoria Social da Mídia e a Teoria Social do Escândalo Político, ambas de Thompson (1998, 2002). As categorias analíticas utilizadas foram as de van Leeuwen (1996, 1997) e as Fairclough (1995, 2001, 2003), para a análise da representação social dos atores sociais; os modos de operação de Thompson para a análise da ideologia. Pela análise dos textos, concluímos que as escolhas lexicais em notícias de escândalos políticos se envolvem em lutas de poder político e em lutas socioculturais, com o significado midiático a serviço do controle ideológico. Concluímos também que os meios de comunicação de massa têm um importante papel na formação de juízos de valor e, daí, na gestão da opinião política pública.

ABSTRACT

This research has the aim of investigating the way political scandals are constructed by the Brazilian media. For this, I analysed two texts published in national magazines in 2003, with the objective of verifying how the media builds up the political scandal and which symbolic forms are involved. Based on the Critical Discourse Analysis in a transdisciplinary focus, I had as a central consideration the investigation of how the social actors are represented. This study had as theoretical basis the Discourse Social Theory (Chouliaraki and Fairclough, 1999; Fairclough, 1995, 1999, 2001, 2003); Media Social Theory and The Political Scandal Theory, both from Thompson (1998, 2002). The analytical categories used were: the representation of social actors in van Leeuwen (1996, 1997) and Fairclough (1995, 2001, 2003); the ways of operation of ideology, Thompson (1995). Through the analysis of the texts, it was possible to verify how the lexical choices include struggle over political power and over socialcultural aspects, with the mediatic meaning working towards the ideological control. It was also possible to demonstrate that the mass media has an important role in the construction of concepts and, from this point, in the manegement of political public opinion.

INTRODUÇÃO

Século XXI. Época de rápidas transformações e de milhares de informações. Grandes mudanças ocorreram no século passado no campo da informação e nos campos sociopolítico e cultural. Saber ler e interpretar adequadamente as informações fazem-se necessários aos usuários da linguagem, pois os habilitarão a serem transformadores sociais.

Os fatores mencionados foram a semente do presente trabalho, que germinou com um olhar na imbricação do papel da linguagem com o aspecto político na evolução da comunicação humana. Não podemos negar que o ser humano sempre utilizou a linguagem para se comunicar com os outros e, por meio dela, sofreu e gerou transformações nos meios físico e social em que vivia. Nem podemos negar que o papel essencial da linguagem é o de ser um transformador dela, com o aspecto dialético do discurso no sentido de que é moldado pela estrutura social e é dela constitutivo. Esse importante papel repercute nas ideologias, nas relações de poder, na organização social e na manutenção da hegemonia de determinados grupos em detrimento de outros.

Outros fatores influenciaram na escolha do tema: a compreensão das grandes transformações pelas quais a comunicação humana passou com o advento dos meios de comunicação no século passado, nas áreas da produção, da recepção e da transformação das informações lingüísticas. A informação passou a ser uma mercadoria e, como tal, manipulável. Thompson (1998) acredita que os meios de comunicação não servem somente para a transmissão de informação e de conteúdo simbólico a indivíduos cujas relações com os outros permanecem fundamentalmente inalteradas, mas sim, “que o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, de novos tipos de relações sociais e de novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo” (Thompson, 1998, p. 13).

Portanto, com a criação de novas formas de ação e de interação e de novas maneiras de se exercer o poder, alteraram as características da organização espacial e temporal da vida social e política.

Uma das conseqüências da ação da mídia é a transformação da visibilidade, com o público e o privado adquirindo um novo sentido: com a publicidade midiática, independente do tamanho e da importância do evento, das ações e dos acontecimentos, eles terão sua importância e seus efeitos afetados pelas novas formas de comunicação. Assim,

Thompson (2002, p. 12) ressalta a importância dessa transformação para os líderes políticos e para a política em geral. Desenvolveu-se para tais atores um novo tipo de relacionamento com seus possíveis eleitores, um novo tipo de intimidade, que o autor chama de “intimidade não recíproca a distância”. Contudo, vimos que tal visibilidade midiática é uma espada de dois gumes: a apresentação dos políticos pode ser feita tanto de forma positiva, como negativa, ou seja, a visibilidade se torna um risco e pode revelar a fragilidade dos políticos.

Consideramos também a crescente mudança no caráter da cultura política, que tem suas raízes em alguma das estruturas que moldam o ambiente em que a atividade política acontece: o declínio dos partidos políticos baseados em classes e o crescimento do que Thompson chama de “política de confiança”, com forte ênfase no caráter, na credibilidade e na confiabilidade dos atores políticos, com características identificáveis e com uma fronteira nebulosa entre o público e o privado.

E é nesse contexto que se insere a questão do escândalo. Contudo, não se trata de um “escândalo” no conceito como era visto em tempos passados, mas de um novo fenômeno: o escândalo como evento midiático, em que a mídia cria um novo fato, que, sem a sua participação específica e consciente, não existiria.

Esse autor considera o escândalo um fenômeno social importante que pode ter sérias conseqüências, tanto para as vidas e para as carreiras das pessoas nele implicadas, como para as instituições das quais essas pessoas fazem parte. Mostra que

a importância do escândalo tem suas raízes em um mundo onde a visibilidade foi transformada pela mídia e onde poder e reputação andam de mãos dadas. O escândalo é importante, porque, em nosso moderno mundo midiático, ele afeta as fontes concretas do poder (Thompson, 2002, pg 23).

Concordamos com ele sobre estarmos vivendo em uma época de alta visibilidade midiática e, em virtude disso, os que estão em, ou aspiram a, posições de proeminência na vida pública, os chamados atores políticos, devem, hoje, agir e saber fazê-lo em um ambiente informacional mais intenso, mais extenso e menos controlável do que no passado. Para escândalo político, utiliza o termo “a espuma da vida social e política” como algo que obscurece o que realmente interessa na vida social e política, desviando a atenção do público dos problemas de real importância.

Considerando todos esses pontos, somados ao fato de que trabalho com revisão de

discursos parlamentares há nove anos, decidi fazer uma pesquisa que abordasse o discurso ou fatores ligados ao meio parlamentar. O enfoque a ser dado ainda não estava definido, mas como convivo diariamente com o Plenário e no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, temas que envolvessem o discurso político ou a figura política eram centrais para mim.

Ao cursar as disciplinas Análise do Discurso I e II e ao ler o livro “*O Escândalo Político*”, de John Thompson, sob a orientação da Professora Doutora Josenia Antunes Vieira, defini o tema: a importância da mídia na construção discursiva de um escândalo político. Complementando o que foi dito anteriormente, mais dois fatores corroboraram a minha escolha: primeiro, estamos vivendo em uma época em que os escândalos políticos e a denúncia deles pela mídia são muito fortes e presentes; segundo, não se pode negar a força dos valores simbólicos e pessoais (reputação) no atual panorama sociopolítico, os quais, como o povo está muito descrente com as instituições políticas, passaram a ter importância cada vez maior e, conseqüentemente, a ser mercantilizados.

A conseqüência disso podemos ver no nosso dia-a-dia: os escândalos políticos passaram a ser algo diário nas notícias dos meios de comunicação de massa, envolvendo personalidades nacionais e internacionais. Não lermos ou ouvirmos algo a respeito deles passou a ser algo impossível. Trata-se de tema sobre o qual se conversa em todos os lugares, independente do meio ou do nível social. Até as classes mais carentes discutem-nos em virtude do alcance do rádio. Diante desse panorama, ocorrem mudanças de valores.

Esse contexto tão presente no nosso dia-a-dia fez com que eu decidisse o tema da minha dissertação. Creio que não me desviei do tema central, que é o cenário político. Fazer uma pesquisa de como a mídia constrói ou desconstrói um escândalo ou reputação é algo premente.

Quanto à definição das questões da pesquisa, foi um processo envolvente, pois a dimensão dos papéis da mídia, da ideologia e dos processos hegemônicos é assustadora. Percebemos que ter uma idéia sobre eles é essencial para que o cidadão possa usar as práticas discursivas existentes e as que surgem em decorrência das inovações tecnológicas da comunicação. Isso o tornará personagem cada vez mais ativo nos processos de interação e mais capaz na tentativa de equilibrar as forças nas lutas de poder envolvidas em todo processo social. Contudo, como a necessidade de delimitar o tema era uma tarefa necessária em virtude do tempo, assim o fizemos. Apresentamos as nossas questões: Como

os meios de comunicação midiática constroem os escândalos políticos? Que formas simbólicas estão envolvidas em um escândalo político?

Tenho o cuidado de não abordar se o fato divulgado é (foi) ou não verdadeiro, se ocorreu ou não. Para nós, o importante é como a divulgação do fato é feita e como ela é construída, pois a capacidade de (des)construir a notícia é importantíssima para o (e)leitor.

Entendo que tal estudo tem muito a contribuir, pois, segundo Chilton e Schäffner, *apud* Thompson (2002), não há como fazer política sem a linguagem, pois é por meio do seu uso que os grupos sociais na sua constituição chegam ao que se chama “política”. O que diferencia os lingüistas dos estudiosos de ciências políticas são os fundamentos teóricos e metodológicos, que têm base na lingüística. Por estarmos em uma era que ficou conhecida como a era dos escândalos e como a era dos meios de comunicação de massa, acreditamos que a Análise de Discurso Crítica tem muito a contribuir para uma prática lingüística emancipatória por meio da educação lingüística. Daí, o nosso foco é a forma como os escândalos políticos são construídos/tratados pela mídia e a repercussão deles. Para tanto, analisarei a forma como o escândalo político que envolveu um Secretário de Governo, divulgado em setembro a novembro de 2003, foi noticiado pelos jornais e por revistas.

O presente trabalho compõe-se de de quatro capítulos:

1. o primeiro capítulo apresenta os pressupostos metodológicos da pesquisa e as categorias analíticas selecionadas. O método escolhido é o qualitativo, pois o objetivo da pesquisa é verificar como as categorias analíticas estão organizadas no texto midiático. Como a ADC não possui uma metodologia específica dela, apresentamos, em uma visão transdisciplinar, os diversos métodos utilizados na nossa pesquisa;
2. o segundo capítulo, Primeira parada teórica, aborda a Teoria Social do Discurso, segundo Fairclough, van Dijk e outros teóricos. Conforme Fairclough (2001), como qualquer evento discursivo tem uma dimensão tridimensional (a textual, a prática discursiva e a prática social), consideraremos também os conceitos de ideologia e de poder. Em virtude de o foco da nossa pesquisa serem as formas simbólicas envolvidas na formação da identidade do ator social político, ainda serão enfatizados os temas identidade e formas simbólicas. As bases teóricas dos temas acima foram as obras de Thompson (1995, 1998), de Fairclough (1992, 1995,

2001, 2003), de Chouliaraki e Fairclough (1999), de Bourdieu (2003), complementada por outros autores, como van Dijk (1997);

3. o terceiro capítulo, Segunda parada teórica, enfoca a Teoria Social da Mídia (1998) e a Teoria Social do Escândalo (2002), as duas de Thompson, que nos possibilitam analisar como o desenvolvimento da mídia repercutiu no mundo sociopolítico-cultural da sociedade moderna. Também neste capítulo, discutiremos a Ética no jornalismo e a relação entre os meios de comunicação e Estado, em cuja base teórica temos Thompson (1998), Fairclough (1995), e outros autores como Rosa (2004), Di Franco (1995), Kovach e Rosenstiel (2003).
4. no quarto capítulo, temos o *corpus* da pesquisa, que é constituído de duas reportagens de revistas sobre o escândalo que envolveu um Secretário de Governo do Governo Lula, da área de Segurança Nacional no ano de 2003, e a análise sob o ponto de vista qualitativo.

Por fim, temos as conclusões e as considerações finais. Entendo que a nossa contribuição não será no sentido de que a nossa análise seja definitiva, mas sim, o início de uma caminhada para que o (e)leitor alcance, cada vez mais, a sua independência no processo de escolha de nossos agentes políticos.

CAPÍTULO 1: PERCURSO METODOLÓGICO

1.1 Movimentação entre Métodos

Silverman (2000, p. 283) ressalta que a força particular da pesquisa qualitativa, para pesquisadores e para praticantes, é a sua habilidade em focalizar a atual prática *in situ* e em olhar como as interações sociais estão rotineiramente conectadas. Deve-se atentar para uma série de fatores, como a natureza da pesquisa, o seu objeto, as suas descrições, os seus propósitos, os recursos disponíveis, de tal forma que, ao optarmos pelo uso de métodos qualitativos ou quantitativos, tomemos decisões em termos de teoria e de metodologia, as quais mostram o nosso conceito de mundo e do pensamento da nossa pesquisa sobre as coisas, devendo a teoria ser usada para explicar algo. Enfatizamos que, nos métodos de pesquisas qualitativas, o uso de textos e de documentos não é feita de forma neutra, mas implica um modelo da forma como a realidade social trabalha, e para que se possa compreender tal realidade, deve-se, então, ter uma clara visão analítica, que providencia um quadro de conceitos e de métodos para selecionar seus dados e para iluminar a análise.

Segundo os autores Bauer, Gaskell e Allum (2002, pp. 26-27), o método qualitativo é utilizado na fase exploratória do processo de pesquisa e depois do levantamento. Já para Fairclough, com cuja visão concordam Kress e Hodge (1979), *apud* Titscher et al. (2000, p. 145), como as perspectivas de Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmica-Funcional não coincidem integralmente, a fim de obter uma teoria do discurso e de métodos para analisar textos, devem-se desenvolver “abordagens de análise de texto por meio de um diálogo transdisciplinar com perspectivas sobre linguagem e discurso imersos na teoria e pesquisa social para desenvolvermos nossa capacidade de analisar textos como elementos do processo social” (Fairclough 2003, p. 11).

Em 1999, Chouliaraki e Fairclough defendiam que Análise de Discurso Crítica tanto é método como teoria: como método, analisa as práticas sociais com particular atenção para seus momentos discursivos dentro da conexão de questões teóricas e práticas e de esferas públicas, cujas formas de analisar “operacionalizam” as construções teóricas do discurso na vida social da modernidade tardia. Tais análises contribuem para o desenvolvimento e para a elaboração dessas construções teóricas. Para que tal processo ocorra, devem-se evitar o teorismo e o metodologismo. Assim, a ADC produz uma

variedade de teorias no diálogo e faz uma mediação entre o social e o lingüístico. Daí, surge o termo transdisciplinar, em que a lógica de uma disciplina pode ser “posta para trabalhar” no desenvolvimento de outra, com o mútuo desenvolvimento da teoria e do método, a “internalização” de categorias sociológicas dentro de categorias de ADC e vice-versa, no sentido de que categorias de uma teoria são parcialmente motivadas e formadas dentro da lógica de outra teoria, e também dentro da lógica de sua própria teoria, em um diálogo aberto que não gera grandes problemas.

Isso ocorre porque ADC possui a característica de definir seu objeto de pesquisa (aspectos discursivos da mudança social contemporânea) dentro de uma problemática compartilhada com outras teorias, dentro da dialética entre sistemas sociais e ação social nas sociedades contemporâneas. Em sua obra *Discourse in late modernity*, Chouliaraki e Fairclough apresentam que ADC pode ser pensada “não como simples prática teórica, mas preferivelmente como uma recontextualização que junta outras práticas teóricas sob a lógica dialética” (ibidem, p. 113).

Ainda segundo esses autores, a diferença central da ADC entre outras versões de análise de discurso é por ela se tratar de uma análise discursiva “textualmente orientada”, e como tal, ancora suas reivindicações analíticas sobre discursos na análise fechada de textos. O foco a ser dado é quanto à utilização da metafunção textual da Lingüística Sistemico-Funcional na análise textual, pois, conforme Matthiessen (1992), *apud* Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 152), tal função especifica no sistema semiótico a dinâmica potencial da linguagem. Para eles, o desenvolvimento do texto é uma “jornada semiótica”, uma história (textual) em que as metafunções ideacional e interpessoal são entrelaçadas simultaneamente como “portadoras” da metafunção textual. Assim, o desenvolvimento do texto é inseparável e simultâneo ao desenvolvimento da textura e dos significados ideacional e interpessoal: “nenhuma construção da realidade sem negociação de relações sociais e de identidades, mas nenhum desses sem desdobramento/expansão do texto” (idem, p. 153).

Daí, a nossa decisão na escolha do método qualitativo por nos possibilitar fazer o entrecruzamento de diversas categorias analíticas da ADC com categorias analíticas sociológicas, e fazer a análise do contexto em que ocorrem. Enfatizamos que a nossa análise não procura ser exaustiva, nem completa nem definitiva. Assumimos as palavras de Fairclough (2003) de que toda análise textual é parcial, de modo que o conhecimento

científico social desenvolvido a respeito dela é possível e real suficientemente, e deve ser usada conjuntamente com outros métodos. Também não podemos deixar de registrar as palavras de Titscher et al. (2000, p. 164) de que, como a Análise de Discurso Crítica tem uma natureza interpretativa e explanatória, então, a sua validade resulta não absoluta e imutável, mas sempre aberta a novos contextos e a novas informações que podem mudar o resultado. Uma importante característica da ADC, por ser uma área concernente a problemas sociais, é a exigência de que seus resultados tenham relevância prática. Para tanto, e em virtude do significado contextual e da intertextualidade postulada, a ADC requer – como uma pré-condição para qualquer aplicação – a informação compreensiva sobre as prevalentes condições sociais e históricas e sobre as cadeias históricas. Portanto, a nossa análise lingüística textual incorpora níveis sintáticos, semânticos e pragmáticos. Motta (2002) complementa que, em virtude da complexidade social em que vivemos, com o rápido processo de urbanização, a ascensão de novos grupos sociais, o aparecimento do terceiro setor, o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias e, especialmente, o processo de globalização, a mídia tornou-se um instrumento de poder relativo e cambiante, às vezes contraditório, que acompanha as mudanças políticas circunstanciais, o que faz com que o processo de análise seja um processo mais conturbado.

Por estamos realizando uma pesquisa, abordaremos como a fidedignidade e a validade são abordados na ADC.

1.2 Fidedignidade e validade na ADC

Quanto aos critérios de validade e fidedignidade na ADC, concordamos com Gaskell e Bauer (2002) e Flick (2004) de que eles, segundo os conceitos seguidos pela pesquisa quantitativa, não podem ser utilizados na pesquisa qualitativa. Nesta pesquisa, temos como equivalentes de garantia de qualidade os critérios de confiabilidade e de relevância.

Quanto aos indicadores do critério de confiabilidade, mostram que os resultados não são construídos ou falsificados com objetivos externos à pesquisa. Eles são demonstrados pela triangulação e pela compreensão reflexiva por meio de inconsistências, pela clareza nos procedimentos, pela construção do *corpus* e pela descrição detalhada. No

caso da triangulação (Flick, 2004, p. 274), ela pode ser realizada entre diversos métodos qualitativos ou combinando métodos qualitativos com os quantitativos. Realizaremos a triangulação entre as seguintes categorias: as relativas aos modos de operação de Thompson, às de representação de atores sociais de van Leeuwen e às de Fairclough.

Já os indicadores de relevância (Gaskell e Bauer, 2002) são os relativos à viabilidade da pesquisa, à viabilidade da conexão teoria-pesquisa, a sua importância e a sua utilidade. São indicados pela construção do *corpus*, pela descrição detalhada, pelo valor surpresa e, às vezes, pela validação comunicativa. Segundo esses autores, a construção do *corpus* é indicador de confiabilidade e de relevância, em um processo iterativo: o tamanho da amostra não é relevante, desde que haja evidência de saturação, pois temos que o tipo de análise de texto é uma forma de análise social “qualitativa”, um “trabalho intensivo” que pode ser produtivamente aplicado a amostras de material de pesquisa em lugar de grandes corpos de texto. Silverman (2000, p. 43) concorda com isso: para ele, uma distintiva contribuição da pesquisa qualitativa pode ser feita pela utilização de recursos teóricos na profunda análise de corpos estreitos de dados publicamente partilháveis. Isso significa que, diferente de muitas pesquisas quantitativas, nós não ficamos satisfeitos com uma simples codificação de dados. Ao contrário, nós temos que mostrar como os (teoricamente definidos) elementos identificados estão reunidos ou mutuamente laminados.

Quanto à descrição detalhada, deve-se fazer uso extenso de registros literais das fontes, o que gera o indicador de confiabilidade. Ela também é um indicador de relevância por fornecer ao leitor intuições a respeito do colorido local, da linguagem e do mundo da vida dos atores sociais e por possibilitar-lhe a interpretação e a construção de um sentido ao que lê. É o que faremos durante o decorrer do nosso trabalho.

A seguir, discutiremos a nossa base teórica para o corpo de análise em uma pesquisa segundo Análise de Discurso Crítica.

1.3 Corpo de Análise

1.3.1 Definindo os dados

Quanto à definição da palavra *corpus*, ela vem do latim e significa corpo. Para Barthes (1967), *apud* Bauer e Aarts (2002, p. 44), *corpus* é “uma coleção finita de

materiais determinada de antemão pelo analista com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar”, sendo materiais os textos, as imagens, a música e os outros materiais significantes da vida social. Bauer e Aarts (2002) ressaltam que atualmente “o sentido acentua a natureza proposital da seleção, e não apenas de textos, mas também de qualquer material com funções simbólicas” (idem, p. 45), sendo o *corpus* lingüístico “um material escrito ou falado sobre o qual se fundamenta uma análise lingüística” (Oxford English Dictionary, 1989). Para eles, a construção de um *corpus* tipifica atributos desconhecidos no espaço social e, para os lingüistas, é um sistema que cresce e que passa por várias etapas (idem, pp. 55-56), como selecionar, analisar, selecionar de novo, conforme a relevância, a homogeneidade e a sincronicidade. Quanto à sincronia histórica, no nosso caso, é o período de outubro a novembro.

Para Fairclough (2003), como critério para construção do *corpus*, pode-se usar o nível de detalhamento, em que a análise textual pode focalizar apenas alguns elementos dos textos ou muitas características simultaneamente, com o que Titscher et al. (2000, pg 34) concordam: em uma análise de texto, as categorias de análise são sempre relevantes, sendo a unidade de análise aquela unidade a ser investigada. Daí, a existência de três requisitos mínimos dessas unidades: a) serem teoricamente justificadas, b) serem definidas sem ambiguidade, e c) não serem sobrepostas.

Para Bauer, Gaskell e Allum (2002, pg. 20), os dados sociais de uma pesquisa social são o resultado do nosso conhecimento e da nossa experiência do mundo, sendo construídos nos processos de comunicação. Consideram tais dados como a reconstrução das maneiras pelas quais um mundo social é representado por um grupo social. Quanto à classificação de reportagens noticiosas da imprensa, segundo o ICE (International Corpus of English), elas estão classificadas como informativas, sendo os editoriais de imprensa como persuasivos.

Portanto, os dados qualitativos, quando analisados e compreendidos com a devida atenção para os detalhes e de acordo com os seus padrões internos e formais, podem ser utilizados para desenvolver idéias teóricas sobre processos sociais e formas culturais (Coffey e Athkinson, 1963, *apud* Silverman, 2000, p. 253). O termo “texto”, portanto, é usado como um “heurístico esquema para identificar dados que consiste de palavras e de imagem que foram registrados sem a intervenção do pesquisador” Silverman (2000, p. 40).

Seguindo os passos sugeridos por Bauer e Aarts, inicialmente fizemos o

levantamento das reportagens que noticiavam escândalos políticos no período de outubro a novembro de 2003, dos jornais *O Globo*, *Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Correio Braziliense* e das revistas *Época*, *Veja* e *Isto É*. Como o *corpus* estava imenso, passamos a selecionar algumas reportagens, e conforme o critério de sincronicidade, foram selecionadas duas matérias publicadas pelas revistas *Época* e *Isto É*, na última semana de outubro de 2003. O tamanho do *corpus* é suficiente, pois, seguindo critério sugerido por Fairclough, nele poderemos focalizar as categorias analíticas selecionadas.

1.3.2 Qualificando os dados

Em face de nosso objetivo ser a verificação de como os meios de comunicação divulgam e constroem escândalos políticos de poder e em virtude desses se caracterizarem pela ênfase na imagem, estudaremos como as formas simbólicas se realizam nos discursos midiáticos. Para Thompson (1995, pp. 363-365), elas são construções significativas que exigem uma interpretação e compreensão pelas pessoas que as produzem e que as recebem. São construções estruturadas de modos definidos e que estão inseridas em condições sociais e históricas específicas, com inter-relações entre significado e poder e nos modos pelos quais as formas simbólicas podem ser usadas para estabelecer e para sustentar relações de dominação. Para ele, elas possuem um caráter destrutivo e crítico.

Faremos uma explanação de alguns métodos que possuem pontos em comum e podem ser utilizados em uma pesquisa qualitativa de textos. Mais à frente, temos um quadro com as características comuns desses métodos, tais como a preocupação com os processos de produção, de consumo e de recepção; com as questões de poder e de ideologia, relativas a relações de lutas que ocorrem sobre e no discurso.

1.4 Sugestões de Métodos

1.4.1 Crítica explanatória

Trata-se de uma versão da “crítica explanatória” de Bhaskar (1986), apresentada por Fairclough (2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999). Um dos pontos importantes a ser ressaltado por esse método é o levantamento de um problema social que tem um aspecto

semiótico em vez do levantamento da convencional “questão de pesquisa”, a fim de se produzir conhecimento que conduz a uma troca emancipatória. Acrescentam uma quarta etapa (refletir criticamente a análise), que não consta rigorosamente da crítica explanatória de Bhaskar, mas é uma importante adição que requer do analista a reflexão de onde ele/ela vem, como ele/ela por si mesmo(a) é socialmente posicionado(a).

Segundo os autores, esse esquema dá algum sentido à ADC como “método”, mas não é específico dela, e, sim, de relevância geral na pesquisa crítica social. Relembrando o que foi dito anteriormente, como a ADC não providencia por si mesma todas as categorias analíticas e todos os procedimentos necessários, Fairclough (2003) tem utilizado muitas das categorias analíticas da Linguística Sistêmico-Funcional e de outros métodos de análise linguística e social, em combinação com os recursos teóricos e analíticos de várias áreas da ciência social. É o que faremos na nossa pesquisa.

Como o foco da nossa pesquisa são os textos midiáticos, apresentamos a seguir a estrutura analítica de Fairclough de 1995.

1.4.2 Uma estrutura analítica para ADC midiática

Em sua obra *Media Discourse*, a maior preocupação de Fairclough é mostrar como a mudança de práticas linguísticas e discursivas na mídia constitui mudança social e cultural. Então, ele sugere uma base para uma estrutura de análise crítica de discurso midiático, na qual destacamos os seguintes pontos que realizaremos no nosso programa de pesquisa: análise de como as amplas mudanças na sociedade e na cultura se manifestam em mudanças de práticas discursivas midiáticas; análise de práticas de produção e de consumo textual; análise do amplo contexto social por meio da ideologia; análise linguística multifuncional orientada tanto na direção da representação e da constituição de relações e de identidades, bem como nos processos simultâneos dos textos.

Segundo Fairclough (1999, p. 34), a conexão entre textos, sociedade e cultura é para ser vista dialeticamente, pois, apesar de os textos serem socioculturalmente formados, eles também constituem sociedade e cultura, em formas transformativas e/ou reprodutivas.

A seguir, discutiremos a Hermenêutica de profundidade de Thompson.

1.4.3 Hermenêutica de profundidade

Como a pesquisa envolve estudos sobre formas simbólicas, ideologia e meios de comunicação de massa, devemos também considerar a Hermenêutica de profundidade segundo Thompson (1995): os dois primeiros fatores estão intrincados, pois o significado estabelece e sustenta as relações de dominação, e o terceiro fator, a comunicação de massa, afeta o caráter das formas simbólicas e a sua circulação sob determinados aspectos, em virtude da ruptura fundamental entre os processos de produção e de recepção das formas simbólicas. Portanto, deve-se realizar um enfoque tríplice na análise das formas simbólicas mediadas pelos meios de comunicação a fim de se ter a interpretação do caráter ideológico das mensagens e o levantamento de como as formas simbólicas são interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as produzem e pelas que as recebem no decurso de suas vidas cotidianas. O desenvolvimento metodológico do enfoque tríplice abrange as seguintes etapas:

- 1) produção e transmissão das formas simbólicas;
- 2) construção da mensagem dos meios de comunicação: construções simbólicas complexas com uma estrutura articulada;
- 3) recepção e apropriação das mensagens dos meios.

Voltando à Hermenêutica de profundidade, suas fases são:

1. hermenêutica da vida cotidiana (interpretação da doxa: análise histórica);
2. análise formal ou discursiva;
3. interpretação e re-interpretação.

Na primeira fase - que coincide com as primeiras e terceiras etapas da análise das formas simbólicas -, faremos a análise sociohistórica, ou seja, a contextualização social das formas simbólicas estudadas pela reconstrução das condições sociais e históricas de produção, de circulação e de recepção das formas simbólicas midiáticas. Determinaremos as características das instituições dentro das quais as mensagens comunicativas são produzidas e por meio das quais elas são transmitidas ou difundidas a receptores potenciais.

A segunda fase – coincidentes nas duas -, análise formal ou discursiva, é realizada pelo fato de as formas simbólicas apresentarem-se por meio de construções complexas, com estrutura articulada situada com base em regras e em recursos disponíveis, pelos quais

algo é exposto ou dito. Essa fase realizar-se-á centrando-se nas próprias formas simbólicas, por meio das quais os atores sociais são representados. Por meio da análise dos sentidos das formas simbólicas midiáticas, veremos como elas sustentam e estabelecem relações de dominação, qual o seu papel e que conseqüências elas trazem para as vidas das pessoas, no caso, os políticos.

A terceira etapa da análise das formas simbólicas, a da análise da recepção e da apropriação das mensagens comunicativas - que será realizada por meio da análise sociohistórica das condições em que elas são recebidas -, não coincide com a da Hermenêutica da profundidade: ela está inserida na primeira fase desta técnica.

Para Thompson (1995, p. 374)), a terceira fase da Hermenêutica, a da interpretação e da re-interpretação das formas simbólicas, constrói-se com a análise discursiva e com os resultados da análise sociohistórica: o processo de interpretação é mediado pelos métodos dessa análise e da análise discursiva, indo além deles, pelo fato de as formas simbólicas dizerem algo sobre algo. Assim, ocorre também um processo de re-interpretação, pois as formas simbólicas já são interpretadas pelos sujeitos que constituem o mundo sociohistórico. Ele alerta para o fato de que a reinterpretação de um campo pré-interpretado pode divergir do significado construído pelos sujeitos que constituem tal mundo.

Para esse autor, tais etapas são essenciais para a compreensão das mensagens: elas englobam o caráter ideológico das mensagens, a maneira pela qual o significado, em determinadas circunstâncias, estabelece e sustenta relações de dominação. A definição dessas relações ocorre quando da junção da compreensão da produção/transmissão e da construção das mensagens com a compreensão da recepção e da apropriação delas. Elas estarão presentes na análise da ideologia das formas simbólicas e na análise textual segundo a Linguística Sistêmico-Funcional.

O próximo tópico aborda a análise textual segundo a Análise de Discurso Crítica.

1.4.4 Por uma Análise de Discurso Crítica

Para Fairclough (1992, 1995, 2001, 2003), Análise de Discurso Crítica de um evento comunicativo é a análise da relação entre três dimensões ou facetas daquele evento, os quais denomina texto, prática discursiva e prática sociocultural. “Textos” podem ser escritos ou orais, e textos orais podem ser falados (rádio) ou falados e visuais (televisão);

“prática discursiva” são os processos de produção e de consumo do texto; “prática sociocultural” são os aspectos sociais e culturais dos quais um evento comunicativo é parte. A relação entre ação social e texto é mediada pela natureza da interação: como textos são produzidos e interpretados depende da ação social em que estão envolvidos e a natureza do texto, da sua forma e das propriedades estilísticas. É a aplicação da Teoria Lingüística Sistêmico-Funcional de Halliday (1978, 1985), *apud* Fairclough (1995), base da Lingüística Crítica, o que leva à visão da análise de discurso midiático sistemicista.

Temos, então, uma visão do texto multifuncional que harmoniza com a visão constitutiva do discurso e que providencia uma forma de investigar a constituição simultânea de sistemas de conhecimento e de crença que representam o mundo (função ideacional) e a conexão de relações sociais e de identidades sociais (função interpessoal) nos textos, isto é, as representações, as relações e as identidades. Portanto, textos são construções de escolhas dentro de sistemas disponíveis de opções em vocabulários, em gramática, com possíveis significados ideológicos: discurso é visto como “um campo tanto de processos ideológicos, bem como de processos lingüísticos e [...] existe uma relação determinada entre esses dois tipos de processos” (Trew, 1979b), *apud* Fairclough (1995).

Para que se conheçam os diferentes discursos em um texto, devem ser identificadas as principais partes do mundo (incluindo áreas da vida social) representadas – os “temas” principais e a perspectiva, o ângulo ou o ponto de vista particular do qual eles são representados –, os modos de representar (Fairclough, 2003). Tais modos de representação podem ser vistos em termos de uma lista de traços lingüísticos, sendo os mais óbvios traços de distinção de um discurso os traços de vocabulário – discursos “nomeiam” ou “lexicalizam” o mundo de modos particulares – e as relações semânticas entre as palavras. Não se pode esquecer dos traços gramaticais. Portanto, será feita uma análise da tessitura local das relações semânticas – novas relações semânticas são, de fato, postas nos textos, por meio das relações de significado: não aquelas encontradas no dicionário, mas as que são específicas de discursos particulares. Para Fairclough (1995), não se pode esquecer de que existem formas alternativas de qualquer (aspecto de) prática social, por meio das quais se realizam diferentes discursos. Ainda segundo esse autor, um dos aspectos de representação nos textos é feito pela estruturação de proposições e relaciona-se a como eventos, relacionamentos e situações são representados por meio da estruturação em termos de um processo (tipicamente realizados nos seus verbos), de participante

(tipicamente realizada nos seus nomes e grupos nominais) e de elementos circunstanciais (tipicamente realizado nos advérbios). Tal aspecto envolve um fator gramatical, pois, como Halliday (van Leeuwen, 1996, pp. 32-33) diz, a gramática tem “significado potencial” (“o que pode ser dito”) em vez de um quadro de regras (“o que deve ser dito”). Para Fairclough, tal significado potencial é

...geralmente heterogêneo, um complexo de significados diversos, sobrepostos e algumas vezes contraditórios, de forma que os textos são em geral altamente ambivalentes e abertos a múltiplas interpretações. Os intérpretes geralmente reduzem essa ambivalência potencial mediante opção por um sentido particular, ou um pequeno conjunto de sentidos alternativos (Fairclough, 2001, p. 103).

Para ele, abordagens críticas da análise de discurso defendem que há uma motivação social dos signos: razões sociais combinam significantes particulares a significados particulares. Portanto, levantaremos um inventário sociossemântico das formas em que atores sociais podem ser representados e estabeleceremos uma relevância crítica e sociológica das categorias gramaticais. Isso é importante em virtude da singularidade da linguagem e do fato de que significado faz parte da cultura em vez da linguagem e não pode ser atado a qualquer semiótica específica. Daí, as categorias selecionadas podem ser denominadas, em princípio, como pan-semióticas:

uma dada cultura (ou um dado contexto dentro da cultura) tem não só seu próprio arranjo de formas de representação do mundo social, mas também seus próprios específicos modos de fazer o levantamento de diferentes semióticos neste arranjo, de prescrever, com maior ou menor rigorosidade, que pode ser realizada verbalmente bem como visualmente, só verbalmente, que só visualmente e assim por diante. Esses arranjos também se sujeitam às mudanças históricas (van Leeuwen, 1996, p. 34).

Portanto, cada mudança representacional é atada a específicas realizações lingüísticas ou retóricas.

O foco da nossa pesquisa é a representação dos atores sociais pelos meios de comunicação de massa em textos midiáticos que envolvem escândalos. Para Fairclough (1995), três processos sempre ocorrem nos textos: representação, construção de relações e construção de identidade. A representação tem a ver com a forma com que eventos, situações, relacionamentos, pessoas e assim por diante são representados em textos:

Uma assunção básica é que textos midiáticos são simplesmente ‘espelhos das realidades’, como é algumas vezes ingenuamente assumido; eles constituem versões de realidade de formas que dependem das posições sociais e interesses e objetivos daqueles que os produzem (idem, pg 104).

Assim, escolhas são feitas em vários níveis no processo de produção de textos.

Faremos, então, a análise de como essas escolhas ocorrem em processos representacionais, em que acontecem motivações sociais para escolhas particulares, ideologias e relações de dominação. Para tanto, considerando que a oração tem três elementos principais: os processos, os participantes e as circunstâncias, o nosso foco é a representação dos agentes sociais, os quais geralmente são participantes nas frases. Teremos como objetivo a análise da função representacional e ideacional, ou seja, como eventos e pessoas e objetos envolvidos em determinada ação social são representados, cuja codificação na linguagem vincula escolhas dentro de modelos – os distintos processos e tipos de participantes – que a gramática coloca à disposição, e que tais escolhas são potencial e ideologicamente significantes (Fairclough, 1995, p. 25).

1.4.4.1 Pela prática textual

Nas suas obras de 1999, 2001 e 2003, Fairclough ressaltou que os textos possuem relações “externas” e “internas”. A análise das relações externas de textos é a análise de suas relações com outros elementos de eventos sociais e, mais abstratamente, de práticas sociais e de estruturas sociais, ou seja, análise de como eles figuram em Ações, Identificações, e em Representações (a base para diferenciar os três principais aspectos de significado de texto). Temos também a teoria da linguagem de Bakhtin (1981), *apud* Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 49), que enfatiza a dialogicidade da linguagem, fator ligado ao fato de o discurso sempre estar em processo dialógico – sempre respondendo, sempre antecipando e sempre extraindo respostas. Daí, temos o discurso “polifônico”, que se manifesta de muitas formas, pela intertextualidade, que é a combinação em um discurso da voz de alguém com a voz de outros. Ela pode ser compreendida em dois níveis: em um nível, é a presença em um discurso de palavras específicas do outro, misturadas com as palavras do autor; em outro, é a combinação no discurso de elementos de ordens de discurso, que é a interdiscursividade.

Portanto, como os textos constituem as identidades sociais, é importante a análise da intertextualidade dos textos, verificando-se como ocorrem as relações entre um texto e outros textos externos a ele, como elementos de outros textos são incorporados “intertextualmente” e como esses “textos de outras pessoas” são referenciados, compreendidos, dialogados. No nosso caso, teremos alguns exemplos de intertextualidade

manifesta, quando se recorre explicitamente a outros textos específicos em um texto. Quanto à interdiscursividade (intertextualidade constitutiva), ela ocorre quando um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordens de discurso, que também serão levantados.

Quanto às relações internas de um texto, a sua análise inclui relações semânticas, relações gramaticais, relações de vocabulário (ou léxico) e relações fonológicas. Para nosso estudo, abordaremos as relações semânticas – “relações de sentido entre palavras e expressões mais longas, entre elementos de orações, entre orações e entre sentenças, e entre porções maiores de texto” (Allan 2001, Lyons, 1997, *apud* Fairclough, 2003). Para Fairclough (2003), ao se pesquisar tais relações semânticas, que se realizam em uma série de estruturas gramaticais e lexicais (vocabulário) dos textos, um número de questões de pesquisa social pode ser esclarecido. Entre elas, questões sobre ideologia, como a legitimação (Habermas, 1976; van Leeuwen (não-datado); van Leeuwen e Wodak, 1999, *idem*). Daí a importância da análise textual como recurso significativo para pesquisar questões sobre ideologia e poder.

Portanto, seguindo Fairclough (2001, p. 103), uma análise textual organiza-se em quatro itens: “vocabulário”, “gramática”, “coesão” e “estrutura textual”. Para ele, as orações têm significado ideacionais, interpessoais (identitárias e relacionais) e textuais, o que resulta em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, de relações sociais, de conhecimento e de crença, ocorrendo muitos vocabulários sobrepostos e em competição, correspondendo aos diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas. Nesse sentido, a nossa análise enfocará o vocabulário e a semântica segundo a visão multifuncional do texto, portanto, na compreensão de que cada uma das funções, a ideacional, a interpessoal e a textual, possui seus próprios sistemas de escolhas, suas lexicalizações alternativas e sua significância política e ideológica, em disputa dentro de lutas mais amplas: para aquele autor, as estruturações particulares das relações entre as palavras e das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia. Para van Dijk (1998, p. 205), é o mais óbvio e útil componente em análise discursiva ideológica: ao relacionar todas as implicações das palavras usadas em um específico discurso e contexto, providencia-se um vasto quadro de significados ideológicos.

Em termos de coesão, dentre os quatro tipos sugeridos por Fairclough (1995, p. 121), a conjunção, a coesão lexical, a referência e a elipse, a nossa análise será feita por

meio da coesão lexical, com vistas a como as orações estão ligadas entre si e entre outras frases, identificando-se o uso de vocabulário de um mesmo campo semântico, a repetição de sinônimos e de palavras, o uso de sinônimos próximos, cujos significados são conectados e ocorrem através dos limites das orações e das sentenças.

Como estamos analisando discurso midiático, abordaremos a “Estrutura textual”, com foco nas maneiras e na ordem em que os elementos ou os episódios são combinados para constituir uma notícia sobre escândalo político. Tais convenções de estruturação podem ampliar a percepção dos sistemas de conhecimento e de crença e dos pressupostos sobre as relações sociais e as identidades sociais que estão embutidas nas convenções dos tipos de texto.

1.4.4.2 Pela prática discursiva

A análise da prática discursiva a ser realizada enfocará os processos de produção, de distribuição e de consumo textual do texto midiático (Fairclough 1995, 2001, Thompson, 1995), cujas naturezas variam entre os diferentes tipos de discurso de acordo com os fatores sociais. Para Fairclough (1995, p. 59), prática discursiva é a mediadora da textual e da sociocultural, cuja ligação é algo indireta, feita pelo modo com que a natureza da prática discursiva, isto é, das formas, é produzida e consumida. Como textos midiáticos são sensíveis barômetros de mudança cultural que se manifesta em termos de heterogeneidade e de contrariedade da tentativa não acabada e confusa da natureza da mudança, eles podem ser considerados como processos amplamente criativos.

1.4.4.3 Pela prática sociocultural

Quanto à análise da prática sociocultural, realizá-la-emos quanto ao aspecto político (relativo a questões de poder e ideologia) e o cultural (relativo a questões de valores).

Segundo Fairclough (1995), dois processos sempre estão presentes simultaneamente nos textos: a construção de identidades e a construção de relações. Portanto, a perspectiva crítica se aplica tanto à análise das dimensões relacional e de identidade dos textos, bem como à análise de representações, o que possibilita

compreender o papel dos textos em legitimar ou não as relações de poder e de dominação em sociedades contemporâneas. Deve-se, então, verificar como tais relações de dominação na sociedade ampla salientam as construções midiáticas de relações e de identidades, como esses processos têm lugar nos textos. Em sua obra *Discurso e mudança social*, ressalta que o discurso relaciona-se à ideologia e ao poder, envolvendo-se com o poder como hegemonia e nas evoluções das relações de poder como luta hegemônica. Assim, discurso tem a ver com o estabelecimento, com a manutenção ou com a transformação de relações de dominação (Thompson, 1984, 1990). Para tanto, aspectos textuais e discursivos podem ser investidos ideologicamente por meio dos sentidos das palavras, o que posiciona os sujeitos ideologicamente. Deve ficar claro que tal posicionamento não é passivo, pois eles também são capazes de agir criativamente ao realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadas. O autor sugere que nem todo discurso é ideológico, e sim, que as “práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder” (Fairclough, 2001, p. 121).

Como o objetivo da pesquisa é verificar como as formas simbólicas midiáticas relativas à imagem pública do político ocorrem, é importante a interpretação da ideologia, que dá uma inflexão crítica e que identifica o significado a serviço do poder, alimentando-o ou sustentando a posse e o exercício do poder (Thompson, 1995, p. 378). Tal interpretação explicita a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que esse sentido ajuda a estabelecer e a sustentar, as maneiras como o sentido é construído e transformado por elas.

1.5 Cruzamento dos Métodos

Apresentamos abaixo um quadro que nos possibilita fazer um cruzamento entre os passos dos métodos analisados: crítica explanatória de Bhaskar (Item 1.4.1), estrutura analítica sugerida por Fairclough (Item 1.4.2), hermenêutica de profundidade de Thompson (Item 1.4.3) e Análise de Discurso Crítica (Item 1.4.4).

Quadro nº 1: Métodos utilizados

1 - Crítica explanatória	2 - Estrutura analítica de Fairclough	3 - Hermêutica de profundidade	4 - Análise de Discurso Crítica
A - Análise conjuntural: processos de produção e de consumo	A - Análise de processos de produção e de consumo	A - Contextualização social das formas simbólicas midiáticas: produção, circulação e recepção:	A - Prática discursiva
B - Conexão da semiose com outros elementos (poder)	B - Análise do amplo contexto (relações de poder e ideologia)		B - Prática sociocultural
C - Análise textual	C - Análise textual	C - Análise formal/discursiva.	C - Prática textual
	D - Análise lingüística de textos multifuncional (representação e constituição de identidade)	D - Interpretação e re-interpretação das formas simbólicas.	

Pelo Quadro nº 1: Métodos utilizados, verificamos que os quatro métodos apresentados possuem pontos em comum. Na etapa A), analisam-se processos de produção, de circulação e de consumo. Na etapa B), coincide a análise da ideologia e das relações de poder. Quanto à etapa C), temos a análise textual. Como os métodos entrelaçam-se, a análise será feita não dando um nome específico a cada etapa, mas seguiremos a nomenclatura da Análise de Discurso Crítica para facilitar.

Consideramos como o nosso problema social o modo como os meios de comunicação publicam as formas simbólicas em notícias de escândalo político, e, como nosso objetivo de uma troca emancipatória, o desenvolvimento de uma leitura crítica por parte do (e)leitor.

1.6 Categorias Analíticas

Como foi dito no Item 1.2, faremos a triangulação das categorias analíticas dos modos de operação da ideologia descritas na obra *Ideologia e Cultura Moderna* (pp. 81-89) com as categorias analíticas de representação dos atores sociais de van Leeuwen. Analisaremos ainda a realização das categorias analíticas de Fairclough: o vocabulário, a coesão, a intertextualidade manifesta, a interdiscursividade e a estrutura textual.

Quanto aos modos de operação, Thompson (1995) salienta que o rol não é exaustivo e, sim, exemplificativo. Outro fator: as estratégias podem ocorrer com diferentes modos, devendo-se atentar para as circunstâncias em que ocorrem.

Quadro nº 2: Modos de operação da ideologia.

Modos de operação	Estratégias típicas de construção simbólica.
1. Legitimação: processo em que as relações de dominação são legitimadas	1 Racionalização. 2 Universalização. 3 Narrativização.
2. Dissimulação: processo em que as relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas.	2.1 Deslocamento. 2.2 Eufemização. 2.3 Tropo.
3. Unificação: processo em que as relações de dominação são sustentadas ou estabelecidas por uma identidade coletiva.	3.1 Padronização. 3.2 Simbolização da unidade.
4. Fragmentação: processo em que se fragmentam os indivíduos e os grupos.	4.1 Diferenciação. 4.2 Expurgo do outro.
5. Reificação: processo em que se retrata uma situação provisória como permanente ou atual.	5.1 Naturalização. 5.2 Eternização. 5.3 Nominalização. 5.4 Passivização.

Quanto às categorias analíticas sociológicas de van Leeuwen (van Leeuwen 1996, Fairclough 2003) que pretendo usar, são as categorias lingüísticas com foco no conceito de ator social, apresentadas no seu artigo *The representation of Social Actors*. Apresento-as no Quadro nº 3.

Quadro nº 3: Categorias sociológicas de van Leeuwen.

TIPOS	SUB-TIPOS
1. Exclusão/inclusão: representações incluem ou excluem atores sociais para adequar seus interesses e seus propósitos.	Exclusão se subdivide em: 1.1 Supressão: nenhuma referência aos atores sociais em qualquer lugar do texto (nos termos de Fairclough (2003), agente suprimido).

TIPOS	SUB-TIPOS
	1.2 Colocação em segundo plano: exclusão menos radical, com alusão aos atores sociais em algum lugar do texto e por meio de inferências.
2. Distribuição de papéis: representações podem realocar papéis, rearranjar as relações sociais entre os participantes.	2.1 Ativação: atores sociais representadas como ativas e dinâmicas forças em uma atividade. 2.2 Passivação: representados como “suportando” a atividade (atores sociais sujeitados) ou como sendo “um receptor final dela” (atores sociais beneficiados).
3. Generalização e Especificação: representações dos atores sociais como classes ou como identidades específicas e individuais.	
4.a Assimilação: representação como grupo. 4.b Individualização: representação em termos individuais.	4.a.1 Agregação: quantificação. 4.a.2 Coletivização: não quantificação.
5.a Associação: representação dos atores sociais como grupos formados por atores sociais e/ou grupos de atores sociais. 5.b Dissociação: representação dos atores sociais como associações feitas e que se desfazem.	
6.a Indeterminação: representação de atores como não especificados, como indivíduos ou como grupos “anônimos”. 6.b Determinação: representação de atores como especificados pela identidade deles. 6.c Diferenciação: representação de atores que explicitamente cria a diferença entre o “self” e o “outro”.	
7.a Nomeação: representação de atores sociais em termos da sua identidade única. 7.b Categorização: representação de atores em termos de identidades e de funções que eles compartilha com outros.	7.b.1 Funcionalização: atores sociais referidos em termos de uma atividade. 7.b.2 Identificação: atores sociais definidos não em termos da atividade exercida, mas em termos do que eles, mais ou menos permanentemente, são.
8.a Personalização: representação de atores sociais como seres humanos.	

TIPOS	SUB-TIPOS
8.b Impersonalização: representação de atores sociais por outros meios que não incluem o traço humano.	8.b.1 Abstração: atores sociais representados por meio de uma qualidade designada/nomeada por eles. 8.b.2 Objetivação: atores sociais representados pelo significado de referência a lugar ou a coisa estritamente associados com a pessoa dele ou com a atividade a que eles estão representados como engajados a ela.
9. Sobredeterminação: representação dos atores sociais como participantes, ao mesmo tempo, de mais de uma prática social.	9.1 Inversão: atores sociais conectados a duas práticas que são, em um sentido, opostos entre elas. 9.2 Simbolização: um ator social ou grupo de atores sociais ficcional representado por atores ou grupos em práticas sociais não-ficcionais. 9.3 Conotação: uma única determinação (uma nomeação ou identificação física) representa uma classificação ou funcionalização. 9.4 Generalização e abstração: conexão de atores sociais a diversas práticas sociais pela abstração de um traço comum aos atores sociais envolvidos nelas.

Theo van Leeuwen (1996, p. 67) enfatiza que, nas atuais práticas discursivas, as escolhas não necessitam sempre ocorrer rigidamente sobre uma ou outra forma, pois os limites podem ser manchados deliberadamente a fim de se realizar efeitos representacionais específicos. Dessa forma, os atores sociais podem ser representados de diferentes formas, em diferentes combinações, marcando-os explicitamente. Portanto, como muitas categorias podem ser usadas para descrever a mesma pessoa ou ato, Sacks (1992), *apud* Silverman (2000, p. 130), ressalta que se deve: “encontrar como eles (membros) empreendem-se na seleção entre os quadros disponíveis de categorias para compreender um evento”. Para ele, há um ativo trabalho interpretativo envolvido na transmissão de qualquer descrição das implicações locais da seleção de qualquer categoria particular. Assim, van Leeuwen (1996) ressalta que a mídia tem um importante papel ativo no processo social e podemos contribuir muito ao analisar as marcas do autor/escritor no texto, apesar da tentativa de se divulgar uma cuidadosa atitude de neutralidade quando se

se atribui a maioria da representação a outras fontes que o próprio escritor.

Consideramos que essas categorias analíticas de van Leeuwen (1996, p. 67) aliam o que lingüistas tendem a manter separados: “um número de distintos sistemas lingüísticos, tanto em nível léxico-gramatical, como em nível discursivo, de transitividade, de referência, do grupo nominal, das figuras retóricas e assim por diante”. Então, elas concretizam a representação dos atores sociais.

Após a apresentação dos pressupostos metodológicos, abordaremos as vertentes teóricas da nossa pesquisa, que foram agrupados em dois capítulos: Primeira parada teórica e Segunda parada teórica.

CAPÍTULO 2: PRIMEIRA PARADA TEÓRICA

No presente capítulo, iniciaremos a nossa apresentação do anteparo teórico e abordaremos a Teoria Social do Discurso e a conexão linguagem-ideologia-poder. Os temas identidades e formas simbólicas também são discutidos.

2.1 Teoria Social do Discurso

2.1.1 Definição de discurso

Segundo Derrida, *apud* Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 124), semióse é um infinito jogo de significação que impede a fixação do significado, conceito que nos ajuda a entender a lógica da semiótica. Para ele, é apenas um dos diferentes mecanismos que ocorrem simultaneamente nas práticas sociais.

Quanto ao conceito de discurso, para Fairclough, trata-se de um elemento ou de um momento semiótico dos processos dialéticos de mudança social e, como tal, é importante analisar tanto como ele figura dentro de tais processos e suas relações com outros elementos ou momentos, bem como quais são seus elementos, discursivos ou não, constitutivos ou performativos dos efeitos discursivos sob determinadas condições. Portanto, discursos são modos de representar aspectos do mundo e diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo, associadas às diferentes relações das pessoas com o mundo. Essas relações dependem das posições sociais das pessoas, de suas identidades sociais e pessoais, e das relações sociais com outras pessoas (Fairclough, 2003). Assim, para ele, ver o uso da linguagem como prática social gera várias implicações: a primeira, que é um modo de ação; a segunda, que a linguagem é um modo de ação socialmente e historicamente situada, em uma relação dialética com outras facetas do social; a terceira, que é uma relação dialética e reflexiva, que se forma socialmente, mas é também socialmente formada – ou socialmente constitutiva, contribuindo para a constituição de todas as dimensões da estrutura social.

Apresentamos os três efeitos construtivos dos discursos: constroem “identidades sociais” e “posições de sujeitos” para os “sujeitos” sociais e os tipos de “eu” (função identitária), constroem como as relações sociais entre as pessoas do discurso são representadas e negociadas (função relacional) e contribuem para a construção de sistemas

de conhecimento e de crenças (função ideacional). Halliday conjuga as duas primeiras como função interpessoal e cria uma terceira, a função textual.

Dessa forma, atores sociais, dentro de qualquer prática, produzem tanto representações de outras práticas, bem como (“reflexivas”) representações da própria prática, no curso da atividade deles dentro da prática: recontextualizam outras práticas e diferentes atores sociais irão representá-los diferentemente de acordo com a posição deles. Eles interpretam e representam para si mesmos e para o outro, e essas interpretações e representações moldam e remoldam o que eles fazem

Portanto, todo e qualquer texto contribui para formar aspectos da sociedade e da cultura, na sua constituição, na sua manutenção e nas suas transformações (Wodak, 1996, *apud* Titscher et al., 2000, p. 26), de forma convencional e de forma criativa, a depender das circunstâncias sociais e de como a linguagem está funcionando dentro deles. Isso pode envolver complicadas misturas de diferentes tipos de discurso. Assim, o analista do discurso relaciona-se com a estrutura global das mudanças sociais e culturais, pois, como a Análise de Discurso Crítica vê o discurso como prática social, descrevê-lo implica uma relação dialética entre um evento discursivo particular e situação(ões), instituição(ões) e estrutura(s) social(is) que o constituem: o evento discurso é moldado por eles, mas também ele molda-os. Ocorre uma complexa mistura de linguagem e de fatos sociais, da qual derivam freqüentemente tanto os não claros e ocultos efeitos ideológicos da linguagem, bem como a influência das relações de poder. Na prática discursiva, estruturas e ideologias expressas que não são normalmente analisadas ou questionadas, pela análise detalhada e rigorosa pela ADC são iluminadas. Como o discurso é o maior instrumento de poder e de controle, o analista de discurso crítico deve investigar, revelar e clarificar como o poder e os valores discriminatórios são inscritos no e mediados por meio do sistema lingüístico (Caldas-Coulthard e Coulthard, 1996, Fairclough, 1992, 1999), ou seja, o poder da linguagem e de outras formas da semioses.

A seguir, discutiremos como os textos midiáticos se relacionam a relações de poder.

2.1.2 Textos midiáticos

Na nossa pesquisa, o foco textual é o texto midiático, em que as relações de poder estão textualmente mediadas, analisando-as pela forma caracteristicamente textual de

participação em relações sociais, com o objetivo de elucidar a organização social daquelas relações por meio dos textos. Estudaremos o modo com que agentes sociais são representados nos textos. Para Fairclough (2003), os agentes sociais possuem “poderes causais” presos aos poderes causais das estruturas e das práticas sociais, pois eles tecem os textos e configuram as relações entre os elementos de texto.

Segundo Wodak (1996), *apud* Titscher et al. (2000), a Análise de Discurso Crítica tem princípios gerais como se seguem:

1. ADC relaciona-se a problemas sociais, com o caráter lingüístico dos processos e das estruturas sociais e culturais;
2. como as relações de poder são feitas com discurso (Foucault, 1990; Bourdieu, 1987, *apud* Titscher et al., 2000, p. 146), ADC estuda tanto poder no discurso como poder por causa do discurso.
3. sociedade e cultura estão dialeticamente ligadas a discurso, pois elas são formatadas pelo discurso e ao mesmo tempo constituem discurso;
4. uso da linguagem pode ser ideológico;
5. discursos são históricos e podem somente ser compreendidos em relação ao seu contexto e como são ligados intertextualmente a outros discursos;
6. análise de discurso é interpretativa e explanatória. Análise crítica implica uma sistemática metodologia e relação entre o texto e as suas condições sociais, ideologias e relações de poder. Interpretações são sempre dinâmicas e abrem para novos contextos e nova informação.

Daí, em todo evento discursivo há três dimensões: é simultaneamente texto, prática discursiva e prática social. No nível textual, conteúdo e forma são analisados. A fundamentação teórica de Fairclough (Fairclough, 1992a, *apud* Titscher et al., 2000, p. 152) para análise textual é que estruturas sociais, que são de interesse central para a sociologia, estão em uma relação dialética com atividades sociais e com textos que são uma forma significativa de atividade social. Não se pode esquecer do crescente uso dos textos como fonte de informações de dados e como são bons indicadores de mudança social, pois evidenciam processos, tais como a redefinição dos relacionamentos sociais e da reconstrução de identidades e de conhecimento.

No nível da prática discursiva, que é o link entre texto e prática social, temos os aspectos sociocognitivos de produção e de interpretação do texto. A análise da prática

discursiva inclui não só uma precisa explanação do como os participantes em uma interação interpretam e produzem textos, mas também das relações dos eventos discursivos para ordens do discurso, que é a interdiscursividade dentro da análise textual para Fairclough.

A análise da terceira dimensão do evento discursivo, a prática social, relaciona-se a diferentes níveis da organização social: a situação, o contexto institucional, o amplo grupo ou contexto social, em que questões de poder são de interesse central, pois poder e ideologia podem gerar determinados efeitos em cada um dos níveis contextuais. A fundamentação de Fairclough é política e direciona para a orientação crítica na análise do discurso: controle social e poder são exercidos com uma frequência crescente pelos significados dos textos.

Outro ponto ressaltado por Fairclough em diversas obras é que a análise do discurso deve ser vista como prática política e ideológica: como prática política, o discurso “estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas... entre as quais existem relações de poder”; como prática ideológica, “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (Fairclough, 2001, p. 94). Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia é gerada pelos significados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder e um marco delimitador nessa luta: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e às próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta. Salienta que os diferentes tipos de discurso não têm valores políticos e ideológicos inerentes, e sim, que são “investidos” política e ideologicamente. Daí, tem-se a necessidade de uma teoria social de discurso que leve em conta esses elementos.

Como a Lingüística Sistêmica-Funcional é a base da Análise de Discurso Crítica, faremos uma rápida explanação sobre o assunto.

2.1.3 Lingüística Sistêmica-Funcional

A estrutura utilizada pela Análise de Discurso Crítica tem como base a visão “multifuncional” dos textos, desenhada na teoria “sistêmica-funcional da linguagem” de

Halliday (1978; 1994, *apud* Fairclough, 1995, p. 17; 1985, *apud* Titscher et al., 2000; Chouliaraki e Fairclough, 1999; Fairclough, 2003). Ela engloba o aparato conceitual e analítico para mostrar como a linguagem sistematicamente realiza processos e relações sociais (contexto situacional e cultural). Então, embora a lexicogramática não faça nenhuma interface direta com o social, ela é funcionalmente formada pelas funções sociais a que serve. A Linguística Sistêmica-Funcional trabalha com os três processos citados anteriormente: as funções ideacional, interpessoal e textual da linguagem. Portanto, o estudo de identidades, das relações sociais e do amplo impacto da mídia pode nos mostrar como ela seletivamente representa o mundo; que espécies de identidades sociais e quais versões do “self” e de valores culturais ela projeta. A LSF une componentes separados dentro do todo e combina esse todo com contextos situacionais (Fairclough, 1995a, *apud* Titscher et al., 2000, p. 149).

Em sua obra de 2003, *Analysing Discourse: textual analysing for research*, Fairclough continua a ver o texto como multifuncional, mas de uma forma diferente e prefere falar em três principais tipos de significações e não de funções: a Representação, que corresponde à função ideacional de Halliday; a Ação, que se relaciona com a sua função interpessoal, como modo de (inter)agir em eventos sociais e incorpora Relação (que representa relações sociais); e a Identificação, função que Halliday não classifica. A função textual de Halliday é incorporada como Ação.

Outra força da visão sistêmica do texto considera os textos como um quadro de opções particulares em sistemas de opções – o potencial – disponíveis. Portanto, ocorrem seleções entre formas de linguagem disponíveis, do potencial lexical e gramatical (uma palavra em vez de outra, ou uma construção gramatical em vez de outra), as quais constituem escolhas de significados. Temos, então, a seleção de opções em um significado potencial – como representar um evento ou estado particular de acontecimento, como relatar para quem quer que seja a que o texto se dirige, que identidades projetam. Para Halliday (1978), *apud* Titscher et al. (2000, p. 29), a “Análise de Discurso Crítica” é linguisticamente caracterizada pelo texto, pela situação da fala e do sistema linguístico, sendo que “por texto, então, entendemos um processo contínuo de escolhas semânticas”, que “o membro de uma cultura tipicamente associa com a situação típica. É o significado potencial que é acessível em um dado contexto” (Halliday, 1978, *apud* Fowler, 1996, p. 7). Um texto, para ele, é algo que é significativo em uma situação particular. Segundo

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 140), as opções do “contexto situacional” (o contexto imediato, extralingüístico, situacional do texto) realizam-se na linguagem e podem ser especificados em termos de possíveis valores de três variáveis, que correspondem às três macrofunções: o “campo” (atividade de que é parte), o “tenor” (atores sociais envolvidas e as relações entre eles), e o “modo” (a parte da linguagem que está em atividade).

Já para Fowler (1996), um discurso é o sistema de significados dentro da cultura, da linguagem pré-existente. Portanto, escritores e leitores são constituídos pelos discursos que estão acessíveis a eles: textos sugerem que formações ideológicas são apropriadas para os leitores lerem os textos, sendo os leitores um elemento ativo nesse processo por ser discursivamente equipado previamente para confrontar o texto, reconstruindo-o como um sistema de significados que pode ser mais ou menos congruente com a ideologia informada no texto. É o que a moderna teoria literária chama de “consumo produtivo”.

Um dos pontos a ressaltar é que, impulsionado pela semiótica social, a ADC tem-se preocupado com a análise de imagem de várias espécies, ancorada em SFL (Hodge e Kress, 1988; Kress e van Leeuwen, 1996; Thibault 1991; *apud* Chouliaraki e Fairclough, 1999).

Não se pode negar, portanto, a conexão ideologia-poder-linguagem. Passamos, então, a discutir como ela se realiza nos discursos.

2.1.4 Ideologia nos e pelos discursos

Antonio Gramsci enfatiza que a estrutura política de uma sociedade é dependente de uma específica combinação da sociedade política/institucional e civil e que, para completar o entendimento da maioria para a pressão exercida pela sociedade política, uma coletividade deverá ser formada, o que é concretizado por meio das ideologias (Matouschek & Wodak, 1995/96; Fairclough & Wodak, 1997, *apud* Titscher et al., 2000, p. 145). Segundo Titscher et al. (2000), ideologias realizam no discurso “uma real materialidade no signo lingüístico”, cujos significados são produzidos e reproduzidos em um processo dialético de negociação envolvida em instituições, localizando seres humanos de modos específicos como sujeitos sociais.

Para diversos autores como Thompson, van Dijk e Fairclough, ideologia é o “significado a serviço do poder”, que se materializa nas proposições e geralmente figura

como assunções implícitas nos textos, os quais contribuem para produzir ou para reproduzir relações desiguais de poder, de dominação e de exploração. Para mostrar que significados estão trabalhando ideologicamente, é necessário mostrar que eles realmente servem a relações de dominação em casos particulares, pois Thompson (1995) entende que os sistemas simbólicos não são ideológicos em si mesmos, mas tendem a se transformar em ideológicos quando entendidos em contextos sociais específicos. Um princípio metodológico útil é o analista sempre perguntar a qualquer texto se e como isso é trabalhado ideologicamente. Ele deve estar aberto a várias respostas, pois ideologia envolve mais de uma questão para alguns textos do que para outros, como por que uma representação é selecionada em vez de outras disponíveis, ou quando identidades e relações são construídas de um modo em vez de outro. As questões essenciais são: a) quais as origens sociais dessa opção, de onde e como ela procede?; b) que motivações existem para marcar essas escolhas?; c) qual é o efeito dessa escolha, incluindo seus efeitos (positivos ou negativos) sob os vários interesses envolvidos? Tais questões surgem pois práticas discursivas teriam maiores efeitos ideológicos – isto é, elas podem ajudar a produzir e a reproduzir relações únicas de poder por meio de formas que representam coisas e posições de pessoas (Titscher, Meyer, Wodak e Vetter, 2000). Contudo, muitas vezes, as pessoas não têm consciência dos investimentos políticos e ideológicos das práticas lingüísticas (Fairclough, 1992). Segundo Thompson (1995, pp. 414-415), o processo de interpretação pode ou não levar a processo de transformação interpretativa da doxa por não ter que estimular um processo de auto-reflexão crítica entre os sujeitos, atores capazes de deliberação sobre o entendimento cotidiano; quando o faz, possibilita o entendimento cotidiano dos atores leigos e das relações de poder e de dominação em que esses atores estão inseridos.

Complementando o conceito de ideologia, para van Dijk (1997, p. 112), as ideologias são sistemas de cognição social essencialmente avaliativos, que fornecem as bases para avaliação do que é certo ou errado e as diretrizes indispensáveis para a percepção e a interação sociais, ou seja, são valores socioculturais, como a Igualdade, a Justiça, a Verdade ou a Eficiência. Como tais, o seu papel não se limita a grupos específicos, pois possuem uma relevância cultural mais abrangente. Segundo o autor, esses valores passam por uma seleção e uma hierarquização de acordo com a sua importância, em função da posição do grupo e dos objetivos a serem alcançados.

Portanto, segundo Thompson,

o significado serve...nos contextos estruturados da vida cotidiana, para reafirmar ou questionar pressupostos tradicionais e divisões já estabelecidos para sustentar ou destruir relações sociais existentes: desse modo, podemos começar a entender quanto as formas simbólicas, produzidas e difundidas pelos meios técnicos da comunicação de massa, são ideológicas (Thompson, 1995, p. 402).

Hoje como a experiência cultural profundamente molda-se pela difusão das formas simbólicas por meio dos vários meios de comunicação de massa, a análise da ideologia tanto deve estudá-las, como os seus contextos de ação e de interação.

2.1.5 Poder pelas e nas práticas socioculturais

Assim entendendo, abordaremos a questão do poder na sociedade contemporânea: como a mídia de massa afeta e é afetada pelas relações de poder dentro do sistema social, incluindo as relações entre grupos particulares como políticos e a massa da população. Essas questões têm sido extensivamente discutidas nos estudos da mídia em termos de ideologia (Hall, 1977; Hall et al., 1978; Fowler et al., 1979; Hodge e Kress, 1979, *apud* Fairclough, 1995, p. 12). Itens como representações, identidades e relação são de relevância para responder a ela, pois o trabalho ideológico da linguagem midiática inclui as formas particulares de representar o mundo, as construções particulares das identidades sociais e as construções particulares de relações sociais, como elas afetam relações de poder dentro do sistema social, e como elas trabalham ideologicamente.

Inicialmente, é importante que se tenha em mente que sujeitos são posicionados em relação a outros de tal forma que alguns são capazes de incorporar a agência dos outros nas suas próprias ações e assim reduzir a autônoma capacidade agentiva do segundo (Giddens, 1984, Bourdieu, 1977, 1991, *apud* Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 24). Chouliaraki e Fairclough (1999) ressaltam que as relações “internas” de poder são efeitos das relações “externas” de poder dentro de redes de práticas. Portanto, toda prática social está encravada em redes de relações de poder e potencialmente subordina os sujeitos sociais que estão comprometidos, exatamente aqueles com poder “interno”. Eles complementam a visão do poder moderno como invisível, auto-regulador e inevitavelmente sujeitador com a visão de poder como dominação, uma visão de poder em que há determinação excessiva entre práticas “internas” e “externas”, e se estabelecem elos causais entre práticas sociais institucionais e posições dos sujeitos no amplo campo social.

Em sua obra de 1999, Chouliaraki e Fairclough apresentam o posicionamento de vários autores quanto ao tema: uma aparente contradição entre os posicionamentos entre diferentes sujeitos e dentro de sujeitos individuais (Laclau e Mouffe, 1985), que ocorre porque identidade é heterogeneamente constituída como um efeito dos diversos posicionamentos de um sujeito (Jenkins, 1996). Contudo, isso não deve ser visto como contradições, mas na perspectiva da ação social: como lutas sociais. Portanto, um “sujeito” tem uma feliz ambigüidade paralela: “sujeitos” são sujeitados (na terminologia de Althusser (1971), “interpelado”), mas “sujeitos” também agem (como agentes) de uma forma que são pressionados pelas posições que os transformam. As identidades coletiva e individual de sujeitos são particularmente constituídas pela forma que eles se representam por si mesmos e são representados por outros (Jenkins, 1996): trata-se de um processo reflexivo.

Então, segundo Thompson (1998), a posição do indivíduo dentro de um campo ou de uma instituição está estreitamente ligada ao poder que ele possui. Pode-se definir o poder como um fenômeno social penetrante, característico de diferentes tipos de ação e de encontro, sendo a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas conseqüências, com os recursos disponíveis (recursos: meios que lhe possibilitam alcançar efetivamente seus objetivos e interesses), conceito que Fairclough (2003) apóia. O acúmulo de recursos dos mais diversos tipos aumenta o poder. Há recursos individuais ou acumulados dentro de organizações institucionais. Há diversas formas de poder exercidas em diversos contextos, entre eles, o poder manifestamente político, que é a forma mais especializada de poder, que tornam relativamente estáveis as relações ou as redes de poder e de dominação entre os indivíduos e entre grupos de indivíduos, que ocupam diferentes posições nos campos de interação.

Neste momento, é importante apresentar os quatro principais tipos de poder conforme Thompson (1998): poder econômico, poder político, poder coercitivo e poder simbólico. O poder simbólico é o objeto da nossa pesquisa. E o que vem a ser o poder simbólico? Como já dito anteriormente, é o termo usado por Thompson (2002, p. 24) para a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e as crenças de outros e também de criar acontecimentos pela produção e pela transmissão de formas simbólicas por meio de vários tipos de recursos, que seriam os meios de informação e de

comunicação. E o capital simbólico é a acumulação de prestígio, de reconhecimento e de respeito atribuída a certos produtores ou instituições. Portanto, a reputação é um aspecto do capital simbólico, atributo do indivíduo ou da instituição acumulado ao longo do tempo e um recurso do qual se pode fazer uso no exercício do poder simbólico; mas pode ser perdida ou diminuída devido a diversos fatores.

2.1.5.1 Poder simbólico e o campo político

Para melhor compreensão do poder simbólico dentro de um determinado campo, passaremos ao conceito de campo.

Tomando o conceito de campo de Pierre Bourdieu, trata-se de “um espaço estruturado de posições sociais cujas propriedades são definidas principalmente pelas relações entre essas posições e pelos recursos ligados a elas” (*apud* Thompson, 2002, p. 130). Há casos em que as posições sociais adquirem certa estabilidade por estarem incorporadas a instituições com determinado grau de durabilidade no tempo e com alguma extensão no espaço. Segundo esse autor (*idem*, p. 130), “as instituições estabelecem campos de interação e, ao mesmo tempo, criam novas posições dentro desses campos e novas trajetórias de vida para os indivíduos que as ocupam”. Portanto, para ele, o campo político é o campo de ação e de interação em que ocorrem a aquisição e o exercício do poder político, que é uma forma de poder interessada na coordenação de indivíduos e na regulação de seus padrões de interação. Em todas as organizações, há a presença do poder político de alguma forma e em algum grau, mas há um conjunto de instituições interessado primariamente na sua coordenação e na sua regulação, que procura executar essas atividades de uma forma relativamente centralizada em um território mais ou menos circunscrito.

Temos, então, que o uso do poder simbólico não é acidental ou secundário à luta pelo poder político, mas essencial a ele, pois, para a conquista do poder político ou para o exercício dele de maneira durável e efetiva, é essencial ao cultivo e ao sustento da crença na legitimidade. Assim, a definição do campo político se aplica a diferentes formas de Estado e de regimes políticos e a épocas diferentes. Destaque-se que as democracias liberais envolvem tanto um sistema partidário competitivo com meios de formulação política e de mobilização de apoio dentro do subcampo político e da população em geral,

bem como eleições regulares em que a escolha dos representantes políticos se dá de acordo com certas regras. Para alcançar o sucesso eleitoral, deve desacreditar seus rivais. Portanto, os indivíduos do campo político são dependentes, de uma forma vital, do uso de poder simbólico, do subcampo político e dentro do campo político mais amplo, de cuja capacidade de exercício do poder simbólico ele depende. Ter ou não capital simbólico é uma condição essencial para a eficiência política, tão importante como ter uma organização partidária e um forte apoio financeiro.

Então, vê-se a importância do escândalo ou sua ameaça no campo político, pois ele pode provocar o esvaziamento do poder simbólico do qual o poder político depende. Ele destrói ou prejudica as reputações e a credibilidade, atingindo as fontes concretas do poder com prejuízos materiais para as pessoas e para as organizações.

Segundo Thompson, a maior parte dos escândalos atualmente são escândalos midiáticos, que surgem no âmbito em que o campo e o subcampo políticos se sobrepõem à mídia e são lutas pelo poder simbólico em uma arena midiática da política moderna. Tanto os escândalos do subcampo político como os escândalos localizados são descobertos pela mídia e transportados para o campo dos escândalos políticos midiáticos. Temos, então, a mídia como o meio mais importante de relações entre os líderes políticos e os cidadãos comuns e por meio do qual os primeiros acumulam capital simbólico no campo político mais amplo. Gerenciando a visibilidade e a apresentação cuidadosa de si mesmo, os líderes políticos usam a mídia. Assim, pode-se ter idéia de como um escândalo pode destruir toda uma carreira política, afastando os aliados.

Como o foco da nossa pesquisa são as formas simbólicas no texto midiático, discutiremos a sua realização na linguagem.

2.2 Construção de Múltiplas Identidades

Como o escândalo está ligado às formas simbólicas ligadas à identidade, passaremos a discuti-las. Inicialmente, faz-se necessário abordar o tema identidade.

Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2001, 2003), no estudo da “identidade” e da “personalidade”, ao se analisar o foco interacional em que as pessoas constroem sua identidade coletiva ou individual no discurso, deve-se ter em mente a variedade de identidades no fluxo da modernidade tardia, em que a luta pela afirmação de

identidade também é a luta pela diferença.

Contudo, não se pode esquecer de que a identidade e a diferença devem ser compreendidas dentro dos sistemas de significação em que adquirem sentido. Como a linguagem (ou sistema de significação) é uma estrutura instável, elas também não são determinadas pelos sistemas discursivos e simbólicos, ou seja, o processo de significação é indeterminado, sempre incerto e vacilante, e com isso, elas também são marcadas pela indeterminação e pela instabilidade. Como relações sociais, suas definições envolvem vetores de força e relações de poder, são impostas. Um fator importante é que, na definição da identidade, está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. Isso se percebe nas notícias dos escândalos políticos: a briga não é somente pelo fato em si; por estarmos em um contexto de período eleitoral, as formas simbólicas são muito disputadas.

Na construção da identidade, além da diferenciação, há outros processos que a traduzem ou com ela guardam uma estreita relação de poder e que são marcas da presença do poder: incluir/excluir, demarcar fronteiras (nós e eles), classificar (corruptos e não corruptos, éticos e não éticos). Segundo Silva, Hall e Woodward (2000, p. 83), “fixar uma determinada identidade como norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e diferenças”. Assim, no processo de produção da identidade, estão presentes os processos de fixação e de estabilização, de sua subversão e de sua desestabilização. Para eles, a identidade e a diferença dependem da representação, pois é por meio dela que elas adquirem sentido e se ligam a sistemas de poder.

Portanto, a relação entre o discurso e a subjetividade é dialética, com os sujeitos sociais moldados pelas práticas discursivas, remodelando-as e reestruturando-as (Fairclough, 2001, 2003). Daí, a importância de se ter essa visão para se entender a repercussão dos meios de comunicação na divulgação de escândalos políticos que envolvem as formas simbólicas relativas à reputação da pessoa pública, a qual é construída pelo discurso publicado para as outras pessoas. Fairclough aceita que os sujeitos sociais são moldados pelas práticas discursivas, mas insiste que essas práticas são inevitavelmente localizadas dentro de uma realidade material, em que temos objetos e sujeitos sociais pré-constituídos, numa relação dialética, com o discurso se referenciando a objetos pré-constituídos em uma significação criativa e constitutiva deles.

Nisso concorda Rajagopalan (1988, p. 35), que ressalta o fato de o “contexto de

situação” servir para a identidade do usuário da língua – sua personalidade – de uma forma mais realista. Considera o contexto algo interminável e concorda com as palavras de Derrida (1979, idem, p. 35), de que “...nenhum significado pode ser determinado fora do contexto, mas nenhum contexto permite saturação”. Na determinação da identidade, Rajagopalan considera fatores como o contexto, os interesses, o multilingüismo e o multiculturalismo. Como se vê, a identidade está investida de ideologia e a sua construção se dá na língua e por meio dela. Considerando-se que a própria língua em si é uma atividade em evolução e vice-versa e que as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas, a identidade está sempre em um estado de fluxo e de transformação.

Fairclough (2003) também ressalta que o processo de identificação é complexo e, nele, os sujeitos sociais se posicionam de diversas formas, ora como agentes primários, ora como agentes sociais, ora como agentes corporativos. Portanto, para esse autor, a identidade social é a capacidade de assumir papéis sociais, personificando-os e investindo-os de sua própria personalidade (ou identidade pessoal), em desempenhos diferenciados, em um processo dialético. Tal identidade inclui papéis sociais diversos.

Ao discutir sobre níveis de abstração, ele também aborda o fato de uma cultura ter seu estoque de “personagens”, de identidades culturalmente mais notáveis, com uma continuidade através dos tempos e com uma infiltração completa na vida social. No nível concreto de eventos sociais, pode-se questionar como as identidades pessoais investem o “personagem”, no nosso caso, o administrador público do Governo Lula. O autor discute a identificação em textos por meio da avaliação, em termos de valores, ao que é bom ou ruim e também por meio da relação entre a identidade social e a personalidade, da heterogeneidade, da esteticização e da informalização da sociedade nas identidades públicas. Quanto à informalização, trata-se de uma tensão enfrentada por políticos, envolvendo a questão de serem pessoas “comuns” e a de serem figuras de autoridade pública extraordinárias de diferentes modos. Quanto à relação entre a identidade social e a personalidade, Thompson (1995) utiliza o termo “personalização generalizada dos problemas políticos”, ou seja, figuras políticas como personalidade com os quais os receptores podem estabelecer algum tipo de relação. Daí, devem-se considerar, no estudo da ideologia, as novas estratégias de construção simbólica e de organização simbólica de auto-apresentação.

Outra característica abordada por Silva, Hall e Woodward (2000, pp. 93-94) é o

aspecto performativo das proposições afirmativas no processo de produção, de definição, de reforço e de interrupção de identidade quanto à possibilidade de repetição: uma repetida enunciação pode produzir o fato supostamente descrito. Derrida já dizia que ser repetível é um aspecto essencial do signo, o que possibilita a “citationalidade”, em que uma determinada informação é retirada de um determinado contexto e inserida em um contexto diferente.

Vemos, dessa forma, a importância dos meios de comunicação nesse processo. Pelo fato de atingirem audiências extensas e potencialmente amplas, dispersas no tempo e no espaço, o seu papel na divulgação de formas simbólicas, com a propagação e com a difusão dos fenômenos ideológicos, construindo-se a identidade do povo, é imenso e imensurável. Ao mesmo tempo que os meios de comunicação oferecem novas oportunidades de visibilidade, eles também oferecem riscos, como o de se mostrar indigno dos próprios cargos de poder que exercem. Para tal análise, deve-se relacionar essas mensagens aos contextos nos quais elas são recebidas. No caso do escândalo, como o atual Governo utiliza-se muito da mídia para se construir uma imagem, a divulgação de um escândalo, que envolva formas simbólicas ligadas à reputação, pode ter um efeito bombástico.

2.3 Formas Simbólicas

Como a identidade é composta de formas simbólicas, apresentamos a seguir o seu conceito e a sua realização dentro do campo político.

2.3.1 Conceito de formas simbólicas

Em sua obra *Ideologia e cultura moderna*, Thompson conceitua formas simbólicas como uma ampla variedade de fenômenos significativos, desde ações, gestos e rituais até manifestações verbais, textos, programas de televisão e obras de arte. Então, a análise cultural é o estudo das formas simbólicas em seus contextos e de processos historicamente específicos e socialmente estruturados, dentro dos quais e por meio dos quais as formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas (Thompson, 1995, p. 181). Elas

também são objetos de complexos processos de valorização, de avaliação e de conflito, pelos e por meio dos quais se atribuem determinados tipos de valor e envolvem diferentes modalidades de transmissão cultural. Daí, o perigo e o problema de não se controlarem a interpretação e a transmissão cultural tornam vulnerável o político, pois o receber e o interpretar formas simbólicas são processos contínuos de constituição e de reconstituição de significado, os quais podem servir para manter, para estabelecer, para reproduzir as relações sociais assimétricas de poder.

Como o nosso trabalho aborda a forma como as formas simbólicas influenciam as relações de poder, apresentamos um quadro de como elas podem ser valorizadas.

Quadro nº 4: Formas de valorização de formas simbólicas.

1 - Valorização simbólica	2 - Valorização econômica	3 - Valorização cruzada.
A - Atribuição de um determinado “valor simbólico” pelos indivíduos que produzem e que as recebem	A - Atribuição de um determinado “valor econômico”	A - Combinação das duas valorizações
B - Aprovação, condenação, apreciação, desprezo	B - Formas simbólicas mercantilizadas: bens simbólicos.	B - Uso do valor simbólico como meio de aumentar ou de diminuir o valor econômico e vice-versa.
	C - Aquisição de valor simbólico: graus de legitimação.	

O Quadro nº 4: Formas de valorização de formas simbólicas apresenta três tipos de valorização de formas simbólicas, pelos quais elas podem adquirir valor simbólico, valor econômico ou os dois valores. Veremos na análise a importância das formas de valorização no processo seletivo de notícias sobre escândalos políticos.

Como se vê, as formas simbólicas recebem um determinado valor nas relações sociais. Em virtude de o nosso tema abordar as formas simbólicas realizadas no campo político, faremos uma breve discussão a respeito.

2.3.2 Formas simbólicas no poder simbólico

Segundo Martino (2003), toda relação social que ocorre em um determinado espaço social tem um elemento comum: a desigualdade entre pessoas ou instituições – os “agentes sociais” – e a disputa constante entre eles para ser o melhor entre os outros. Esses espaços sociais formam o que Bourdieu (1996), *apud* Martino (2003, p. 32), Gomes (2004, p. 53), Thompson (1995) denomina de “campo”, que é o espaço estruturado de posições, ocupadas por agentes em competição, cuja lógica de funcionamento independe desses agentes. Para esse mesmo autor (1980), *apud* Martino (2003), três leis gerais se aplicam a qualquer campo. A primeira é o reconhecimento de um objeto de luta comum; no campo político, esse objetivo comum é a conquista do poder político. A segunda é a existência de pessoas para jogar o jogo, ou seja, atores que denotem conhecimento das regras do jogo, em que o estado da relação de forças entre os jogadores define a cada instante a estrutura de um campo determinado, com dominantes e dominados adotando estratégias de conservação ou de subversão em função de sua situação relacional num momento específico. A terceira lei do campo é a unidade manifestada por seus agentes contra todo ataque que tente denunciar os interesses reais em jogo, em uma disputa em permanente redefinição contra os que pretendem penetrar o espaço ou desrespeitem as mesmas regras, impondo novos objetos de luta ou buscando deslegitimar comportamentos definidos pelos contendores como legítimos.

Portanto, em qualquer campo, há a circulação de um capital simbólico reconhecido por todos os concorrentes, cuja acumulação pode levar um determinado agente a conquistar a hegemonia dentro de um campo. Para que haja a autonomia relativa de um campo, devem existir um corpo reconhecido de agentes consagrados, os procedimentos estimulados ou proibidos e a vinculação dos indivíduos a um tipo específico de atividade.

Bourdieu (2003, p. 134; Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 101; Thompson, 1995) ainda reforça que, na construção do espaço social, estão presentes as propriedades atuantes, que são as diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos. Portanto, a posição de um determinado agente no espaço social define-se pela posição ocupada por ele nos diferentes campos, pela distribuição dos poderes advindas do capital econômico – nas suas diferentes espécies -, do capital cultural e do capital social e também

do capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, associados à pessoa ou à posição por ela ocupada, forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. É esse capital simbólico no qual as disputas eleitorais passaram a reconhecer como um ponto essencial, pois as pessoas passaram a votar segundo critérios baseados em formas simbólicas e não mais por razões partidárias.

Para complementar, temos o conceito de poder de Thompson (1995, p. 199) como a capacidade de agir na busca de seus próprios objetivos e interesses, de poder intervir em uma seqüência de eventos e de alterar seu curso. Para tanto, utiliza-se dos seus recursos disponíveis. Temos abaixo o quadro de classificação apresentado em sua obra *Mídia e Modernidade*:

Quadro nº 5: Formas de poder.

1 - Poder econômico	2 - Poder político	3 - Poder coercitivo	4 - Poder cultural ou simbólico
A - Origem: atividade humana produtiva.	A - Origem: atividade de coordenação dos indivíduos e da regulamentação dos padrões de sua interação.	A - Uso ou ameaça de força física	A - Origem: atividade de produção, de transmissão e de recepção das formas simbólicas - meios de informação e de comunicação.
B - Uso e criação de recursos materiais e financeiros.		B - Garantia do poder político.	B - Garantia da autoridade do Estado
C - Acumulado em indivíduos e organizações.	C - Todas as organizações têm um grau.	C - Instituições mais representativas: militares	
D - Expansão e aumento			

O Quadro nº 5 : Formas de poder apresenta os quatro tipos de poder presentes em um campo social, que, segundo Bourdieu, é um espaço multidimensional de posições, em que qualquer posição atual se define

em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do

capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses (Bourdieu, 2003, p. 135).

Assim, os agentes, na luta simbólica pela produção do senso comum ou pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial, investem o capital simbólico adquirido em lutas anteriores e, sobretudo, todo o poder que detêm sobre as taxionomias instituídas, como os títulos. Conforme Bourdieu (2003), o título – nobiliário, escolar, profissional, capital simbólico, social e até mesmo juridicamente garantido - é o que melhor expressa a lógica da nomeação oficial. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo), com um determinado valor, e que confere todas as espécies de ganhos simbólicos (e dos bens que não são possíveis de se adquirir diretamente com a moeda). No nosso caso, temos o título “Secretário Nacional de Segurança”.

Como se vê, a estrutura do campo social é definida a cada momento pela estrutura de distribuição do capital e de ganhos característicos dos diferentes campos particulares, mesmo que o poder propriamente simbólico da nomeação seja uma força relativamente autônoma perante as outras formas de força social. A probabilidade de a mudar está ligada ao conhecimento realista daquilo que o sujeito social é e daquilo que ele é capaz de fazer em função da posição nele ocupada.

Daí, a importância do capital pessoal de “notoriedade” e de “popularidade” – o ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um “nome”, uma “reputação etc) e o possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição de aquisição e de conservação de uma “boa reputação” – é freqüentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulada em outros domínios e, em particular, em profissões (Bourdieu, 2003, p. 191).

Temos, então, que o capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento, amealhado por situações anteriores pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. É a ambigüidade da *fides* de Benveniste (1969), *apud* Bourdieu (2003, p. 188):

força objectiva que pode ser objectivada nas coisas (e, em particular, em tudo o que faz a simbólica do poder, tronos, ceptros e coroas), produto de actos subjectivos de reconhecimento e que, enquanto crédito e credibilidade, só existe na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência.

Após a discussão da conexão ideologia-poder-linguagem, apresentamos os nossos pressupostos teóricos relativos aos temas escândalos e meios de comunicação de massa.

CAPÍTULO 3: SEGUNDA PARADA TEÓRICA

No presente capítulo, abordaremos a Teoria Social da Mídia e a Teoria Social do Escândalo, ambas de Thompson (1998, 2002). Ao final, discutiremos a Ética no Jornalismo.

3.1 Teoria Social do Escândalo

3.1.1 História do escândalo

Segundo Thompson (2002), escândalo é um conceito com uma longa e complexa história, em que algumas conotações se preservaram e outras se descartaram. A palavra “difamação” (usada por aqueles que se dizem vítimas ao virem seu nome ou o de sua organização expostos publicamente de maneira negativa) tem origem no mesmo tronco etimológico da palavra escândalo (Rosa, 2004, p. 219). A palavra francesa *escandre*, do francês do século XI, derivou do termo latino *scandalum*, e tinha um significado ambíguo e especialmente notável: *escandre* podia significar tanto escândalo quanto calúnia. O que importa registrar é que, já na origem morfológica da palavra escândalo, estava patente a fina e sutil fronteira que normalmente demarca eventos dessa natureza: a linha que separa o escândalo e a calúnia sempre foi tênue e permanece assim até hoje.

Como definição prática, “escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública” (Thompson, 2002, p. 40).

Direcionamos a nossa pesquisa para os escândalos midiáticos.

3.1.2 Escândalo midiático

Apesar da longa história dos escândalos, eles tomaram uma nova forma, a de escândalos midiáticos. Ainda existem os escândalos localizados, mas os escândalos midiáticos têm conseqüências totalmente diferentes por serem constituídos por formas midiáticas de comunicação. A conexão entre escândalo e mídia deu-se em resposta à necessidade de geração de receita das empresas comerciais por meio da comercialização de

formas simbólicas. Também ocorreu porque alguns jornalistas entendem a revelação de segredos ocultos como forma de exercer a missão de guardiões do interesse público. Mas o mais importante são as transformações sociais que moldaram as sociedades modernas e que, entre outras coisas, redefiniram as relações entre vida pública e vida privada e criaram novos tipos de visibilidade e de publicidade, com o desenvolvimento dos meios de comunicação e seu impacto nas vidas das pessoas e na organização social da vida cotidiana.

Isso moldou as maneiras como os líderes se apresentavam diante dos outros, utilizando-se da intimidade não-recíproca a distância. Com o advento do rádio, a intimidade midiática deu lugar à retórica: a oratória veemente dos discursos apaixonados foi substituída pela intimidade coloquial. Com o advento da televisão, um novo tipo de intimidade na esfera pública floresceu: tanto os líderes políticos dirigem-se aos outros como se fossem da família ou amigos, bem como as pessoas podem examinar detalhes das ações e das falas de seus líderes de uma forma reservada aos das suas relações íntimas e pessoais. Daí, surgiu a sociedade da automanifestação, uma sociedade em que se tornou comum aos líderes políticos e a outros indivíduos aparecerem diante de públicos distantes e desnudarem alguns aspectos de si mesmos e de sua vida pessoal, ou seja, um novo tipo de intimidade midiática na qual os políticos se revelam não só como líderes, mas como seres humanos, como pessoas comuns que se dirigem aos outros como companheiros e revelam seletivamente aspectos de suas vidas e de seu caráter de um modo coloquial ou mesmo íntimo. A imagem do governante passou a se “indexar” aos seus traços de personalidade, à individualidade. Perdeu-se nesse processo a aura que circundava os líderes políticos e as instituições e ganhou-se a capacidade de falar diretamente às pessoas, de dirigir-se a elas como a um amigo, acarretando a eles o fato de serem avaliados em termos de suas qualidades pessoais e não apenas em termos de seus desempenhos na vida pública, o que lhes proporciona novos riscos em virtude de o caráter e a integridade terem cada vez maior saliência na vida pública. Daí, temos um terreno fértil para os escândalos políticos contemporâneos.

3.1.2.1 A transformação do escândalo

Como dito acima, com o advento da mídia impressa e eletrônica, o escândalo

tornou-se um fenômeno de importância maior pois, apesar de a visibilidade midiática ser um presente àqueles que usam os meios de comunicação para moldar sua imagem ou favorecer seus objetivos, ela tornou visíveis inteiras arenas de ação antes escondidas. Em virtude de ela se dar em um complexo campo de fluxos de imagens e de informações difíceis de se controlar, ela se tornou uma armadilha.

Thompson (2002, p. 87) define o escândalo midiático como

um acontecimento que implica a revelação através da mídia de atividades que fossem previamente ocultadas (ou conhecidas por apenas um pequeno círculo de pessoas), atividades de caráter moralmente ignominioso e que, ao se tornarem públicas desse modo, poderiam acabar trazendo implicações prejudiciais aos indivíduos implicados.

Ele distingue os escândalos midiáticos dos escândalos localizados.

Quadro nº 6: Diferenças entre escândalo midiático e escândalo localizado.

Escândalo midiático	Escândalo localizado
Transgressão de valores, normas ou códigos morais: mistura de primeira e segunda ordem	Transgressão de valores, de normas ou de códigos morais: principalmente de primeira ordem
Tipo de publicidade: publicidade midiática.	Tipo de publicidade: tradicional de co-presença
Tipo de vazamento de comportamento da região de fundo para as regiões frontais: por meio de formas da comunicação midiática relativamente abertas.	Tipo de vazamento de comportamento da região de fundo para as regiões frontais: por meio da comunicação verbal ou outras formas de comunicação relativamente fechadas.
Participantes: pluralidade de não-participantes em contextos diversos	Participantes: os localizados no mesmo contexto.
Modo de desaprovação: pelas formas abertas de comunicação midiática (as manchetes dos jornais, as críticas, as caricaturas), com apresentação repetida gerando o clima de desaprovação.	Modos de desaprovação: por meio de falas orais expressas no decurso da comunicação face a face.
Base de evidência das afirmativas dos não-participantes: emprego de certos meios técnicos de comunicação que fixam o conteúdo do intercâmbio simbólico de modo estável e recuperável.	Base de evidência das afirmativas dos não-participantes: emprego de palavras, portanto, dependentes da memória.
Referencial espaço-temporal: deslocalizados, e se estendem através	Referencial espaço-temporal: localizados.

Pelo Quadro nº 6, verifica-se que os dois tipos de escândalos possuem características diferentes, que possibilitam a identificação do escândalo midiático. Passemos à sua estrutura.

3.1.2.2 A estrutura seqüencial dos escândalos midiáticos

Temos também que os escândalos midiáticos ocorrem com fases previsíveis, mas não em um processo absolutamente rígido ou fixo, por um período de tempo, que podem perdurar por semanas, meses ou até anos, mas não duram indefinidamente sob pena de definharem gradualmente. Tal desenvolvimento temporal dependerá dos ritmos específicos das organizações da mídia e de outras instituições, como as jurídicas e as políticas que desempenham um papel central na revelação e na interpretação da informação relevante para o escândalo. São quatro as fases principais do processo do escândalo midiático: fase pré-escândalo, fase do escândalo propriamente dito, climax ou desenlace, fase das conseqüências. No caso do período do *corpus* da nossa pesquisa, podemos localizá-lo na fase do climax, considerado o ponto crítico em que houve uma renúncia e no qual se percebe a tentativa de atitudes que levem à dissipação dos escândalos.

Mas não abordaremos qualquer escândalo midiático, mas sim, o escândalo midiático político.

3.1.3 Escândalo político

No decorrer da história, vê-se que os padrões do escândalo político vêm se modificando e que ele se tornou, a partir da década de 1960, uma característica importante na vida política de muitos países ocidentais. Segundo Thompson (2002), na definição do escândalo político, um aspecto a ser considerado é o envolvimento de um líder ou de figura política destacada, devido a um conjunto mais amplo de relações sociais e de instituições que lhe conferem poder político, ou com respeito às quais o indivíduo procura adquiri-lo.

Conforme Andrei Markovits e Mark Silverstein (1988), *apud* Thompson (2002, p. 124), a característica essencial do escândalo político “brota não do status dos indivíduos

envolvidos, mas na natureza da transgressão: um escândalo político, em seu ponto de vista, implica necessariamente uma violação de um processo devido”. Processo devido se define como as regras e os procedimentos legalmente obrigatórios que governam o exercício do poder político. Eles são públicos e universais e definem o jogo político de um modo aberto e acessível, ao contrário do exercício do poder, que é excludente e privado e no qual o poder é muitas vezes exercido de modo secreto e oculto ao escrutínio público. E é no ponto em que a lógica do processo devido se sobrepõe com a lógica do poder que surge o escândalo político. Mas muitos escândalos políticos envolvendo figuras políticas, na verdade, não são fundamentalmente escândalos políticos, pois estes envolvem determinado abuso do poder às custas dos processos e dos procedimentos. O que se percebe é uma institucionalização dos escândalos políticos nas democracias liberais, que ocorre devido à grande ênfase do processo devido, pois se valorizam a aderência a procedimentos formais e à regra da lei. A característica crítica do escândalo político para Markovits e Silverstein (idem, p. 125) não é “o grau de proveito pessoal envolvido nem é o mérito normativo dos fins procurados, mas é a presença de qualquer atividade que procure aumentar o poder político às expensas dos processos e dos procedimentos adequados”.

Para Thompson (2002), esses autores agem acertadamente ao inserir o fenômeno do escândalo político dentro de um contexto institucional mais amplo; porém, restringem ao definirem o escândalo político em termos da busca do poder às custas do processo, fazendo uma explicação parcial dos escândalos políticos. Portanto, os escândalos do poder são os que envolvem os abusos de poder, mas não são os únicos tipos de escândalos políticos, pois há também os escândalos políticos baseados na revelação de transgressões sexuais ou de irregularidades financeiros, os quais são escândalos políticos apropriados.

Passamos aos tipos básicos de escândalos políticos.

3.1.3.1 Tipos básicos de escândalos políticos.

Thompson (2002) classifica os escândalos políticos em três tipos. Ressalte-se que tal classificação é utilizada por todos os autores consultados sobre escândalo político.

Quadro nº 7: Tipos básicos de escândalo político.

1 - Escândalos sexuais	2 - Escândalos financeiros (poderes político x econômico)	3 – Escândalos de poder
Transgressões de códigos sexuais, com certo grau de aceitação	Mau emprego de recursos econômicos, infração de regras relativas à aquisição e alocação de recursos financeiros.	Atividades de transgressão de regras relativas à conquista ou de exercício de poder - o abuso do poder político
Revelações públicas referentes à vida privada	Revelações públicas de ligações ocultas entre poder econômico e o político	Revelações públicas de atividades secretas e formas ocultas de poder.
Manifestações públicas de desaprovação	Possível instauração de processos legais pela quebra de leis	Instauração ou ameaça de processo legal

Pelo Quadro nº 7, definimos o caso analisado como escândalo de poder, pois envolve a divulgação de atividade infringentes de regras que regem a conquista ou exercício do poder político como tal, sendo a forma mais pura do escândalo político. Entre seus elementos está a transgressão de regras e de convenções que governam a forma autêntica de poder constitutivo da esfera pública, ou seja, a disputa pelo e o próprio exercício do poder político. Podem envolver transações financeiras ilícitas, mas elas não serão o fator principal. Como as normas e as convenções estão normalmente na estrutura constitucional ou na forma de práticas institucionalizadas em estados modernos, a sua transgressão normalmente pode gerar instauração de processo legal ou a ameaça dele.

Aprofundaremos o tema.

3.1.3.2 Escândalo de poder

Thompson (2002) considera os escândalos de poder a forma mais pura dos escândalos políticos por envolverem a ocorrência de ações ou de atividades que transgridem regras, leis e procedimentos estabelecidos para a regulamentação do exercício do poder político. Podem envolver transações financeiras ilícitas ou outros fatos como o sexo no campo político, mas se trata do uso ilícito do próprio poder político, da transgressão da subversão dos próprios fundamentos do poder legítimo. Por esse motivo,

ocorrem normalmente em sociedades democráticas liberais, nas quais o exercício do poder político está regulamentado em leis.

Uma das características centrais dos escândalos de poder é

a revelação das formas ocultas do poder e os abusos de poder reais ou supostos que tinham, até então, sido ocultados por detrás dos ambientes públicos em que o poder é exercido e dos procedimentos publicamente reconhecidos através dos quais ele é exercido (Thompson, 2002, p. 240).

A existência de formas ocultas de poder dentro do Estado não é recente, faz parte da História. Contudo, o desenvolvimento de novas formas de poder invisíveis e o surgimento da mídia criaram condições para a divulgação dos escândalos de poder, ou seja, a divulgação no espaço público desses fatos ou dessas ações e a conseqüente desaprovação. As formas ocultas de poder podem transgredir tanto as regras regulamentares do processo pelo qual as pessoas adquirem poder (processos eleitorais), bem como o poder é exercido. Também geram transgressões de segunda ordem, que podem originar outras acusações, como obstrução da Justiça.

No caso da nossa pesquisa, as notícias analisadas envolviam a transgressão de normas relativas ao exercício do poder. Como o escândalo envolveu um Secretário da área de segurança, fazemos, a seguir, uma rápida explanação sobre os escândalos de segurança.

3.1.3.3 Escândalos de segurança

Thompson distingue dois tipos de escândalo de segurança:

- a - o “jogo sujo”: chantagens e delitos da parte do pessoal de segurança e de informação ou um excesso de zelo;
- b - o escândalo da contra-espionagem (ou o escândalo dos espiões).

O fato de um escândalo de contra-espionagem ser um escândalo político se deve à provocação de um tipo de resposta, de afronta pública, de condenação ou de censura, que ocorre devido a dois aspectos. Um deles é a absoluta traição aliada à negação da confiança investida na pessoa como servidor público encarregado da tarefa de garantir a segurança do Estado e de proteger a vida de seus cidadãos. Outro aspecto é a revelação de tais atividades questionar a competência dos próprios serviços públicos. Para se protegerem, as pessoas políticas normalmente se valem de transgressões de segunda ordem, reais ou supostas.

Portanto, os escândalos da contra-espionagem são tratados como escândalos

políticos por terem lugar no campo político (com possíveis repercussões significativas nos governos e indivíduos que ocupam posições políticas centrais) e por recaírem sobre um dos problemas políticos mais delicados (a segurança e estabilidade do Estado). Outro fator a ser enfatizado é o fato de eles realçarem uma atividade que permanece, em geral, oculta ao escrutínio e que se tornou uma parte essencial da estrutura invisível dos Estados modernos, mas, após ser exposta ao público, tal infra-estrutura é questionada, o que contribui para um sentimento de desconfiança e aumenta as exigências de maior abertura e responsabilidade da parte dos serviços de segurança.

3.1.4 No caminho da Teoria Social do Escândalo

Thompson delinea um enfoque ao que ele chama de teoria social do escândalo, pelo qual escândalos são lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo e envolvem outros fatores, “travadas no espaço público e constituídas por ações e atos de fala de indivíduos e organizações que expõem, afirmam e condenam, bem como pelas ações e atos de fala daqueles que estão no centro das acusações” (Thompson, 2002, p. 296).

Ele liga o exercício do poder simbólico a outros recursos, incluindo ao que ele denomina de capital simbólico, sendo a reputação um de seus aspectos. Ele distingue dois tipos de reputação: *reputação específica da competência* e *reputação de caráter*, sendo a primeira o tipo de reputação conseguida por meio da demonstração de competências específicas, e a segunda, aquela conseguida pelo fato de ser uma pessoa fidedigna e confiável, uma pessoa de probidade e de integridade. Segundo o autor, tais características ajudam a compreender alguns aspectos dos escândalos e suas conseqüências. Os escândalos, como esvaziadores potenciais de reputação, exaurem uma reputação, e muitas vezes, de uma forma tão profunda que faz com que outros feitos e funções das pessoas envolvidas nem sejam mais lembrados. Se o prejuízo será temporário ou permanente, depende do conjunto das circunstâncias específicas. A reconstrução da reputação e a conseqüente reabilitação política em algum grau também dependem de um esforço árduo e da gradual erosão da memória.

Rosa (2004) enfatiza que, em uma sociedade democrática, em que a imprensa livre

e os partidos buscam aumentar ou manter sua parcela de poder, a força deles depende da sua credibilidade para que tenham mais poder simbólico. Portanto, o exercício e a conquista de poder político estão ligados ao poder simbólico para sustentar a crença na legitimidade.

Outro fator importante a ser considerado são as propriedades das esferas em que os escândalos acontecem. No campo da política, eles são evitados a todo custo em função de a reputação ser um recurso vital para se conseguir e para se manter apoio. Líderes ou aspirantes a líderes políticos devem ter uma reputação específica de competência, uma astúcia política e uma reputação ilibada, de honestidade, de integridade e de bom caráter.

Como já dito no item 2.3.2 – Formas simbólicas no poder simbólico, a reputação não é um recurso acumulado somente pelos indivíduos, mas também pelas instituições. Na esfera política, temos os partidos políticos, os governos e as administrações vulneráveis aos escândalos que podem impedi-los de atingir seus fins e seus objetivos, principalmente nos processos eleitorais. Portanto, quando ocorre um escândalo que envolve uma determinada figura política, a tendência dos partidos e dos governos é de se afastar dela.

Portanto, a confiança e a reputação são importantes componentes nas relações sociais. No campo político, facilitam as formas de interação e de cooperação entre políticos profissionais para que haja uma ação cooperativa; na relação entre os políticos e os cidadãos comuns, têm o processo eleitoral como um instrumento de escolha. Haver um grau de desconfiança garante que as atividades dos representantes políticos sejam regularmente fiscalizadas e tornadas mais responsáveis. Segundo Rosa (2004), as crises de imagem – ou crises de reputação – são um tipo bem particular e diferente de crise que podem atingir líderes ou organizações: são potencialmente mais devastadoras. Como o que se vende atualmente é a confiança, com as crises de reputação, pode-se destruir o maior patrimônio de um profissional ou de uma instituição: sua credibilidade, podendo ocorrer uma sentença de morte profissional ou empresarial.

Não se pode esquecer do aspecto de guerra política, em que escândalos fazem com que o capital simbólico de lideranças, de grupos ou de interesses migre de um campo para outro do sistema social. A presença de uma imprensa mais forte, livre e ágil, com uma fronteira cada vez menos nítida entre o público e o privado no que diz respeito à imagem dos políticos, leva a uma luta cada vez mais sangrenta na arena política pela conquista do poder e a um meio cada vez mais regido por normas: isso é a soma para se criar um

ambiente favorável para a eclosão de escândalos políticos.

Thompson (1998) considera os escândalos como falhas na administração da visibilidade e um risco profissional da política na era da visibilidade mediada. Portanto, como forma de minimizar os riscos que possam enfraquecer líderes políticos ou governos, quando os escândalos começam a vazar, esforços são realizados para circunscrever a fonte de problemas.

Não precisam ocorrer escândalos de grande porte para causar impacto, podem ser escândalos menores, mas importantes, que podem gerar um clima de desconfiança generalizada. Como forma de minimizar o impacto, pode-se criar mecanismos de economia de confiança. Tais mecanismos podem solucionar ou podem exacerbar a situação.

Outro ponto já mencionado é o da ênfase no caráter e não na competência dos líderes políticos. Não que o caráter não tenha importância, mas não deve ser enfatizado a um ponto em que eclipse a competência, pois um dos perigos dos escândalos políticos e do clima de desconfiança generalizada são as formas enfraquecidas de governo, em virtude de os líderes e de outros representantes terem de dedicar grande parte da energia e do seu tempo em minimizar os efeitos dos escândalos. Isso propicia uma parcial impotência em gerar e em implementar políticas e em construir uma ação política cooperativa que o processo de governo exige. Outro perigo é a construção de uma forma de governo democrático mas enfraquecida, em que grande parcela da população se desinteressa pelos processos e pelas decisões políticas e deles não participa.

Até o momento, abordamos o escândalo político midiático como um fenômeno mundial. Acreditamos importante fazer um levantamento de como o tema é abordado no Brasil.

3.1.5 Escândalo político no Brasil

Mário Rosa (2004) ressalta que se deve avançar em uma bibliografia verde e amarela sobre as crises de imagem e apresenta seu livro como um modesto ponto de partida para uma compreensão mais profunda desse tema no Brasil.

O atual cenário no Brasil é diferente do de 150 anos, em que, como um funcionário do Estado não precisava observar um conjunto de regras formais existentes hoje, não era

fácil “flagrar” desvios de conduta, o que dificultava a eclosão de escândalos na esfera pública. Hoje, além da mídia, temos a participação de novos atores da cena brasileira, como promotores públicos e membros de CPI, o que possibilita a denúncia de muitas mazelas e de esquemas abjetos de corrupção. Rosa (2004) reconhece o papel desempenhado pela mídia e por outros agentes públicos na tentativa de expurgar da vida nacional determinadas práticas inaceitáveis, que trouxe mais benefícios do que malefícios para a sociedade como um todo, culminando inclusive no afastamento de um Presidente da República. Escândalos e acusações de obtenção de vantagens indevidas por intermédio do poder estiveram presentes na crônica política brasileira.

Também reconhece que a atitude da mídia mudou para melhor quando comparada ao período pré-64: antes, a denúncia da imprensa revelava muito mais os alinhamentos da mídia com o poder político, em que jornais ligados a partidos atacavam seus adversários e vice-versa; hoje, há uma atitude mais profissional e independente da mídia em relação às denúncias. A pretensão da sua obra *A era dos escândalos* é a de colaborar para a reflexão e para o aprimoramento da mecânica dessas três instituições.

O mesmo autor ressalta o papel dos “escândalos confinados” – localizados em CPIs ou em investigações de promotores federais –, aqueles com endereço, com direito até a código de endereçamento postal, que permitem aos jornalistas especializados terem acesso a um grande volume de informação com custos relativamente pequenos. Possibilitam acesso a grande número de informações, geram muito conteúdo e pouco custo. Esse tipo de jornalismo não se confunde com aquele que passa por um trabalho de investigação: é a cobertura de escândalos localizados em instâncias oficiais, feita de forma burocrática pela imprensa e em que os jornalistas se restringem a disputar a precedência de divulgar documentos vazados. Como veremos, podemos enquadrar o escândalo político analisado como sendo um caso de escândalo confinado.

3.1.5.1 Radiografia do escândalo político brasileiro na mídia brasileira

Analisaremos rapidamente como a mídia se reporta aos três tipos de escândalos políticos. Quanto aos escândalos sexuais na política brasileira, a mídia brasileira não os enfatiza e nem a opinião pública tampouco reage a eles com grande exasperação, ao contrário do que ocorre em países da Europa e nos Estados Unidos.

Quanto aos escândalos de poder, são a forma mais genuína de escândalos políticos, exclusivos daqueles. O que se constata na realidade brasileira é a quase inexistência de punições a escândalos políticos associados a abusos de poder. Isso não ocorre no modelo americano, em que a utilização da máquina do Estado, seja na espionagem, seja em atividades ilegais para desestabilizar inimigos externos americanos, constitui o principal filão de crises de imagem. Como não ocorrem desfechos exemplares nesse tipo de escândalos, o papel da mídia é noticiá-los e denunciá-los, mas não o de obrigar o Poder público a agir. Há uma cultura institucional no Brasil que produz um ambiente de impunidade maior para os abusos de poder: há o fator cultural que aceita que as ações, como uso da máquina pública e troca-troca de cargos e privilégios, sejam encaradas como manifestações de “esperteza” política, de corrupção menor. Isso leva à segunda característica brasileira: crimes de abuso de poder, freqüentes em países como Estados Unidos, França ou Inglaterra, no Brasil podem ser considerados escândalos de segunda classe.

Voltando ao modelo proposto por Thompson, temos os escândalos político-patrimoniais, que são os escândalos financeiros na esfera política, com a revelação de atividades de figuras políticas que implicam uma infração das regras para a aquisição e a alocação de recursos financeiros, as ligações ocultas e impróprias entre poder econômico e político. Esses casos nos levam à terceira característica: escândalos políticos de cunho patrimonial são objeto de ampla cobertura da mídia brasileira, despertando forte reação pública, embora não sejam o escândalo-padrão em outros países do mundo.

Podemos, portanto, dizer que o escândalo político verde-amarelo é sinônimo de escândalo patrimonial, cuja temática é a da corrupção, do entesouramento, do patrimonialismo.

Outra marca peculiar do escândalo brasileiro é o fato de o processo iniciar-se dentro do aparato estatal, sendo o Estado brasileiro o maior foco gerador de escândalos no País. Uma das explicações dadas por Rosa (2004) é, na esfera da Justiça, o Estado brasileiro ser o maior foco gerador de pendências jurídicas. Alie-se a isso a questão de ele ser o “maior consumidor” do País, com enorme peso na economia brasileira, temos o conflito político como sinônimo de escândalo.

Até o momento, como falamos muito em mídia, apresentaremos os nossos pressupostos teóricos relacionados ao tema.

3.2 Meios de Comunicação de Massa

Nesta fase, utilizaremos vários autores, com ênfase na Teoria Social da Mídia, de Thompson (1998).

3.2.1 Teoria Social da Mídia

O conceito de “meios de comunicação de massa” para Thompson, em 1995, que acentua a importância das instituições interessadas na mercantilização das formas simbólicas, é: “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação” (Thompson, 1995, p. 288).

Já em sua obra *A mídia e a modernidade*, Thompson avança a discussão sobre os meios de comunicação de massa. Estabelece que “meios de comunicação” seria o termo ligado a um conjunto de instituições e de produtos comumente agrupados sob a etiqueta “comunicação de massa”. O termo “comunicação de massa” estaria ligado à compreensão de uma grande pluralidade de destinatários, que recebem os produtos da mídia em um processo de interpretação e de incorporação às suas vidas. Contudo, ele prefere o termo “transmissão” ou “difusão” das mensagens da mídia ao termo “comunicação”. Alerta que não se deve considerar os receptores como passivos e indiferentes, por serem eles capazes de intervir e de contribuir com eventos e com conteúdo durante o processo comunicativo. Temos, assim, um processo comunicativo fundamentalmente assimétrico, mas não completamente monológico ou de sentido único. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, como a comunicação e a transmissão em rede, com mudanças fundamentais na natureza da comunicação mediada, passa a utilizar o termo “comunicação mediada” ou “mídia” e utiliza o termo “comunicação de massa” para o conjunto interligado de desenvolvimentos históricos e fenômenos comunicativos, ou seja, à produção institucionalizada e à difusão generalizada de bens simbólicos por meio da fixação e da transmissão de informação ou de conteúdo simbólico. Esse autor, nessa obra, em 1998, apresenta as seguintes características dos meios de comunicação:

Quadro nº 8: Características dos meios de comunicação – Thompson (1998).

1 - Produção e difusão	2 - Formas simbólicas	3 - Produção e recepção das formas simbólicas	4 - Disponibilidade espacial e temporal das formas simbólicas	5 - Circulação pública das formas simbólicas
Envolvimento de meios técnicos e institucionais	Mercantilização das formas simbólicas	Dissociação estruturada	Prolongamento	Disponibilidade a uma pluralidade de indivíduos
Inovações tecnológicas da indústria da mídia	Valorização simbólica	Contextos distantes e diferentes	Disponíveis a um número incalculável de indivíduos	Caráter público
Generalizadas	Valorização econômica	Fluxo predominante de sentido único	Disponíveis em espaços cada vez mais amplos	Impacto na esfera pública
Exploração comercial		Não-passividade dos receptores	Disponíveis em velocidade cada vez maior.	Impacto na relação entre os domínios público e privado

Essas características mostram a força dos meios de comunicação, o que torna compreensível a preocupação do Estado com a divulgação de fatos “políticos”. Pelo fato de a recepção e a interpretação das notícias não serem passíveis de controle, isso faz com que “fragilizem” as pessoas envolvidas, pois os meios de comunicação de massa tornam as formas simbólicas acessíveis a um vasto número de pessoas, estendendo-se a milhares/milhões de pessoas. Apesar de o acesso depender de uma série de fatores, como ter os meios técnicos, as habilidades e os recursos para adquiri-los, atualmente com os meios de comunicação como o rádio, atingem-se facilmente milhares de pessoas.

Temos, assim, uma nova forma de interação, em um fluxo de mensagem unidirecional, com uma quase-participação. Os receptores elaboram e reelaboram as mensagens recebidas via meios de comunicação de massa, passando-as aos receptores secundários. Daí, temos o que Thompson (1995, p.321) chama de “mediação ampliada”, para o qual a capacidade de gerenciamento da visibilidade se faz essencial. Com esse quadro, tornou-se difícil aos que exercem o poder controlar e restringir o acesso à informação: na nova arena política, surge uma nova forma de interação, o que o autor

chama de quase-interação mediada, por meio da qual tanto os laços de lealdade e de afeto bem como os de rejeição podem ser criados.

Para melhor compreensão do processo, discutiremos essa nova forma de interação e sua repercussão no cenário político e social.

3.2.1.1 A reorganização do espaço e do tempo: quase-interação mediada

Segundo Thompson (1998, 2002), com o advento das telecomunicações, ocorreu uma disjunção entre o espaço e o tempo na transmissão da informação e do conteúdo simbólico, levando à descoberta da simultaneidade não espacial e afetando as maneiras pelas quais os indivíduos experimentam as características de espaço e de tempo da vida social. Antes, havia três tipos de interação: a interação face-a-face, a interação mediada, a quase-interação mediada. No caso das relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa, temos a quase-interação mediada, ou quase interação midiática, que se apresenta com as seguintes características: extensa disponibilidade de informação e de conteúdo simbólico no tempo e no espaço, disseminação no tempo e no espaço, estreitamento das deixas simbólicas, produção de formas simbólicas para um número indefinido de receptores potenciais e caráter predominantemente monológico.

Com o surgimento da quase-interação midiática como uma forma significativa de intercâmbio social das sociedades modernas atuais, ocorreu a transformação da natureza da publicidade e da visibilidade de um indivíduo ou evento. Até então, antes do desenvolvimento da mídia, o público – que é o visível ou acessível a outros, diferentemente do privado que é um ato invisível, desempenhado secretamente entre um círculo restrito de pessoas – ligava-se à partilha de um local comum, a publicidade tradicional de co-presença e potencialmente de caráter dialógico. Com o advento dos meios de comunicação, criaram-se novas formas de publicidade, não mais ligadas à partilha de um lugar comum, mas sem substituí-la, e, sim, ampliando-a e transformando-a. É a que Thompson chama de publicidade midiática.

Quanto à organização social da quase-interação mediada, Thompson (1998) apresenta duas regiões presentes em uma ação interativa: a região frontal e a região de

fundo. A região frontal são certas suposições e as características físicas do ambiente em que ocorre a ação, e a região de fundo comporta determinadas ações e expressões consideradas inadequadas. Nesta, o agente social relaxa e tem comportamentos incompatíveis com as utilizadas na região frontal.

Tal ação interativa é o que Fairclough (2003, p. 51-52) e Chouliaraki e Fairclough (1999) chamam de ação à distância e é um dos traços definidores da “globalização” contemporânea que facilita o exercício do poder: é a possibilidade de ações transcenderem diferenças no espaço e no tempo, unindo eventos sociais a práticas sociais diferentes, por meio de alguma tecnologia de comunicação. É a (inter)ação mediada. Eles consideram os mídias de massa como uma parte do aparelho de governância, em que um gênero de mídia, como os jornais, insere-se em um processo altamente complexo de recontextualização e de transformação de outras práticas sociais, tal como política e governo, inserido em textos e em interações de diferentes práticas, como a vida cotidiana.

Daí, temos a transformação do exercício do poder em virtude do novo formato implantado pela mídia. Temos, a seguir, a forma como o poder é afetado pela mídia.

3.2.2 Mídia no poder e o poder na mídia

Para Motta (2002, p. 14), a imprensa é um instrumento de luta pelo poder desde a invenção da tipografia, em 1440, por Gutemberg. Todo governo a tem utilizado como expressão de um poder e a fim de criar melhores condições de governabilidade. Maquiavel (idem, p. 14) já dizia que “governar é fazer ver”, o que demonstra a força da mídia para persuadir o povo e para legitimar um governo. Contudo, ela também sempre foi um instrumento de oposição e de resistência em qualquer época. Não se pode esquecer de que a imprensa se insere em várias instâncias: a cultural, quando veicula e consolida hábitos, costumes, gostos; a jurídico-institucional, como legitimadora de regras éticas e morais socialmente aceitas; a política, quando se pensa em relações de poder. Na área política, o discurso da imprensa defende uma posição independente e, portanto, democrática, posição própria de imparcialidade no jogo político, de neutralidade e de distanciamento na observação e no relato dos eventos públicos. Reivindica para si uma posição

ideologicamente independente na cobertura dos fatos, com uma atitude profissional na observação e na análise da realidade política. Nesse sentido, passa a se assumir como o Quarto Poder, um poder além do Executivo, Judiciário e Legislativo, como legítima representação neutra da vigilância política democrática, um poder autônomo exercido em nome do povo, um baluarte da vigilância democrática e da resistência aos abusos dos governos, para que a política defenda os interesses gerais da sociedade (Motta, 2002, p. 15-16).

Para Thompson (2002), o século XIX é o berço do escândalo midiático, o século XX é a sua morada. Três fatores favoreceram o escândalo midiático se firmar como gênero. O primeiro deles foi o crescimento e a consolidação da imprensa de circulação de massa, com os jornais se digladiando por fatias cada vez maiores do mercado midiático. Para tanto, valiam-se de instrumentos que enfatizavam o entretenimento e o contar histórias, com grandes títulos, fotos chamativas e estilos literários de caráter popular.

O segundo fator foi o surgimento do jornalismo investigativo, que enfatiza, entre outras coisas, a importância de descobrir e de apresentar os fatos de forma informativa, crítica e investigativa. Tal investigação poderia levar a fatos que suscitariam um debate público e influenciariam o processo político. O jornalismo investigativo no século XX mostrou a manipulação que os governos e os outros podem fazer das notícias e a ocultação de notícias que podem prejudicá-los, o que fez com que alguns jornalistas procurassem olhar mais além das explicações fornecidas pelas fontes oficiais.

A terceira condição de favorecimento do desenvolvimento do escândalo midiático foi a difusão das novas tecnologias de informação e de comunicação, o que aumentou consideravelmente a visibilidade dos líderes políticos e de outras personalidades públicas e criou uma categoria totalmente nova de pessoas amplamente conhecidas – astros e estrelas de cinemas populares, personalidades do rádio e da TV. Também pela riqueza audiovisual das mensagens que transmitiam, as novas tecnologias criaram um novo tipo de intimidade na esfera pública, com os políticos e os outros podendo mostrar aspectos da vida pessoal, e forneceram um conjunto ainda mais sofisticado de aparelhos de monitoração e de registro das atividades dos atores políticos, muitas delas antes resguardadas. Isso, contudo, não implica maior sinceridade e maior risco de manifestação de atividades privadas na esfera pública.

Veremos como esses fatores influenciaram a divulgação dos escândalos políticos.

3.2.3 Teatralização do escândalo político

Apesar de Rosa (2004) concordar com a importância da midiocracia na divulgação dos escândalos brasileiros, ele entende que o Brasil se encontra em um estágio anterior ao da discussão: o risco de se impor um roteiro pré-definido, com "mocinhos" e "vilões" de nosso universo social por se reduzir os escândalos políticos e empresariais a escândalos nas bordas da fronteira do Estado. A notícia passou a ter um papel de entretenimento, esvaziada no seu conteúdo político e em nova formatação: curta, rápida, fragmentada.

Daí, temos um jornalismo interessado em revelar os segredos do campo político e do teatro da política para consumo das audiências da comunicação de massa. Ao fazer isso, o jornalismo político procura gerar no público a desconfiança fundamental que bloqueia a plena adesão das audiências aos espetáculos protagonizados pelo campo político; uma das razões disso é a busca para si do controle do espetáculo cotidiano da política.

Tal fator, aliado ao fato de a indústria da informação ter passado a operar com a gramática e a lógica do entretenimento, fez o chamado jornalismo-espetáculo crescer, com a combinação de dois espetáculos produzidos por dois sistemas de agentes e com propósitos quase sempre divergentes:

De um lado, a codificação, em cifra espetacular, dos atos, feitos, relações, pessoas e circunstâncias do campo político, conduzidos pelas consultorias políticas e pelos políticos profissionais para conseguir superar os bloqueadores da esfera da comunicação. Do outro lado, os atos, feitos, relações, pessoas e circunstâncias da esfera política espetacularizados pela cobertura e edição dos agentes do campo do jornalismo” (Thaler 1997; Sun 2001, Lagman 2002; Schudson 1999; Brants 1998; Brants, Hermes e van Zoonen 1998; Ekstrom 2000, *apud* Gomes, 2004, p. 344).

Para tanto, o jornalismo do setor impresso acompanhou o formato televisivo, com as regras e os valores da forma narrativa e discursiva da televisão, para que se produzisse a informação pública para entretenimento a fim de ganhar mais audiência e anunciantes. Ele devia alcançar uma audiência acostumada com uma gramática audiovisual, acostumada a uma gama de alternativas de conteúdos à sua disposição, impaciente. Assim, surgiram várias formas de jornalismo.

O nosso enfoque é o jornalismo político.

3.2.4 Jornalismo político

No caso do jornalismo político, ele é considerado o mais sério na produção de notícias (Gomes, 2004, pp. 347-352), o último bastião contra o jornalismo de espetáculo. Contudo, como a lógica da indústria da informação, nos moldes da indústria do entretenimento, impõe-se sobre todos os seus subsistemas, o jornalismo político utiliza a forma, o enquadramento e o discurso espetacular da narrativa, e produz uma infinidade de narrativas dramáticas sobre a política. A notícia passa a ter as características de coleta de fatos para contar histórias e para descrever eventos como cenários e circunstâncias. Para tanto, o jornalismo político de ficção utiliza-se de alguns lugares-comuns e de algumas estruturas dramáticas das artes narrativas, e dramatiza a informação política, enquadrando o conflito como estrutura dramática. Com isso, o jornalismo-espetáculo constrói, por meio da narrativa de histórias sucessivas, um escândalo, que é a glória do jornalismo-espetáculo. A história nos mostra que narrativas de fatos escandalosos da política agregam enormes audiências, o que faz com que a busca e o alongamento dos seus efeitos sejam perseguidos, até que novo escândalo apareça. Temos, assim, o encenamento da política.

Rosa (2004) ressalta também que, como a mídia noticia os escândalos políticos e os empresariais brasileiros na mesma faixa social (fronteira entre o Estado e a iniciativa privada) e relega outros temas, os agentes públicos do “teatro social” brasileiro são mais escalados como vilões em nossa crônica diária e os atores privados menos sujeitos a esse papel. Somando-se a esse fator uma maior capacidade do setor empresarial brasileiro de expor uma imagem positiva, pela publicidade, aumentam-se as distorções. Motta (2002) enfatiza a posição de Brasília como centro produtor de notícias, sendo fonte de mais da metade do volume de notícias publicadas pelos jornais de outros Estados.

Gomes (2004) complementa que a política é um campo rico em produção de fatos com grandes possibilidades de se tornarem notícias: produz eventos políticos que são autênticas e deliciosas encenações, e possui personagens políticos de alto nível de performance (Erickson 1998; Hart 1998; Hovind 1999; Lichter, Lichter e Amundson 2000;

Brants e Neijens 1998; Langman 2002; Herbeck 1999; Carmur 2000; Barney, 2001; *apud* Gomes, 2004, p. 340). Ainda o mesmo autor (*idem*, pp. 42-53), em sua análise sobre o papel da comunicação na comunicação política, passa a inserir diversos fatores que, ao longo do tempo, transformaram-no: a informação e a atenção pública (audiência) como mercadorias e o surgimento de duas categorias novas, os consumidores de informação e os anunciantes; o fortalecimento da indústria do entretenimento e da cultura – cultura de massa, com a criação ao redor da indústria informacional e da indústria cultural de verdadeiros campos sociais, com um sistema de princípios, de valores, de relações objetivas e de distribuição de reconhecimento, que determinam o lugar que cabe a cada um aí é incluído, sua posição, seu valor em termos de prestígio e reconhecimento. Temos também a credibilidade como uma das propriedades comerciais do jornalismo.

Dessa forma, pelas transformações ocorridas nas sociedades de massa, podemos ver que as democracias dependem cada vez mais dos meios, das instituições e dos recursos da comunicação de massa, em uma forma empresarial, independentes do Estado. As instituições de comunicação de massa contemporâneas têm uma dupla função: a de realizador e a de veiculador de materiais informativos e culturais e de vitrine para a exibição de materiais e de serviços dos setores produtivos; e a de fazer funcionar de maneira eficiente o jogo político, mediando a indústria da informação de modo à sociedade política e à sociedade civil poderem formar opinião e quadros interpretativos sobre o estado da deliberação em que se processa na esfera política.

Vemos, portanto, uma mudança na vida social causada pelos meios de comunicação de massa.

3.2.5 Vida social textualmente mediada

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 42) também discutem que, nas modernas sociedades, as práticas são altamente complexas em suas formas e nas relações sociais de produção. Ressaltam que a dialética entre discurso e poder sempre existiu, o que mudaram foram as suas formas, as relações entre diferentes tipos de discurso e a forma como construções discursivas de práticas (seus elementos reflexivos) figuram como partes de

práticas. Concordam com Thompson em vários pontos. Para eles, discurso escrito é discurso mediado no sentido de que um meio técnico é usado para aumentar distanciamento espaço-temporal. Outras características do texto mediado são a ruptura de contextos de produção e de recepção, a redução do conhecimento compartilhado e a redução do âmbito dos recursos simbólicos disponíveis para construir e para interpretar significado.

Chouliaraki e Fairclough, em sua obra *Discourse in late modernity*, já salientavam a natureza textualmente mediada da vida social contemporânea. Em 2003, Fairclough utilizou o termo “mediação” segundo Silverstone (1999), *apud* Fairclough (2003): o “movimento do significado” – de uma prática social a outra, de um evento a outro, de um texto a outro, em um processo complexo, a “cadeia” ou “rede” de textos, transformados e transformativos. Tal rede envolve a formação em rede de diferentes práticas sociais através de diferentes domínios ou campos da vida social, perpassa diferentes escalas da vida social e depende de processos mais complexos de mediação textual de eventos sociais. Temos, assim, a capacidade de influenciar ou de controlar processos de mediação como um importante aspecto do poder nas sociedades contemporâneas.

Tal quadro nos leva a uma sociedade mediada, em que a administração da visibilidade se faz necessária aos agentes sociais públicos. Discutiremos a seguir como ela se dá.

3.3 Visibilidade na sociedade mediada

Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), com a pluralidade e a fragmentação da vida social da modernidade tardia, a literatura da pós-modernidade enfatiza a diferença social. Isso se reflete nos processos lingüísticos pela fragmentação e pela diferenciação. Na moderna sociedade tardia, as análises da esfera pública eram feitas considerando-a como simples e unitária esfera pública (Habermas, *apud* Chouliaraki e Fairclough, 1999), mas as recentes análises sugerem a existência de muitas diferentes esferas públicas, plurais e inacabadas e de fronteiras permeáveis, cujo diálogo se dá pelo trabalho da diferença. Contudo, é importante ressaltar, na análise de Habermas de esfera pública (espaço social

onde debates de questões sociais e políticas são abertamente e livremente endereçados a grupos de cidadãos fora das estruturas do Estado) burguesa, que se trata de uma forma de usar linguagem em público. Portanto, a proliferação das esferas públicas - como uma “esfera dos públicos”, Calhoun (1995), *apud* Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 5); Souza (2003, p. 51) - é uma proliferação de modos de usar linguagem em público. Isso nos conduz ao coração dos problemas políticos contemporâneos da democracia.

O conceito aqui utilizado de esfera pública é o de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 137) e relaciona-se aos espaços sociais e às práticas sociais em que pessoas, como cidadãos, dialogam questões sociais e políticas de formas que podem afetar a política e provocar mudança social. Esferas públicas como práticas sociais significa que, apesar de terem um momento discursivo, elas não são simplesmente discursivas: são práticas de ação social e política, conjunturas em que pessoas reúnem recursos para fazer algo sobre questões ou problemas, e nas quais dialogar é uma atividade primária.

Seguimos o sentido básico da dicotomia público e privado de Thompson (1998): conforme o discurso sociopolítico ocidental, “público” significa aberto ou acessível ao público, visível ou observável; “privado” significa o que se esconde da vista dos outros, privativo ou secreto, ou acessível a um círculo restrito de pessoas. Com o passar do tempo e do desenvolvimento dos meios impressos de comunicação, passou-se a não identificar a atividade pública com a atividade do Estado, o que levou à luta pela liberdade de imprensa.

Há um outro fator: segundo Sousa (2003) e Rosa (2004), os espaços públicos plurais cruzam-se entre si e remetem para um espaço público global. Isso mostra a força da informação veiculada pelos mídias de massa: na última década do século XX, o nascimento e a explosão da Internet, aliados ao salto da tecnologia de transmissão de dados e de imagens via satélite, fazem com que um fato ou um rumor possa hoje dar a volta ao mundo em poucos segundos, em uma velocidade jamais vista pela humanidade em qualquer momento. Ocorreu, assim, uma significativa mudança: “àqueles que exercem o poder é que são submetidos agora a um certo tipo de visibilidade, mais do que aqueles sobre quem o poder é exercido” (Thompson, 1998, p. 121).

Portanto, não se pode mais associar o modelo tradicional da publicidade à natureza atual da vida pública, pois a publicidade mediada possui características bem diferenciadas daquela devido ao espaço do visível, no qual as formas simbólicas mediadas podem ser

produzidas e recebidas por uma pluralidade de outros não presentes, em uma relação não-dialógica e assimétrica, em um espaço aberto, criativo e incontrolável. A partir do momento em que os materiais simbólicos se disponibilizam na mídia, não se pode mais prever o que acontecerá com eles.

Os aspectos mostram como se dá a luta pela visibilidade. Portanto, para se manter no cenário político, o agente social deve saber administrá-la.

3.3.1 A administração da visibilidade

Segundo Thompson (1998, p. 122), a administração da visibilidade é uma arte política antiga, o que mudaram foram as regras de como ela é feita em virtude do desenvolvimento dos meios de comunicação e da transformação da visibilidade.

A visibilidade dava-se em ambientes de co-presença e com a presença de poucos indivíduos. Com o advento dos novos meios de comunicação, os governantes políticos passaram a se preocupar com a divulgação de sua imagem pessoal e de suas ações por meio da imprensa para alcançar indivíduos que não partilhassem o mesmo ambiente. Contudo, a imprensa tanto divulgava as imagens de interesse dos governantes, bem como a de seus críticos. Isso fez com que os líderes políticos se preocupassem mais com a sua aparência visual, pois a televisão, como dá maior visibilidade e permite que os indivíduos apareçam “ao vivo” diante de audiências distantes, eleva o grau de vigilância e de monitoração reflexiva requerido pelos líderes políticos e por aqueles a quem confiaram a administração de sua visibilidade.

Com esse quadro, os políticos das sociedades liberais e democratas atuais não podem mais renunciar à administração da visibilidade pela mídia, sendo que as estratégias dos políticos, dos partidos e do governo variam muito. Saliente-se que tal administração não é somente desempenhada nos períodos intensivos de campanhas eleitorais, mas também é parte da própria arte de governar. A condução de um governo exige um contínuo processo de tomada de decisões sobre o quê, a quem e como se pode tornar público. Daí, pode-se ter uma equipe especializada de assessores com a tarefa de tomar, de executar e de administrar a relação entre o governo e a mídia. Não há dúvida de que tal relação é algo controverso.

Em sua obra *A mídia e a modernidade*, Thompson destaca que, apesar de a

visibilidade mediada permitir aos líderes políticos administrar sua exposição pública, também oferece o risco de ser entendido de uma maneira que ele não possa monitorá-la ou controlá-la, o que gera um novo tipo de fragilidade. Ele lista quatro fontes ou situações em que a visibilidade pode trazer danos: a gafe e os acessos explosivos, o desempenho de efeito contrário, o vazamento e os escândalos. Para nosso estudo, focaremos os escândalos. Pode-se ainda dizer que as notícias analisadas por nossa pesquisa podem ser consideradas vazamento, segundo as palavras do ex-Secretário Nacional de Segurança Luiz Eduardo Soares, que é “a revelação intencional de informação por alguém de dentro que decide tornar público algo que sabe reservado para a região de fundo” (Thompson, 1998, p. 129) e difere da informação oficiosa veiculada por uma agência do governo por ser esta um estratagema usado pelo governo oficial para administrar as fronteiras entre o visível e o invisível. Com a crescente proliferação dos meios de produção e de transmissão de mensagens mediadas, a tarefa de administrar sua visibilidade mediada tornou-se mais penosa para os líderes políticos, pois o exercício do poder político tornou-se aberto à visão. Assim, o exercício do poder político passa por um tipo de escrutínio global, criado por um crescente sistema de comunicações globalizado. Os receptores podem observar indivíduos situados em outras partes do mundo de um modo não recíproco (eles mesmos não são vistos), o que permite que sejam testemunhas simultâneas de eventos que acontecem em lugares distantes.

Como a questão social da nossa pesquisa envolve meios de comunicação de massa e escândalos políticos, não se pode deixar de abordar o tema ética no jornalismo. Veremos o tema sob a ótica de vários autores: Thompson (1998), Fairclough (1995), Rosa (2004), Di Franco (1995), Kovach e Rosenstiel (2003). Ressaltamos que a ética não é uma das categorias analisadas, mas entendemos importante discutir o tema para concluir a base teórica.

3.3.2 Ética na imprensa

Um dos pontos levantados por Thompson (1998, p. 208) é de que, apesar de a

liberdade da imprensa ser um aspecto vital da ordem democrática moderna, a tradicional teoria liberal da imprensa livre não pode ser aplicada aos dias de hoje em virtude da crescente concentração de recursos nas indústrias da mídia, levando à formação de conglomerados da comunicação em grande escala e à intensificação do processo de globalização. Saímos do contexto dos pensadores de dois séculos atrás, em que a principal ameaça às liberdades individual e de expressão provinha do Estado e contra ela se devia proteger, com instituições da imprensa independentes do Estado, para o contexto atual, em que novas ameaças surgiram, não mais ligadas ao excessivo uso do poder do Estado, e sim, ao desimpedido crescimento das organizações da mídia e de seus interesses comerciais.

Com o surgimento de grandes conglomerados, não se atentou nem para os perigos provenientes da dependência das instituições da mídia no processo altamente competitivo de acumulação de capital, nem para o fato de que a autonomia e a soberania de estados nacionais particulares seriam limitadas pelo desenvolvimento de redes multinacionais de poder e pelas atividades e políticas de instituições em operação global. Em um contexto em que os conglomerados de comunicação global são atores-chave na produção e na distribuição de bens simbólicos, a reflexão sobre as condições da liberdade de expressão não se pode mais restringir à estrutura territorial do estado nacional (Thompson, 1998, p. 209), e, sim, a um espaço transnacional.

Segundo Thompson (1998), aplicando-se o princípio do pluralismo regulado, temos uma estrutura institucional com uma pluralidade de independentes organizações da mídia, com ênfase na liberdade de expressão e na independência das instituições em relação ao poder econômico, mas com o mercado monitorado. Temos não só o contexto dos meios de comunicação como instituições, mas também o exercício ético do jornalismo, que discutiremos a seguir.

3.3.2.1 Exercício ético do jornalismo

Em sua obra *Os elementos do jornalismo*, Kovach e Rosenstiel (pp. 22-23) destacam que o dever do jornalismo deve ser o fornecimento de um elemento muito especial a uma determinada cultura: informação independente, confiável, precisa e compreensível, elementos importantes para que o cidadão seja livre e capaz de autogovernar. Para que isso ocorra, eles apresentam nove princípios básicos do jornalismo:

- “1 - a primeira obrigação do jornalismo é com a verdade;
- 2 - sua primeira lealdade é com os cidadãos;
- 3 - sua essência é a disciplina da verificação;
- 4 - seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem;
- 5 - o jornalismo deve ser um monitor independente do poder;
- 6 - o jornalismo deve abrir espaço para a crítica e para o compromisso público;
- 7 - o jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante;
- 8 - o jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional;
- 9 - os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência”.

Eles observaram que os jornalistas e os códigos se posicionam da mesma forma com relação ao compromisso da informação de sentido público, com uma obrigação moral e social mais ampla: os jornalistas devem aplicar o bom senso para decidir o que noticiar. A sua tarefa é ajudar o público a pôr ordem no mundo, e para isso deve checar se a informação é confiável e ordená-la de forma que o leitor possa entendê-la. Uma tarefa árdua, pois temos atualmente um jornalismo baseado no mercado, com três forças chaves a atuar: a natureza da nova tecnologia e, por tabela, a da comunidade política; a globalização, que altera o conteúdo produzido pelas corporações sem fronteiras; e a conglomeração.

Então, a melhor compreensão da verdade jornalística é a análise do seu processo, algo que se constrói ao longo do tempo: as primeiras matérias indicam a existência de um novo fato ou de uma tendência e podem começar com um relato de alguma coisa simples; daí, verificam-se os fatos, para que os repórteres armem um relato equilibrado e confiável desses mesmos fatos, válido por agora, mas sujeito a uma investigação posterior, a melhor versão da verdade. O contexto passa a ser acrescentado em cada matéria nova, com contribuições subseqüentes por meio das páginas editoriais, dos programas de entrevistas, das páginas de opinião, das cartas aos editores, o que abrange a gama completa de reações públicas e privadas. Um verdadeiro jornalista não deve distorcer os fatos e, sim, deve respeitar os mesmos padrões de veracidade ou de compromisso com o interesse público

como em qualquer outro aspecto da profissão. Para completar, o jornalismo deve fornecer um fórum para a crítica pública e para a conciliação.

Concluindo, Kovach e Rosenstiel (2003) ainda entendem que o jornalismo é uma questão de caráter, com uma carga ética e de julgamento pesada sobre o jornalista e a empresa onde trabalha. Como há uma tensão entre o papel de serviço público do jornalista e a função comercial que financia o trabalho, em um contexto de organizações oligárquicas em vista dos custos proibitivos para se ter uma empresa jornalista e eficaz, a situação se complica.

Daí, temos uma nebulosa fronteira entre o que é de interesse público e o que é de interesse para o público: um passo inadequado pode levar à invasão de privacidade, tema do próximo tópico.

3.3.2.2 Invasão de privacidade

A invasão da privacidade é, segundo Paul Johnson (*apud* Di Franco, 1995, p. 17), “o pecado mais pernicioso da mídia de nossos tempos”. O editor, sugere Johnson, antes de ultrapassar a linha que separa a vida privada da pública, deve sempre fazer a pergunta: “Esta revelação é feita claramente no interesse público?” Notem bem: não “interessante para o público”, mas feita no interesse público, o que é bem diferente. Deve-se ter em mente sempre que há uma fronteira ética entre o direito à informação e o direito à privacidade: o bem comum, o verdadeiro interesse público.

Nas palavras de Tom Wolfe (*apud* Di Franco, 1995, p. 155), “só existem duas maneiras de fazer carreira em jornalismo: construindo uma boa reputação ou destruindo uma”, o que é o denunciamento irresponsável. A imprensa tem relevante papel de denúncia, de contraponto, que não é o mesmo que a curiosidade agressiva, com o afã de escândalo ou com atitudes de retaliação. Em qualquer informação, deve-se descobrir e contar a verdade, ter um ceticismo ético, base do jornalismo investigativo. O bom repórter não pode ficar satisfeito com o mero registro das diferentes versões. A informação de qualidade reclama um esforço adicional. O jornalista deve, na feliz expressão de Cláudio Abramo, procurar “a verdade que está camuflada atrás da verdade aparente” (Di Franco, 1995, p. 26). Ser

imparcial não é difundir coisas a meio caminho entre a verdade e a mentira, sem o esforço de refletir a verdade objetiva. O esforço pela correção do noticiário, responsável pela credibilidade dos veículos, exige um permanente controle da qualidade ética da informação. Fidelidade à verdade dos fatos: essa é a pedra de toque do jornalismo de qualidade.

Contudo, com o novo contexto em que o jornalismo impresso, tradicionalmente forte no tratamento da informação, enveredou pelos caminhos do espetáculo em prejuízo da informação de qualidade, ele tem frustrado o eleitorado dos jornais. Mas, os jornais não precisam abrir mão da qualidade do seu conteúdo editorial para apresentar um produto mais atraente aos seus leitores. Segundo Di Franco (1995), na verdade, um noticiário isento jamais pode comprometer a linha do jornal, pois é perfeitamente possível, embora pressuponha talento e competência, harmonizar firmeza editorial com imparcialidade informativa.

Na conquista de novos mercados e de leitores, a imprensa precisa estabelecer normas que desestimulem a promiscuidade entre o texto opinativo e a matéria informativa. A opinião camuflada, de esquerda ou de direita, conspira contra a qualidade do noticiário. Os objetivos devem ser sempre o respeito ao público e fidelidade à verdade factual.

Há um outro fator preponderante a ser lembrado: o jornal, como qualquer outra empresa, não existe para perder dinheiro. Diversos autores, como Kovach e Rosenstiel (2003) e Fairclough (1995), ressaltam tanto a pressão econômica e comercial que os jornalistas sofrem, quanto a característica de entretenimento das notícias e das informações. Segundo Di Franco (1995), ganhar dinheiro com a informação não é um delito e, sim, um dever ético. Como o lucro decorre da credibilidade, da qualidade do produto, a qualidade é a primeira exigência da ética. Não se defende uma ética utilitária. Ela tem um valor em si e deve ser praticada independentemente do lucro. No entanto, ética e lucro, nos meios de comunicação, não devem nem podem ser realidades antagônicas. A ética jornalística não é um dique, mas um canal de irrigação na paixão pela verdade, no respeito à dignidade humana, na luta contra o sensacionalismo, na defesa dos valores éticos. A ética, ao contrário do que gostariam os defensores de um moralismo piegas, não é um freio às legítimas aspirações de crescimento das empresas informativas. Suas balizas, corretamente entendidas, são a mola propulsora das verdadeiras mudanças.

Contudo, a imprensa não pode ser considerada acima de tudo e de todos. Ela

também deve passar por algum tipo de escrutínio e de controle. Daí, temos a necessidade da concientização do seu controle.

3.3.2.3 Limites à imprensa

Não se pode negar que a denúncia de contradições dos poderosos, como faz a imprensa, atende ao interesse do público. Mas também são de interesse público os limites que a própria imprensa deve respeitar em sua missão de informar. Tais limites são definidos intramuros, de acordo com a concepção de cada veículo, ao sabor da ideologia de cada empresa ou de cada diretor de redação. Rosa (2004) entende ser injusto afirmar genericamente que a imprensa como um todo adota atitudes questionáveis e comportamentos impróprios na ânsia de produzir notícias nos bastidores dos escândalos: se exageros aconteceram, na história recente, na maioria das vezes foram praticados por pequenos grupos dentro das redações, aos quais denomina de “Comandos Táticos Especiais”, cujas decisões e ações são tomadas diretamente por eles, ficam a salvo de qualquer julgamento e mesmo fora do alcance ou do conhecimento da grande maioria dos membros de uma instituição. O livro *Os elementos do jornalismo*, de autoria dos jornalistas americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel, considerado uma das mais profundas e amplas análises da imprensa contemporânea, analisa esse tipo de desvio de conduta. Ao se debruçarem sobre a necessidade de transparência no jornalismo, os autores preconizam uma conduta que, se transformada em padrão no Brasil, produziria um inegável avanço. Entre os aspectos considerados, um deles é o de que os jornalistas têm a obrigação de revelar ao seu público sempre que manipularem suas fontes para conseguir a informação e explicar suas razões. Assim, os cidadãos podem decidir por si mesmos se essa desonestidade jornalística se justifica ou não, acrescentam.

Vários pontos devem ser observados quanto à postura adotada pela imprensa quando se trata de discutir as próprias contradições. Rosa (2004) aponta, a favor da imprensa, que ela já é mais exposta do que a maioria das instituições. Contudo, as instituições são feitas com parâmetros claros, pois poder em excesso corrompe valores básicos, ensina a História. Ambiente de transparência é requisito a ser seguido por todos: empresas, líderes políticos e mídia.

Conforme esse autor, no Brasil, os fatores estruturais da revolução tecnológica foram potencializados por outros dois fatos, conjunturais e específicos: com a promulgação da Constituição de 1988, as CPIs ganharam o poder de quebrar e de vaziar dados dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de pessoas físicas e jurídicas, e o Ministério Público conquistou poderes e prerrogativas inéditas. A combinação de todos esses fatores e mais uma nova ordem institucional criaram um ambiente propício para a proliferação de crises de imagem.

Apesar disso, não se pode negar o papel da imprensa no contexto das instituições brasileiras. Graças a sua permanente vigilância, vem sendo possíveis denunciar toda sorte de abusos e formas mesquinhas de corrupção e revelar à nação práticas ultrapassadas de exercício e de manutenção do poder totalmente incompatíveis com uma sociedade que se pretende moderna, desenvolvida, justa e transparente. O trabalho de outras instituições, como o Ministério Público e as Comissões Parlamentares de Inquérito, vem minimizando alguns cancos da cultura política, das empresas e de diversos segmentos sociais do País, processo que tem colocado muitas vidas de seus integrantes em risco. Portanto, menosprezar ou reduzir a importância desses três atores sociais não faz sentido. Para Rosa (2004), apesar dos erros cometidos por eles, todo esforço de correção de erros, de exageros e de distorções deve começar por iniciativa das próprias instituições, pois qualquer regulação externa pode ser vista como tentativa de intimidação e credibilidade.

Dessa forma, os mecanismos de auto-regulação devem ser propostos e gestados dentro dos limites de cada uma dessas estruturas. Assim agindo, a própria imprensa garantirá sua credibilidade. Sabemos que a imprensa, como qualquer atividade humana, está sujeita a erros em um contexto em que há o rigor do *deadline*. Ao mesmo tempo em que as palavras podem informar corretamente, denunciar situações injustas, cobrar soluções, também podem esquarterar reputações, destruir patrimônios, desinformar. “Jornais justos”, sublinha o jornalista inglês Paul Johnson (*apud* Di Franco, 1995), “chamam a atenção a quilômetros de distância”. A correção de um erro de português ou uma troca de legendas é algo que é feito frequentemente e relativamente fácil, o que não ocorre quando se admite a prática de atitudes de prejulgamento, de manipulação informativa ou de leviandade editorial. Isso exige senso de honra e coragem moral. Reconhecer o erro, limpa e abertamente, é o pré-requisito da qualidade. E não há

investimento que supere o marketing da verdade, que conquista e garante boa clientela de leitores e de anunciantes por meio da conquista da qualidade editorial.

Complementando, faremos breves comentários sobre a ética no jornalismo brasileiro.

3.3.2.4 Jornalismo ético brasileiro

Em uma democracia, o direito à informação, o direito à liberdade de expressão e o jornalismo sempre devem estar presentes. Nesse contexto, a cultura do acobertamento que tem alimentado a hidra da corrupção implode. Dessa forma, o Brasil depende da liberdade e do nível técnico e ético da sua imprensa, em que não cabem atitudes amadorísticas, a fim de que se crie a cultura do trabalho bem feito e se estabeleçam mecanismos eficazes de controle da qualidade ética da informação. O leitor, cada vez mais crítico e exigente, cobra qualidade informativa de um profissional que saiba pensar com lógica, investigar sem preconceitos, escrever com elegância, e informar com clareza e isenção sobre a verdade dos fatos.

Os meios de comunicação social, lembra Paul Johnson (*apud* Di Franco, 1995), “devem mostrar disposição para liderar”. Então, a mídia brasileira, em um País dominado por esquemas cartoriais, assume significativa parcela de responsabilidade. Cabem-lhe, por isso, o dever da denúncia e a perseverança na cobrança das responsabilidades. Para que haja verdadeiras e concretas transformações, o Brasil vai descobrindo que não bastam passeatas e boas intenções, é preciso mudar a forma de ser da sociedade. Superar a ética da omissão é nosso dever para que o País rompa as amarras do atraso e o estigma da corrupção.

Outro ponto a ser ressaltado é que não se deve pensar que a mídia é a grande manipuladora. Segundo Mouillaud (2002), deve-se vislumbrar uma correspondência entre as estratégias da mídia e das fontes: as fontes tendem a reter a informação como um buraco negro atraído para si sua luz, qualquer que seja o sistema, o que produz um efeito de segredo. Contudo, mesmo quando os interesses da mídia e os interesses das fontes se opõem, pode ser que as duas estratégias não sejam complementares, que a informação seja de interesse à retração sistemática do sentido. Não se deve esquecer de que o sentido permite à mídia supor um sentido escondido por trás do acontecimento. Mas como a imparcialidade é uma

meta que deve ser perseguida, a batalha da isenção enfrenta a sabotagem da manipulação deliberada, da preguiça profissional e da incompetência arrogante.

Todos sabem que um dos alicerces do sistema democrático é a liberdade de imprensa, mas que ela deve ser exercida com responsabilidade, em uma equilibrada combinação de humildade e de coragem moral. Como lembra o jornalista Luiz Garcia (*apud* Di Franco, 1995, p. 156), “ética não é mordaza. (...) O que ela pede não é menos notícia, mas melhor notícia: a informação correta, completa, digna”. Tem-se o dever de denunciar, mas de não chocar. Portanto, mesmo quando se possui dossiês carregados de verdades aparentes, antes de editá-los, deve-se proceder a uma adequada investigação, deve-se proceder com cautela e sem considerar como certo o que é apenas uma possibilidade. Notícias de retificação do erro cometido, sempre frágil e envergonhada, e muitas vezes em pequenas notas localizadas no dentro do corpo do jornal, não conseguem apagar o mal produzido, com uma evidente desproporção entre o impacto da notícia falsa e a pálida força da retificação. Por isso, independentemente do elementar dever de reparar o erro, é necessário desenvolver um permanente trabalho preventivo. Deve-se, portanto, consolidar a firme convicção de que a ética é o segredo da credibilidade da imprensa e a chave do seu sucesso, premissa válida para o jornalismo brasileiro.

Passaremos ao Capítulo 4: Análise de textos midiáticos, em que faremos a apresentação do *corpus* e dos resultados levantados seguindo os passos da metodologia apresentada no Capítulo 1 – Percorso metodológico.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE TEXTOS MUDIÁTICOS

Neste capítulo, apresentamos o nosso *corpus* e a nossa análise.

4.1 Apresentação do *Corpus*

O nosso *corpus* é constituído de duas reportagens: uma, editada pela revista *Época*, nº 284, de 27 de outubro de 2003 – Anexo I, com o título *Fogo cruzado na segurança*; outra, pela revista *Isto É*, nº 1.778, de 29 de outubro de 2003 – Anexo II, com o título *A turma da boquinha*. Como dito anteriormente, durante o processo de coleta de dados, foram levantadas as reportagens ligadas à notícia sobre um escândalo que envolveu o ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, publicadas no mês de outubro de 2003 em diversos jornais e revistas. A fim de proceder à análise, delimitamos o *corpus* a duas reportagens em um mesmo período sincrônico, outubro de 2003. Entendemos serem elas suficientes para a análise das categorias selecionadas, o que nos permitirá responder às nossas questões: Como os meios de comunicação midiática constroem os escândalos políticos? Que formas simbólicas estão envolvidas em um escândalo político? A nossa escolha por essas notícias publicadas por revistas e não por jornais se deu pelo fato daquelas serem semanais, com uma estrutura bem própria de notícias de escândalos, como veremos na análise de uma das categorias de Fairclough: Estrutura textual.

Como o nosso objetivo é verificar como os meios de comunicação divulgam e constroem escândalos políticos de poder e em virtude desses caracterizarem-se pela ênfase na imagem construída pelas formas simbólicas, estudaremos como elas se realizam nos discursos midiáticos. Relembramos que, para Thompson (1995, p. 363-365), elas são construções significativas que exigem uma interpretação e uma compreensão pelas pessoas que as produzem e pelas que as recebem. São construções estruturadas de modos definidos, inseridas em condições sociais e históricas específicas, com inter-relações entre significado, que podem ser usadas para estabelecer e para sustentar relações de dominação. Para ele, elas possuem um caráter destrutivo e crítico.

Apresentamos a seguir os textos das reportagens analisadas.

BRASIL

GOVERNO

A turma da boquinha

Ministros criam constrangimento para Lula e secretário de Segurança perde o emprego

LUIZ CLÁUDIO CUNHA

O PT e seus aliados caíram de cabeça no miolo da picanha: o partido tirou a boca do trombone da oposição, onde cresceu e apareceu, para se acomodar na boquinha do poder, onde deitou e agora cria fama. Numa única semana, dois ministros e um secretário nacional constrangeram o presidente

culpas a Lula e foi perdoada. O Ministério Público e a oposição aumentaram o tom das críticas. Benedita bateu pé, disse que não fez nada errado, mas acabou admitindo depositar o valor em juízo, depois que foi repreendida pela Comissão de Ética do Planalto. Seu papélio acabou atrapalhando o domingo do presidente: sentado para ouvir Paulinho da Viola em Brasília, Lula teve que

de R\$ 24 mil com Bárbara Soares, sua ex-mulher. Na antevéspera, o jornal contara que, ressabiado pelo efeito Benedita, ele tinha cancelado outro contrato, de R\$ 40 mil, desta vez com a atual mulher, Miriam Guindani, que chegou a receber R\$ 1.856 em diárias, embora nem fosse servidora do Ministério. O secretário pediu demissão denunciando “tramas sórdidas” para sua derrubada.

Escaldado, o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, deputado do PC do B, disparou antes de ser atingido pela imprensa. Anunciou, na quarta-feira 22, que devolveria metade dos R\$ 10.872 que revelou ter recebido do governo para ficar 11 dias na República Dominicana, em agosto, durante os Jogos Pan-Americanos. O ministro lembrou



Lula com um deslize que fazia a festa dos petistas na oposição: a confusão entre o dinheiro público e o privado. Na quarta-feira 22, depois de um mês de indecisão, a ministra da Ação Social, Benedita da Silva, fez o que todo mundo esperava: devolveu os R\$ 4.816 de diárias que recebeu para uma viagem de oração com evangélicos em Buenos Aires.

O pecado não teria se revelado se não tivesse sido publicado no *Diário Oficial da União*. Às pressas, Benedita arranjou uma audiência com sua equivalente argentina, a ministra Alicia Kirchner. De volta a Brasília, pediu des-

ouvir o coro popular de “devolve, devolve” que saudou a chegada de Benedita ao show. No dia seguinte, no Planalto, Lula deu o troco: deixou Benedita na primeira fila de autoridades, como um ministro qualquer, no lançamento do Bolsa-Família, que tem tudo a ver com a Ação Social. Cansada, Benedita capitulou – e, no mesmo dia, mandou um cheque pessoal para pagar a conta da oração.

Nem reza salvou, naquele dia, o emprego do secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares. Na véspera, o jornal *O Globo* revelou que ele fez um contrato de consultoria

que o hotel onde se hospedou foi pago pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), uma entidade privada. Para um partido acostumado a cobrar explicações de autoridades sobre o mau uso do dinheiro público, a semana deixou o PT vermelho de vergonha. E o presidente chamuscado no seu prestígio: a pesquisa Sensus, patrocinada pela Confederação Nacional dos Transportes, mostrou a maior queda na avaliação de Lula desde sua posse. A aprovação ao desempenho pessoal do presidente era de 76% em agosto e caiu para 70% em outubro. Neste caso, o PT preferiu fazer boca-de-siri. ■

BRASIL

Fogo cruzado na segurança

Acusado de empregar parentes,
Luiz Eduardo Soares sai do
cargo e fala em conspiração

ANDREI MEIRELES

A queda do secretário nacional de Segurança, Luiz Eduardo Soares, foi o fim de uma agonia de três semanas. A crise foi detonada por um dossiê com denúncias de irregularidades administrativas, elaborado por funcionários do próprio Ministério da Justiça. O dossiê foi entregue à Casa Civil do governo Lula. Avisado, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, começou a investigar o caso. O ministro queria demitir Luiz Eduardo, mas enfrentava resistências do comando do PT. Na terça-feira, depois que as primeiras denúncias foram publicadas pelo jornal *O Globo*, o presidente nacional do partido, José Genoíno, avisou o secretário de que a situação era insustentável. Luiz Eduardo renunciou e saiu atirando: "Fui vítima de uma trama".

A gestão de Luiz Eduardo foi definida como uma espécie de clube de amigos, que estariam sendo beneficiados com contratos para a realização de estudos semelhantes e contemplados com farta distribuição de diárias e passagens aéreas. Tudo isso sem prestar contas ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, como determina a lei, e em detrimento do repasse de verbas aos Estados. O dossiê, ao qual *ÉPOCA* teve acesso, não tem assinatura, mas foi produzido com documentos internos e confidenciais da

CHOQUE
Luiz Eduardo tinha
relação difícil com o
ministro da Justiça

ÉPOCA 27 DE OUTUBRO, 2003



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSULTORIA JURÍDICA

Ressalte-se, também, que é terminantemente vedado qualquer vínculo de personalidade, subordinação e continuidade entre a SENASP e consultores a serem contratados pelo BNDES. Longe de se tratar de preciosismo jurídico, o fiel cumprimento dessa recomendação é indispensável para que a contratação por interposta instituição não sirva de artifício para afastar a aplicação de princípios norteadores da Administração Pública – o de acesso ao serviço público por concurso e a imprescindibilidade de lei para a criação de cargos – ou para fraudar a legislação trabalhista (Enunciado 331 do TST).

Brasília, DF, 4 de outubro de 2003

ROGÉRIO PODKOLINSKI PASQUA
Coordenador-Geral/CGPJ/CJ

Secretaria de Segurança. Inclui até esboços de projetos.

A denúncia de que o chefe-de-gabinete de Luiz Eduardo na secretaria, Antônio Carlos Carballo Blanco, estava recebendo auxílio-moradia em Brasília e praticamente vivendo no Rio de Janeiro foi confirmada pelo Ministério da Justiça. Em nove meses de governo, Blanco recebeu 93 diárias referentes a deslocamentos para o Rio. Na semana passada, devolveu R\$ 1.200 em diárias. Júlio César Cônsul, outro homem de confiança de Luiz Eduardo, recebeu 60 diárias para viagens a Porto Alegre.

Documentos no dossiê mostram que o diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos, Sérgio Bor-

ges Andréa, responde no Tribunal de Contas do Amapá a cinco processos por irregularidades em licitações. Ele substituiu Luiz Eduardo como ordenador de despesas.

Miriam Guindani, mulher de Luiz Eduardo, foi contratada como consultora pela Secretaria de Segurança. Ela diz que esse era seu único vínculo com o governo e devolveu os R\$ 4.200 que já havia recebido. O problema é que o nome da mulher de Luiz Eduardo apareceu também em outros documentos. No dossiê, há um organograma em papel timbrado da Secretaria detalhando a aplicação de R\$ 1,46 milhão do convênio com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Ali, o nome de Miriam

aparece como coordenadora de Segurança Municipal, com remuneração de R\$ 5 mil durante quatro meses. "Não é verdade. Meu trabalho lá é voluntário. Só recebo diárias e passagens aéreas", contesta Miriam. Há também a minuta de um projeto denominado Cidade Segura, a ser aplicado no município gaúcho de Canoas com verbas federais de R\$ 450 mil, sob a coordenação da mulher do ex-secretário. "Era um rascunho, que não foi levado adiante. Invadiram nossos computadores para ter acesso a esse esboço", reage Luiz Eduardo.

Na quinta-feira, ele partiu para a ofensiva. Disse que o serviço de inteligência da Secretaria de Segurança monitorou os autores do dossiê e descobriu que eles têm ligações com empresas interessadas em vencer licitações de projetos patrocinados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública. "Não deixei que aparelhassem a Secretaria. Querem a volta do es-

Apesar da crise, política de segurança não muda

quema em que empresas redigem projetos e depois são contratadas para fazer o serviço." Ele defendeu a contratação de Miriam e da ex-mulher, Barbara Soares, como consultoras.

Márcio Thomaz Bastos garante que a queda de Luiz Eduardo não é uma mudança de política. "O Sistema Único de Segurança é um sucesso." ■

Novato na berlinda

A União investiga mau uso de verbas federais em Roraima

Recôm-convertido ao PT, o governador de Roraima, Flamarion Portela, acumula demonstrações de prestígio em Brasília. Na quinta-feira, embarcou para a Espanha como integrante da comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em casa, a situação é diferente. Uma verdadeira força-tarefa, composta de auditores da Controladoria-Geral da República e agentes da Polícia Federal, investiga a aplicação de

recursos federais enviados ao Estado. Uma das denúncias envolve a compra de viaturas policiais com dinheiro da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Para aplicar a verba, de R\$ 1,5 milhão, o governo estadual pediu à General Motors a cotação de seis peruas Blazer e oito caminhonetes S-10, cabine dupla. Apesar de ter recebido a proposta direta da montadora, a polícia de Roraima preferiu comprar os carros de um intermediário – a Motoka Veículos. Como o nome indica, é uma revenda de motocicletas localizada em Boa Vista. O pacote custou R\$ 311 mil a mais.

A Secretaria de Segurança Pública diz que preferiu a Motoka porque tinha pressa em empenhar a verba. Se o dinheiro não fosse gasto até maio, teria de ser devolvido ao governo federal. O problema nesse calendário é que a GM apresentou sua proposta em 12 de fevereiro, bem antes do prazo final.

As notas fiscais dos veículos revelam outra coisa estranha. Os números dos chassis de 13 dos 14 carros são falsos, segundo informação do Renavam, o Registro Nacional de Veículos Automotores. O governo de Roraima alega que foi um erro, já corrigido, e também resolveu abrir uma sindicância para apurar o que ocorreu.

Esclarecemos que, no caso da reportagem editada pela revista *Isto É*, a notícia também aborda fatos relativos à ex-Ministra Benedita da Silva e ao ex-Ministro Agnelo Queiroz. Para a nossa análise, foram considerados somente os fatos relativos ao ex-Secretário Nacional de Segurança. Quanto à apresentação dos dados, em determinados casos, ela é feita por meio de quadros, pois, como listamos diversos exemplos, colocá-los sob a forma de frases tornaria o Capítulo de análise imenso; daí, optamos por colocar os dados em ocorrências locais e enfatizá-los por meio de itálicos.

Passamos, então, à análise. A fim de facilitar, como dito no Capítulo 1: Percurso metodológico, utilizaremos a terminologia da ADC: análise da prática discursiva, da prática textual e da prática sociocultural.

4.2 Análise da Prática Discursiva

Na fase da análise da prática discursiva, faremos a contextualização social das formas simbólicas midiáticas quanto aos processos de produção, de distribuição e de consumo textual. Para tanto, analisaremos o seguinte: as características das instituições; o modo como as formas simbólicas são produzidas, transmitidas ou difundidas a receptores potenciais; os contextos sociais mais amplos e as relações de dominação que caracterizam o contexto dentro do qual as formas simbólicas são produzidas e recebidas; as maneiras como essas relações são alimentadas e sustentadas pelas formas simbólicas que circulam no campo social. Isso nos possibilitará compreender a prática social da mídia em relação às estruturas e às lutas sociais.

Consideramos que a mídia, atualmente, tem um significativo papel nos processos de mudança social. Não se pode negar que, como as suas práticas estão em constante fluxo, o mesmo acontece com as práticas discursivas, o que reflete na sociedade e na cultura. Para melhor compreendermos, utilizaremos os conceitos de “campo” de Bourdieu e a categoria “ordem do discurso” da ADC. Podemos dizer que uma ordem do discurso é a lógica organizacional especificamente discursiva. Assim, a análise de uma ordem de discurso pode ser parte da análise social de um campo (Chouliaraki e Fairclough, 1999 p. 114). No nosso caso, temos a análise dos campos da política e da mídia, que envolvem três diferentes ordens de discurso (a do sistema político, a da mídia e a da esfera privativa da vida diária).

Como os fatores analisados se refletem nas três etapas do texto midiático concomitantemente, faremos a divisão da apresentação em termos de produção, de distribuição e de consumo do texto midiático. Na análise de tais processos, concordamos com Fairclough (2001, p. 106) de que a natureza deles varia de acordo com fatores e contextos sociais específicos. Ao longo do tempo, eles passaram por significativas transformações em virtude do desenvolvimento das instituições de comunicação: as formas simbólicas tornaram-se mercadorias a serem compradas e vendidas no mercado e acessíveis aos indivíduos dispersos no tempo e no espaço. São um fenômeno social contextualizado e os meios de comunicação possuem uma dimensão simbólica irreduzível. Temos também que uma das propriedades de um evento comunicativo na mídia é a disjunção temporal e espacial da produção e do consumo de um texto midiático: ele pode ser consumido em diferentes lugares e tempos. Vários fatores contribuem para tal: o uso difundido de máquinas de vídeo, a tecnologia de satélite, a associada globalização da mídia de massa, a dominação global dos conglomerados midiáticos da América do Norte e da Europa. Portanto, um evento comunicativo na mídia de massa é uma sucessão de eventos em seus processos de produção e de consumo, em que a mídia tem o papel de mediar o domínio público e o privado. Daí, alcançamos outra característica dos eventos midiáticos, a dimensão das audiências: são imensas, o que mostra a influência potencial e o poder da mídia.

Para a análise, adotaremos a definição de Fairclough (1995) de práticas discursivas: as formas em que textos são produzidos pelos trabalhadores da mídia em instituições midiáticas, as formas como tais textos são recebidos pelas audiências, e as formas como os textos midiáticos são socialmente distribuídos.

4.2.1 Análise do processo de produção midiática

No caso da produção de um artigo de jornal, temos diversas rotinas institucionais de natureza coletiva em seus diferentes estágios. As organizações midiáticas são caracterizadas por rotinas de coletar e de selecionar material, de editar e de transformar fonte material em textos finalizados, como já levantado por diversos autores (Bell, 1991; Silverstone, 1985; Tuchman, 1978; van Dijk, 1988 a; *apud* Fairclough, 1995, p. 48).

Quanto ao acesso à produção midiática, é algo que ainda está sob controle institucional e profissional e submetido a outras formas de poder econômico, político e cultural. Portanto, a produção de um texto é um processo coletivo, com o envolvimento de várias pessoas, como jornalistas, produtores e várias categorias do staff editorial e do staff técnico, cuja finalização passa por diversas fases.

Nesse processo, temos também as fontes, que podem ser oficiais ou não. Quanto a esse item, podemos identificar uma característica econômica da mídia: a sua dependência delas pelo fato de se tentar alcançar a lucratividade, pois as fontes possibilitam um custo menor para as notícias. No nosso caso, pelas notícias, percebe-se que as fontes envolvidas são governamentais (“dossiê...elaborado por funcionários do Ministério da Justiça,...ao qual ÉPOCA teve acesso...”), apesar de o responsável pelo dossiê não estar explicitamente identificado (“..., não tem assinatura...”). Podemos enquadrá-lo no que Thompson (1998, p. 129) denomina de vazamento, como a “revelação intencional de informação por alguém de dentro que decide tornar público algo que sabe reservado para a região de fundo” , do qual o Governo faz uso para administrar as fronteiras entre o visível e o invisível. Nesse caso, o papel da imprensa é o de somente divulgar documentos vazados, o que gera custos mínimos.

Também pode-se enquadrar o escândalo analisado no que Rosa (2004) chama de “escândalos confinados”, ou seja, aqueles com endereço, com direito até a código de endereçamento postal, que permitem aos jornalistas especializados terem acesso a um grande volume de informação com custos relativamente pequenos e que gerem muito conteúdo. Esse tipo de jornalismo não se confunde com aquele que passa por um trabalho de investigação: é a cobertura de escândalos localizados em instâncias oficiais, feita de forma burocrática pela imprensa e em que os jornalistas se restringem a disputar a precedência de divulgar documentos vazados.

Então, apesar de as duas reportagens analisadas terem autores identificados (Andrei Meireles e Luiz Cláudio Cunha), inicialmente, poderíamos dizer que eles são autores (aquele que reúne as palavras e é responsável pelos textos); contudo, após uma análise das formas simbólicas associadas aos atores simbólicos, chegamos à conclusão de que também podem ser enquadrados como “principais” (aquele cuja posição é representada no papel):

na escolha das formas simbólicas, percebe-se o posicionamento dos autores quanto ao fato noticiado.

Pode-se também dizer que temos uma equipe coletiva na produção da notícia: o dossiê elaborado por funcionários do Ministério da Justiça, o que possibilitou a inclusão de dados, como esboços de projetos e valores concedidos ou devolvidos; o Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança; o Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Na análise da produção das notícias, há uma etapa que merece comentários: a da seleção de notícias.

4.2.1.1 Seleção de notícias

Na etapa de produção, não podemos deixar de registrar a questão das pressões sobre o processo de seleção de notícias, especialmente aquelas que têm a ver com o controle ideológico. Concordamos com Motta (2002) que o processo de seleção de notícias não se restringe ao ato de decidir o que vai e o que não vai ser publicado: começa desde a elaboração da pauta, passando pela escolha das fontes, pelos cortes que os jornalistas fazem da realidade, pelas prioridades atribuídas, pelos ângulos de cada matéria, pela forma como o real é submetido ao texto; pelos cortes, enquadramentos e ênfases subsequentes dos diagramadores e dos editores. É um processo complexo e sujeito, em todo o seu percurso, a pressões e a condicionamentos políticos, ideológicos e econômicos. Isso leva à inclusão ou à supressão de determinados fatos e de determinadas notícias. Temos, então, a importância das formas de valorização das formas simbólicas no processo seletivo de notícias sobre escândalos políticos.

Nas reportagens analisadas, os critérios da seleção de matérias são evidentes: além da escolha arbitrária, percebem-se certas regularidades no tratamento da informação para a seleção dos fatos. Temos que os fatos cotidianos são classificados e catalogados de acordo com uma espécie de preço simbólico: quanto maior o preço simbólico, maiores as chances de se tornar pauta, daí o termo “valor-notícia” de cada acontecimento. No caso, o fato (confusão entre o dinheiro público e o privado) tem um preço simbólico alto, que pode ser comprovado pelas duas matérias e por outras veiculadas pelos grandes meios de

comunicação brasileiros (Jornais: *O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Correio Braziliense*; Revistas: *Veja, Isto É, Época*). Há a valorização simbólica do presente escândalo político: condenação, com a estratégia utilizada para a redução do valor simbólico referente ao agente político Secretário Nacional de Segurança. Temos também uma valorização cruzada das formas simbólicas, em que o uso do valor simbólico tem como fim aumentar o valor econômico de alguém/algo – que não está explícito, mas que pode ser o Presidente da República e o Partido dos Trabalhadores – e o de diminuir o valor simbólico de Luiz Eduardo Soares. A valorização cruzada é muito comum nos escândalos políticos, em que publicamente atacam ou difamam alguém.

Outro fator a ser considerado, no processo de produção de notícias, são as escolhas formais, que constituem escolhas de significados: há seleção de opções dentro do significado potencial – como representar um evento ou estado particular de acontecimento, como relatar para quem quer que seja a que o texto se dirige, que identidades projetam. Veremos na análise textual como elas se procederam.

Não se pode negar também que a produção midiática sofre diversas pressões econômicas e competitivas, o que faz com que ocorra a “marketização da mídia” em busca de proporcionar maior entretenimento ao público e, conseqüentemente, alcançar maior venda. As empresas tentam se diferenciar a fim de alcançar maior número de leitores. Contudo, apesar do grau de diferenciação entre elas, há um certo grau de homogeneidade em termos do material que é considerado como digno de notícia, o que gera a circulação circular de informação, com várias conseqüências: grau de homogeneidade dos assuntos; grau de amplificação da mídia; grau de auto-referenciação (uma organização segue mais ou menos o mesmo molde das outras). Isso torna o mundo das notícias midiáticas um mundo fechado em si mesmo. É o que se percebe nas duas notícias analisadas.

Como estamos analisando um escândalo político, vale ressaltar que a notícia pode ser enquadrada como jornalismo político, pois o escândalo foi deflagrado por uma nota publicada na coluna de notas políticas chamada “*Panorama Político*”. Apesar do contexto “mídia e entretenimento”, as colunas de notas políticas são consideradas como aquelas em que há maior fidelidade às fontes e à procura de fatos para substituir as especulações e para diminuir as intrigas. O seu paradigma não é a fofoca, e, sim, o senso jornalístico. Confirmando estudos anteriores de que Brasília é a origem da esmagadora maioria das notas publicadas, as fontes noticiadas são autoridades de Brasília, ou seja, ligadas ao Poder

Executivo federal.

Passemos ao processo de distribuição midiática.

4.2.2 Análise do processo de distribuição midiática

Nesta fase, há um importante fator a ser observado: a dependência da sociedade política dos meios de alcance massivo para apresentar pessoas, suas posições e seus programas ao conhecimento da esfera civil, a fim de conseguir obter o apoio popular e o voto do cidadão, sempre que necessário. Temos, portanto, uma crescente dependência da esfera política em relação à comunicação, de cuja mediação ela depende para chegar à esfera civil. Isso não ocorre no sentido inverso. Para Gomes (2004, p. 302), como “na comunicação, pela comunicação e com a comunicação se constitui e veicula uma mentalidade, um conjunto de valores, um sem número de significados, uma certa lógica, uma forma de sociabilidade”, fala-se em “cultura” midiática.

Miguel (2001, pp. 61-64) complementa que o jornalista deve ser visto como uma esfera de representação política em virtude de sua capacidade de construção das representações do mundo social. Daí, temos os meios de comunicação de massa, nas sociedades contemporâneas, com o quase-monopólio da difusão de informações, de discursos e de representações simbólicas do mundo social. Eles são os grandes provedores de informações, pois o debate público é realizado por meio da mídia. Eles nos dizem quais são os fatos relevantes, quais são as interpretações desses fatos, quais são as alternativas que estão postas. É o espaço privilegiado de disseminação das diferentes perspectivas e projetos dos grupos em conflito na sociedade.

Isso ajudaria a alcançarmos o “pluralismo político”, por meio do conhecimento de valores, dos argumentos e dos fatos das diversas correntes políticas e da formação da sua própria opinião política. Assim, também teríamos a matéria-prima para a construção das identidades coletivas – que, por sua vez, fundam as opções políticas, o chamado “pluralismo social”. Contudo, segundo esse autor, o jornalismo brasileiro – não só o brasileiro – concretiza mal tais pluralismos.

Como as características da distribuição midiática estão entrelaçadas às do consumo midiático, passaremos à análise da etapa seguinte.

4.2.3 Análise do consumo midiático

O outro processo a ser analisado é o consumo do texto midiático. Ele ocorre em contextos sociais diversos, por receptores diversos, com diferentes níveis de acesso, individual ou coletivamente. Fairclough (2001, p. 107) alerta para o fato de o texto midiático possuir uma ambivalência potencial, que é reduzida pelo “contexto de situação”, que permite aos intérpretes alcançarem interpretações da totalidade da prática social da qual o discurso faz parte. Já para Thompson e Gadamer, *apud* Thompson (1998, p. 44), o processo interpretativo das formas simbólicas é um processo ativo e criativo que envolve uma série de conjecturas e de expectativas, que podem ser pessoais, de caráter social e histórico, compartilhadas por um determinado grupo. E “ao interpretar as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros” (Thompson, *idem*, p. 45). A apropriação das formas pode se estender muito além da atividade inicial de recepção e desdobrar-se em outros processos de recepção e apropriação.

Quanto ao campo social do jornalismo, é o espaço social em que se busca, se controla e se distribui um recurso ou valor específico em função do qual as práticas e as representações se ordenam como um sistema. Mas ele também tem um recurso fundamental e específico relacionado à autoridade jornalística: prestígio, reconhecimento, fama, celebridade. Portanto, o jornalismo tanto tem um papel essencial no controle e na distribuição de poder material e simbólico, como também se caracteriza como um sistema de conflito na busca, no controle e na distribuição do capital simbólico do campo. Nesse campo, há a luta pela conquista da autoridade, uma luta pela visibilidade, pelo reconhecimento.

Diversas pesquisas têm mostrado que as características do consumo de textos midiáticos são as seguintes: na sua maioria são consumidos em contextos de domínio privado, na casa e em contexto de vida familiar; são variadamente interpretados por diferentes audiências e membros da audiência, o que pode ocasionar variados efeitos. Pode, portanto, ocorrer uma elaboração discursiva das mensagens mediadas pelos meios,

desde o processo de produção, com a incorporação das mensagens pelo pessoal ou com a geração de conteúdos de novas mensagens (mediação ampliada). Daí, elas podem ser discutidas, reinterpretadas, recontadas e criticadas, interligando-as com outros aspectos da vida das pessoas.

Com a chamada mediação ampliada, teremos receptores de alguma versão da mensagem em interação com receptores primários, o que leva a um círculo maior de receptores secundários. Talvez com o objetivo de evitar a mediação ampliada, o ex-Secretário renunciou, pois ela poderia levar a um desgaste das formas simbólicas ligadas ao novo Governo.

Outra importante característica do consumo midiático é que, segundo Habermas, *apud* Fairclough (1995), com a refeudalização da esfera midiática pública, as audiências são vistas como espectadores e não como participantes. Temos também a comercialização da mídia, vacilando entre demandas de informação e de entretenimento.

Achamos importante discutir a interação envolvida no processo midiático.

4.2.3.1 Forma de interação midiática

Em virtude do alcance do texto midiático na divulgação do escândalo político, discutiremos alguns pontos relativos à forma de interação entre a mídia e os leitores. Como dito, eles estão relacionados aos processos de produção, de distribuição e de consumo: a ação a distância: representando para outros distantes e a ação a distância: ação responsiva em contextos distantes. Quanto à ação a distância: representando para outros distantes, são as formas pelas quais os receptores orientam o comportamento do produtor. Quanto à ação a distância: ação responsiva em contextos distantes, é a organização social das atividades receptivas, em contextos espaciotemporais próprios e múltiplos. O contexto da produção e o da recepção não se sobrepõem. Contudo, apesar de os receptores não terem uma participação reflexiva na quase-interação mediada, ocorrem respostas responsivas pela “elaboração discursiva” das mensagens da mídia, por meio da “mediação estendida”. Tais ações responsivas derrubam o caráter de sentido único do fluxo de informação na quase-interação mediada. O exercício do poder e o uso da mídia em proveito próprio têm de se submeter às características atuais da sociedade da informação: múltiplos canais

transnacionais de comunicação independentes do controle do Estado e recepção das mensagens da mídia independente do controle dos produtores levam às transformações sociais aceleradas pela velocidade dos fluxos da informação. Com isso, relações de poder mudam rapidamente.

Pela quase-interação mediada, os indivíduos têm acesso a um vasto recurso de conhecimento, práticas etc, mas sobre o qual não têm nenhum controle no processo de produção. Contudo, os indivíduos não são somente sujeitos nessa interação quase-mediada, pois eles recontextualizam em formas produtivas e transformativas.

Não se deve esquecer do processo de globalização da comunicação, com suas características: emergência de conglomerados transnacionais, em uma arena global; impacto social de novas tecnologias, como a comunicação via satélite; acesso às redes de comunicação global. Daí, a transmissão de mensagens pela mídia trouxe um elemento novo e fundamental na vida social e política: formas cooperativas de ação responsiva que transcendem as fronteiras de estados-nações particulares. No caso, tivemos o escândalo Luís Eduardo publicado em inglês.

Assim, tal contexto de distanciamento crescente espaço-temporal possibilita que uma atividade social tenha lugar e que o exercício do poder ocorra apesar das diferenças no espaço e no tempo, graças aos avanços tecnológicos em formas de mediação.

Neste ponto, faz-se necessário abordar uma característica das notícias: a possibilidade de repetição, importante elemento do aspecto performativo da produção de identidade. Derrida (*apud* Silva, 2000) já o considerava um aspecto essencial do signo, que leva à possibilidade de citacionalidade (um fato ser retirado de um determinado contexto e ser inserido em outro), fazendo com que a linguagem trabalhe em um processo de definição, de produção e de reforço da identidade cultural. Portanto, a repetição constante dos escândalos políticos passa a reforçar uma identidade de corrupção, de malversação da coisa pública. Talvez, para evitar o processo de citacionalidade e para evitar a produção de novas e renovadas identidades, no escândalo do Secretário de Segurança, ele tenha se retirado para evitar o desgaste público do Partido e do Governo, o que já vinha acontecendo com os escândalos noticiados na mesma época, que envolveram a ex-Ministra Benedita da Silva e o ex-Ministro dos Esportes. Como a repetibilidade pode tanto reforçar

as identidades existentes, como possibilitar a interrupção das identidades hegemônicas, em um processo de construção e de produção, ela tem estreitas conexões com relação de poder. Pelo fato de o atual Governo ter se eleito em uma base ideológica de “ser certo”, de correção, de não-corrupção, escândalos políticos que envolvem formas simbólicas de falta de lisura podem desgastar muito a imagem não só do envolvido, mas também a do Presidente da República, em um processo de desconstrução da imagem do Partido dos Trabalhadores, da atual máquina administrativa e do atual Governo.

Voltando à discussão sobre as mudanças na forma de interação, não se pode negar que a linguagem midiática contemporânea é afetada por duas tensões: a tensão entre a informação e o entretenimento e a tensão entre o público e o privado. Isso leva a duas tendências: a tendência de os acontecimentos midiáticos públicos serem crescentemente conversacionalizados e a tendência do movimento crescente na direção do entretenimento, o que os torna mais marketizados dentro da indústria do “lazer”, com ênfase nas economias contemporâneas da produção para o consumo. Tal quadro tem imposto mudanças nas relações de autoridade que favorecem consumidores sobre produtores – uma mudança mais geral nas relações sociais em favor das pessoas ordinárias e suas práticas, sua cultura e seus valores, incluindo a linguagem conversacional.

Ressaltem-se também os dois aspectos de relacionamentos entre a mídia de massa e outras partes das redes de instituições sociais nas quais ela opera: seus relacionamentos para a vida diária e a família, por um lado; seus relacionamentos para negócios e comércio, por outro, em que a mídia de massa crescentemente é vista como negócio. Ela é formada pelo sistema global e, em troca, contribui para formar o sistema global. Na tentativa de fazer uma ponte entre as condições públicas de produção midiática e as condições de consumo, a fim de se alcançar audiências cada vez maiores, afetaram-se o conteúdo e o estilo comunicativo e desenvolveu-se uma linguagem “pública-coloquial”. Tais aspectos serão referidos na análise da prática textual.

Para finalizar a análise da prática discursiva da imprensa, pode-se concluir que há vários fatores envolvidos no atrelamento dos interesses da indústria da mídia aos da política e da economia, que, muitas vezes, acaba-se refletindo na natureza da produção, da distribuição e do consumo dos textos, e, em consequência, nos textos midiáticos e nas relações de poder.

Passemos à análise da prática textual midiática.

4.3 Análise da Prática Textual

Na discussão da arena política contemporânea, entre os protagonistas do mundo político e os do jornalismo político, é cada vez maior o consenso de que parte considerável da disputa política se situa na luta pela imposição da imagem pública dos atores políticos. Ela também se situa na competição pela produção da percepção pública dos interesses e das pretensões que se apresentam na cena política: a importância crescente das atividades políticas associadas à criação e à circulação de imagens e do poder definidor da comunicação de massa.

Isso se comprova pelo fato de que grande parte da disputa política – da batalha eleitoral ao jogo político normal, a conquista da hegemonia por partidos ou por atores da esfera política ou, pelo menos, a imposição das pretensões de partidos e de atores na esfera pública deliberativa – resolve-se na forma de uma competição pela construção, pelo controle e pela determinação da imagem dos indivíduos, de grupos e de instituições participantes do jogo político. Por meio e ao redor da imagem construída, ocorrem várias conseqüências: mobilização da sociedade civil ou da comunidade internacional, excitação da opinião pública ou do mercado financeiro, estabelecimento ou supressão das condições de governabilidade por parte de um partido, grupo ou ator. Conquista-se ou perde-se credibilidade. É a chamada política de imagem.

Portanto, em tal campo, há que se destacar dois fatores. Um deles é a existência de uma arena política constituída pela disputa da imagem. O outro é o desagrado pela constatação da falta de controle, por parte do ator político, da sua imagem pública, tanto no que se refere à sua construção quanto no tocante à sua administração. Os jornalistas exigem de um ator político imagem pública positiva, à qual estão vinculadas as idéias de competência e de honestidade, e coerência entre imagem consolidada e atitudes que venham a público.

Para Gomes (2004, p. 242), política de imagem designa “a prática política naquilo que nela está voltado para a competição pela produção e controle de imagens públicas de

personagens e instituições políticas”, sendo a imagem pública, em sua substância, uma entidade conceitual, decisivamente apoiada e construída sobre mecanismos enunciativos lingüísticos. Esse autor ressalta que a política de imagem é parte de uma família importante de fenômenos da nossa época, todos circulando ao redor da questão da imagem pública, em que todo o complexo jogo de papéis, de *status*, de posições relativas e de valores sociais se apóia no mundo contemporâneo em termos do jogo da imagem pública. Tal jogo tem um peso maior para três classes de atores sociais que lidam com materiais que dependem essencialmente de conhecimento ou de reconhecimento pela massa: o mundo do espetáculo (cultura, esportes, artes etc), o mundo do comércio e o mundo da política, aos quais se associam a imagem de produto, imagem institucional e imagem política, respectivamente.

Vista a importância das formas simbólicas relativas à identidade do agente social político, passemos a sua análise.

Nesta fase, centraremos nas próprias formas simbólicas midiáticas, com o foco em suas características estruturais internas, seus elementos constitutivos e suas inter-relações – que facilitam a mobilização do significado, interligando-os aos sistemas e aos códigos dos quais eles fazem parte. Será feita uma análise da tessitura local das relações semânticas, específica do discurso midiático do escândalo político envolvendo o ex-Secretário Nacional de Segurança Pública. Para tanto, utilizaremos as categorias analíticas de Fairclough e as categorias sociológicas de van Leeuwen nas duas reportagens selecionadas.

Iniciaremos com as categorias analíticas de Fairclough.

4.3.1 Categorias analíticas de Fairclough

a) Intertextualidade manifesta e Interdiscursividade.

Como dito na análise da prática discursiva, em um processo de produção de notícias, podem estar envolvidas diversas pessoas. A análise da intertextualidade pode nos mostrar como a presença de outras vozes ou a combinação de elementos de outras ordens discursivas ocorreram nos textos midiáticos.

I – Intertextualidade manifesta.

Na reportagem *Fogo cruzado na segurança*, estão presentes as falas de Luiz Eduardo, de Míriam, de Márcio Thomaz, do Ministério da Justiça, de dossiê, de lei. Na reportagem *A turma da boquinha*, temos outras falas, além da do escritor: do jornal *O Globo*, de Luiz Eduardo e da pesquisa Sensus.

Quadro nº 9: Intertextualidade manifesta - Fairclough.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
...fala em conspiração.	O jornal <i>O Globo</i> revelou...
...dossiê com denúncias de irregularidade, ...	Na antevéspera, o jornal <i>contara</i> ...
...como <i>determina a lei</i> ,...	...denunciando “ <i>tramas sórdidas</i> ”...
... <i>confirmada</i> pelo Ministério da Justiça.	A pesquisa Sensus... <i>mostrou</i> a maior queda...
...documentos no <i>dossiê</i> mostram...	
Ela <i>diz</i> que esse...	
“ <i>Não é verdade</i> ”, contesta Míriam	
“ <i>Era um rascunho</i> ”, reage Luiz Eduardo.	
<i>Disse</i> que...	
“ <i>Não deixei que...</i> ”	
“ <i>O Sistema Único de Segurança é um sucesso</i> ”	

O que se verifica nas matérias é a forte presença de outras vozes. Ao mesmo tempo em que os escritores das notícias apresentam os fatos, também trazem outras vozes, ora para rebater (como é o caso das falas de Luiz Eduardo e Míriam), ora para legitimar (como é o caso da fala do Ministro da Justiça, do jornal e da pesquisa); ora são incorporadas (são as falas entre aspas), ora são referenciadas (são os verbos confirmar, falar, revelar). Assim, os textos constituem as identidades sociais dos agentes políticos envolvidos diretamente no escândalo e as dos outros.

Quanto aos papéis sociais dos outros agentes, tratam-se de agentes que, por si sós, já são respeitados: o Ministério da Justiça, o Ministro da Justiça, o jornal *O Globo*. E as falas deles são uma forma de confirmar a força das denúncias, o que é determinada pela

escolha das palavras.

II – Interdiscursividade.

Analisaremos o aspecto da interdiscursividade, que ocorre quando um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordens de discurso.

Foram levantados os seguintes elementos:

Quadro nº 10: Interdiscursividade - Fairclough.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
Discurso militar/área de segurança: fogo cruzado, confidentiais, atirando, Segurança Municipal, comando, Casa Civil, Cidade Segura, monitorou, esquema, defendem	Discurso gastronômico: miolo da picanha, chamuscado, siri
Discurso jurídico: acusado, conspiração, denúncias, irregularidades, dossiê, investigar, vítima, caso, processos	Discurso musical: boca de trombone, fama, festa, prestígio.
Discurso de administração pública: política, licitações, verbas federais, esboços de projetos, irregularidades administrativas, projetos patrocinados, contratadas, consultoras	Discurso religioso: reza, salvou, revelar, vergonha
Discurso da vida privada: único vínculo, mulher de Luiz Eduardo (2 vezes), ex-mulher do ex-secretário	Discurso da vida privada: turma da boquinha, caíram de cabeça, boquinha, ressabiado, vermelho de vergonha, fazer boca-de-siri

O Quadro nº 10 nos mostra a presença de diversos discursos, como o militar, o jurídico, o religioso, o da vida privada. Tal quadro confirma que há uma fronteira nebulosa entre os tipos de discursos e ordens de discurso na prática social da mídia: a mistura de discursos diferentes é hoje considerada uma característica geral das ordens de discurso. Isso leva à recontextualização do discurso midiático com o discurso da vida diária, a “conversacionalização do discurso”, marcando o primeiro com elementos informais do segundo. Esse processo é tão importante, que, de acordo com Fairclough (1995b), *apud* Titscher et al. (2000, p.154), “conversacionalização da linguagem pública” é o componente discursivo da mudança cultural e social. Por meio dele, como a vida pública e a vida

privada envolvem diferentes formas do uso da linguagem, percebemos, nas reportagens analisadas, a combinação de linguagem pública e privada, enfraquecendo os limites existentes entre elas.

Na análise da reportagem editada pela *Isto É*, percebemos a presença desse processo em uma variedade de traços lingüísticos, realizadas no uso do vocabulário coloquial: “a turma da boquinha, miolo da picanha, vermelho de vergonha, boca-de-siri, chamuscado”. Temos os discursos gastronômico, da vida privada, musical e religioso presentes. Isso nos leva de volta às tensões da linguagem midiática contemporânea: a tensão entre a informação e o entretenimento e a tensão entre o público e o privado, com as duas tendências, a de publicar histórias midiáticas em um estilo conversacionalizado e a de serem mais marketizadas, visando ao entretenimento.

Segundo Fairclough (1995), a importância da conversacionalização é que ela tem uma função ideológica: por meio dela, naturalizam-se os termos nas quais a realidade está representada, o que faz com que o leitor se sinta fazendo parte do mundo do poder, pertencendo ao mesmo mundo dos agentes sociais que exercem o poder político. Isso pode levar a uma mudança nas relações de poder em favor do povo comum, o que já foi concretizado pela eleição de um trabalhador comum à Presidência da República.

Assim, a conversacionalização da linguagem pública, em termos ideológicos, torna a linguagem midiática do exercício do poder mais acessível às pessoas. Isso leva a diversas conseqüências: elevação da linguagem e da experiência do povo comum e rejeição do elitismo. Os leitores passam a ter a ideologia de que os agentes públicos são pessoas comuns, e como tais, devem ser avaliados.

Já na reportagem da revista *Época*, temos a presença do discurso da vida privada; mas o que se vê com maior peso são o discurso militar, o jurídico e o da administração pública. Isso, mesmo abordando o assunto idêntico, dá um tom diferente à reportagem.

Concluindo, o estudo da intertextualidade nos revela o seguinte: apesar de a palavra “nepotismo” não estar presente nos textos, os diversos discursos nos levam a ela. Percebemos também, nos textos midiáticos analisados, a dificuldade de delimitar o discurso midiático, característica estudada por Rodrigues (2002). É o que esse autor chama de relativa fluidez e de heterogeneidade, da sua natureza multifacetada e polimórfica, fazendo com que ele circule por todos os tipos de discursos e infiltre nas outras práticas discursivas. Ele contamina e deixa-se contaminar por outras modalidades de

discurso, o que o habilita a exercer as suas funções de mediação.

Vamos à análise da coesão lexical.

b) Coesão lexical.

Quanto à análise da coesão lexical, ela será feita identificando-se o uso de vocabulário de um mesmo campo semântico, pela repetição de sinônimos ou de palavras que são conectadas em significado. Para a análise dessa categoria nas matérias selecionadas, utilizamos o Dicionário Houaiss (2001) para o levantamento dos dados. Isso nos permitirá ter uma idéia de como os textos posicionam as pessoas como sujeitos e formam suas identidades.

Quadro nº 11: Coesão lexical - Fairclough.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
<ul style="list-style-type: none"> - queda (<i>diminuição/perda de prestígio</i>), agonia (<i>declínio moral/institucional</i>), crise (<i>episódio/lance difícil</i>) - <i>falta de irregularidade</i>: irregularidades administrativas, sem prestar contas, detrimento, irregularidades em licitações - beneficiados (<i>favorecimento/enriquecimento</i>), contemplados (<i>conceder como prêmio</i>) - <i>relação da vida privada</i>: mulher de Luiz Eduardo, o nome da mulher de Luiz Eduardo, o nome de Míriam 	<ul style="list-style-type: none"> - constrangimento (<i>embaraço</i>), deslize (<i>falta moral ou de conduta</i>), confusão (<i>embaraço</i>) - <i>confusão entre o dinheiro público e o privado</i>; contrato de consultoria..., sua ex-mulher; ...outro contrato...com a atual mulher; mau uso do dinheiro público - queda (<i>perda de prestígio/crédito</i>), derrubada (<i>destituição de poder, demissão</i>) - <i>calar a boca</i>: tirou a boca do trombone, fazer boca-de-siri - <i>revelar algo secreto</i>: revelou, contara, denunciando - <i>envergonhado</i>: ressabiado, vermelho de vergonha

Pelos dados levantados em termos de coesão lexical, pode-se dizer que os sujeitos estão ligados a ações negativas e são representados de forma negativa, em ações e em atitudes que espelham o reconhecimento de que fizeram algo errado. Isso pode ser comprovado pelo exemplo do *embaraço*, que Houaiss lista como sinônimo de *constrangimento* e *confusão*. Mais uma vez, verifica-se o uso de termos ligados a vínculos de filiação, o que, ligado à administração pública, leva ao nepotismo.

c) Levantamento sociossemântico.

Nesta fase, foi feito um levantamento sociossemântico a fim de se verificar as escolhas do significado (e a construção) da identidade social do ex-Secretário Nacional de Segurança Pública. Para tanto, focalizaremos o sentido da palavra, particularmente como os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas: para Fairclough (2003), as estruturações particulares das relações entre as palavras e das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia.

Quadro nº 12: Inventário sociossemântico – Fairclough.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
- Ministério da Justiça, Casa Civil, Ministro da Justiça, presidente nacional do partido	- caíram de cabeça, acomodar na boquinha do poder, deitar e criar fama
conspiração, queda, agonia, crise	- tirou a boca do trombone, fazer boca-de-siri
Secretário, clube de amigos, chefe-de-gabinete, homem de confiança, mulher, ex-mulher	- constrangimento, tramas sórdidas, derrubada
Acusado, denúncias, denúncias de irregularidades, sem prestar contas, detrimento	- reza, salvou, revelar
	- deslize, confusão, mau uso do dinheiro público
	- vermelho de vergonha, ressabiado

O levantamento sociossemântico nos permite dizer que, na reportagem *Fogo cruzado na segurança*, há dois grupos: um interessado na moralização do devido processo do exercício do poder e o outro acusado de irregularidades administrativas. Quanto à segunda reportagem, temos novamente o mesmo grupo acusado de irregularidades administrativas, mas o texto nos leva a crer que o posicionamento se reflete no Partido dos Trabalhadores e no Presidente da República.

Como estamos analisando texto midiático, passaremos a analisar como os episódios são conectados para constituir uma notícia de escândalo político.

d) Estrutura textual.

Neste ponto, enfocaremos a “Estrutura textual”, que é a arquitetura dos textos, especificamente os aspectos superiores de planejamento de diferentes tipos de textos, as maneiras e a ordem em que os elementos ou os episódios são combinados para constituir uma reportagem sobre escândalo político. Tais convenções de estruturação podem ampliar a percepção dos sistemas de conhecimento e de crença e dos pressupostos sobre as relações sociais e as identidades sociais que estão embutidas nas convenções dos tipos de texto.

Para Thompson (2002), o desenrolar de um escândalo político é um contar e recontar histórias sobre os acontecimentos, ou seja, um evento narrativo prolongado, com um conjunto de narrativas midiáticas sempre mais aprimoradas e revisadas, com uma trama indeterminada e em contínua evolução. A combinação de uma estrutura narrativa aberta com o caráter do interesse humano do escândalo como um conto de moralidade moderna faz com que os escândalos sejam uma fonte de prazer e de conversação.

No atual cenário, o que se vê é o enorme peso dos elementos da narrativa dramática. E um dos subsistemas do entretenimento é o drama. O cidadão brasileiro de hoje está exposto a uma carga de informações imensa, com maior acesso a dramas por meio de novelas e de filmes, o que afeta o nosso modo de ver o mundo. Portanto, os estereótipos dos personagens da notícia – vilões, mocinhos - fazem parte da “novela” do dia-a-dia, cujos papéis mudam a cada *script* e a cada edição dos telejornais, dos jornais e das revistas. Atores sociais, como políticos, empresas e empresários, que dependem da visibilidade, personificarão um desses papéis em algum momento, cuja identidade pública e cuja forma de retratação se relacionam, em grande parte, por suas próprias atitudes, realizações e ações positivas. Daí, vê-se que a ética, portanto, é um ativo palpável e valioso.

Para se inserir em tal contexto, o jornalismo político de ficção utiliza-se de alguns lugares-comuns e de algumas estruturas dramáticas das artes narrativas; assim, dramatiza a informação política, enquadrando o conflito como estrutura dramática.

Na análise das reportagens selecionadas é o que se vê: temos um enredo (a confusão entre o dinheiro público e o privado e a confusão entre a vida pública e a privada); com os vilões: o Secretário Nacional de Segurança, a mulher, a ex-mulher, os assessores ligados a ele, o Partido; com os mocinhos: o Ministro da Justiça, o presidente

nacional do Partido, funcionários do Ministério da Justiça; com figuras da vida privada (mulher e ex-mulher); com o foco da crise no Estado. Tudo isso segue o enfoque televisivo, como uma novela da vida real, com um ápice (a denúncia) e um desfecho (a renúncia). Temos o acontecimento analisado na seguinte estrutura:

- conflito entre grupos e pessoas (Secretário Nacional de Segurança, a mulher, a ex-mulher, os assessores ligados a ele contra funcionários do Ministério da Justiça, o Ministro da Justiça, o Presidente nacional do Partido, a população....);
- a presença de um protagonista que representa o bem (Ministro da Justiça, o Presidente nacional do Partido, o Presidente da República) contra o mal (Secretário Nacional de Segurança);
- o personagem político construído pela identificação dos elementos relativos ao seu caráter;
- a presença de traços negativos do caráter, o que possibilita a notícia de um escândalo político;
- exposição da vida privada.

Concordamos com Rosa (2004) quando ele declara que os jornalistas não correm atrás de fatos somente por causa dos elementos dramáticos da narrativa, mas não podemos desconsiderar o peso das narrativas dramáticas na atual conjuntura, não somente no Brasil como no mundo, o que influencia o modo de ver o mundo e de receber informações. Daí, isso mudou na mídia a forma de relatar e de observar a realidade.

Voltando ao campo político, esse contexto fez com que os políticos ficassem mais sujeitos a personificar um dos papéis dramáticos, ficando a sua retratação ligada às suas atitudes. No nosso caso, em virtude de atitudes que podem caracterizar o nepotismo, Luiz Eduardo está personificado no papel de vilão na crônica midiática do escândalo analisado, ligando a falta de ética à sua identidade pública. E o papel da mídia é denunciá-la. Temos, então, uma falha de conduta e de caráter, base de um escândalo político brasileiro.

O contexto maior do nosso escândalo é que o Partido e seus membros sempre defendiam a denúncia de fatos que envolvessem o nepotismo; agora, eles são personagens centrais de denúncias desses fatos. O que importa é o julgamento do caráter atual do Partido e dos seus membros. Em virtude disso, o escândalo político é considerado o ápice

do jornalismo espetáculo, que é construído não pelo fato em si, e sim, pela narrativa, em histórias sucessivas que encenam a política nas páginas dos jornais, em busca de maiores audiências.

Devido à importância das formas simbólicas nas notícias de escândalo político, passaremos a estudá-las por meio das categorias sociológicas de van Leeuwen.

4.3.2 Categorias sociológicas de van Leeuwen

As categorias analíticas de van Leeuwen (1996, 1997, Fairclough, 2003) nos possibilitam ver como os atores sociais podem ser representados por meio de opções feitas em determinados contextos sociais e institucionais e a que interesses elas servem e que propósitos alcançam. Daí, podemos estabelecer uma relevância crítica e sociológica. Por meio delas, podemos observar em que contexto os atores sociais são representados como agentes ou como pacientes. Salientamos que usamos tais categorias analíticas da mesma forma que van Leeuwen (1996): são categorias sociológicas (como nomeação, agência) em vez de categorias lingüísticas (nominalização, supressão de agente da passiva), ligando-as ao conceito de “ator social”, em vez do conceito lingüístico de “grupo nominal”.

Feitos esses esclarecimentos, passamos ao levantamento das categorias sociológicas de van Leeuwen relativas à representação dos atores sociais nas reportagens analisadas.

I – INC LUSÃO/COLOCAÇÃO EM SEGUNDO PLANO/EXCLUSÃO.

As representações incluem ou excluem os atores sociais para servirem a interesses e a propósitos. Apresentamos os quadros relativos à inclusão, à colocação em segundo plano e à exclusão. Quando ocorre a exclusão, os atores sociais não são representados e nem as atividades a eles ligados, não sendo mencionados em lugar nenhum dos textos. Quanto à inclusão, as representações dos atores sociais estão marcadas nos textos. Já a colocação em segundo plano é uma exclusão menos radical, pois os atores sociais são recuperados porque eles são representados por determinadas marcas.

Quadro nº 13: Inclusão – van Leeuwen.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
<ul style="list-style-type: none"> - A queda do <i>Secretário Nacional de Segurança</i>... - ...O ministro queria demitir <i>Luiz Eduardo</i>... - ...avisou o <i>Secretário</i> de que a situação era insustentável... - <i>Luiz Eduardo</i> renunciou... - A gestão de <i>Luiz Eduardo</i>... - ...de que o <i>chefe-gabinete</i> de <i>Luiz Eduardo</i>, (...) estava recebendo... - ...<i>Antonio Carlos Carballo Blanco</i>... - ...<i>Blanco</i> recebeu... - <i>Júlio César Cônsul</i>, outro homem de confiança de <i>Luiz Eduardo</i>, recebeu... - ...o diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos, <i>Sérgio Borges Andréa</i>, responde... - <i>Miriam Guindani</i>, mulher de <i>Luiz Eduardo</i>, foi contratada... - ...como <i>consultora</i> pela Secretaria de Segurança... - ...o nome da mulher de <i>Luiz Eduardo</i>... - <i>Ali</i>, o nome de <i>Miriam</i> aparece como coordenadora... - ...contesta <i>Miriam</i>. - ...mulher do ex-secretário - reage <i>Luiz Eduardo</i> - ...contratação de <i>Miriam</i> e da ex-mulher, <i>Bárbara Soares</i>, -queda de <i>Luiz Eduardo</i>.... 	<ul style="list-style-type: none"> - ...dois Ministros e um <i>secretário nacional</i> constrangeram... - ...o emprego do <i>secretário Nacional de Segurança Pública</i>, <i>Luiz Eduardo Soares</i>... -com <i>Bárbara Soares</i>, sua ex-mulher. - ...atual mulher, <i>Miriam Guindani</i>,... - O <i>secretário</i> pediu demissão...

Pelo quadro nº 13: Inclusão, verifica-se que *Luiz Eduardo* e outros atores sociais ligados a ele por algum tipo de relação de trabalho ou pessoal são incluídos expressamente, o que possibilita a sua identificação. Isso pode ser comprovado pelos casos listados no Quadro nº 13, como “A queda do *Secretário Nacional de Segurança*”, “O Ministro queria demitir *Luiz Eduardo*”, “...com *Bárbara Soares*, sua ex-mulher...).

Quadro nº 14: Colocação em segundo plano – van Leeuwen.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
<p>...e saiu atirando... ...”Fui vítima de uma trama” ...clube de amigos... ...estariam sendo beneficiados (...) e contemplados... ...sem prestar contas... ...praticamente vivendo... ...deslocamentos para o Rio... ...devolveu R\$ 1.200,00... Ele substituía... Ela diz que esse era seu único.... ...devolveu os R\$ 4.200,00, que já havia recebido... “...Meu trabalho...” “...Só recebo...” ...ele partiu... Disse que... “Não deixei...” Ele defendeu</p>	<p>- ...ele fez um contrato de consultoria... - , ressabiado pelo efeito... - ..., ele tinha cancelado... - ...nem fosse servidora... - ..., que chegou a receber... - ...para sua derrubada.</p>

Quanto à colocação em segundo plano, ocorreram diversos casos. Os atores sociais excluídos em relação a uma determinada atividade eram facilmente retomados ou enfatizados no mesmo parágrafo. Era fácil identificar o papel ativo dos sujeitos sociais em virtude do uso de frases breves ou então localizadas logo a seguir da identificação dos atores sociais, mencionados em algum lugar do texto. Assim, a invisibilidade deles é parcial. Pode-se dizer que alguns casos que ocorreram nos textos foi para evitar o excesso de termos explícitos relativos aos atores sociais.

Quanto à sua realização, tanto a inclusão como a colocação em segundo plano ocorreram por meio de nominalizações e por meio de pronomes, sendo fácil a recuperação pelo leitor. No segundo caso, colocação em segundo plano, ela é feita em uma oração localizada em um complexo de oração.

Quadro nº 15: Exclusão – van Leeuwen.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
<ul style="list-style-type: none"> - o dossiê foi entregue (por quem?) à Casa Civil - ...a situação era insustentável (para quem?) - ...fui vítima de uma trama (tramado por quem?) - foi definida (por quem?) como.. - não tem assinatura (de quem?) - foi produzido (por quem?) - A denúncia (por quem?) - estava recebendo (de quem?) - Blanco recebeu (de quem?) - invadiram (quem?) nosso computador - para ter acesso (quem?) - para ofensiva (contra quem?) - Aparelhassem a Secretaria (quem?) 	<ul style="list-style-type: none"> - ...denunciando “tramas sórdidas” (tramadas por quem?)

Já o quadro nº 15: Exclusão nos possibilita ver que os atores sociais excluídos não são o ex-Secretário e pessoas ligadas a ele. Nesses casos, houve o interesse de não se identificar os atores ativos das atividades. Portanto, nos nossos textos, podemos dizer que quase não ocorreram exclusões e, sim, muitas inclusões dos agentes sociais envolvidos no escândalo político. Utilizando o termo de van Leeuwen, o denominador comum encontrado é que, nos casos que envolviam o ex-Secretário Nacional de Segurança e pessoas ligadas a ele em atividades ilegais ou ilícitas, contrárias à correta administração pública, ocorreram inclusões ou colocação em segundo plano a fim de facilitar ao leitor a sua identificação.

II – NOMEAÇÃO/CATEGORIZAÇÃO.

Atores sociais podem ser representados tanto em termos da sua identidade única, Nomeação; ou em termos de identidades e de funções que eles compartilham com outros, Categorização.

A nomeação pode se realizar da seguinte forma:

- a) por meio de nomes próprios, subdividindo-se em formal, semi-formal e informal;
- b) pela “obscuração do nome”, o que não ocorreu nos textos analisados;

c) pelas terminologias em caso de, em um dado contexto, só um ator social ocupar uma certa categoria - função;

d) pela titulação.

Já a categorização pode se dar de duas formas:

a) funcionalização, que ocorre quando atores sociais são representados em termos de uma atividade por eles exercidas, por meio de nome, originário ou de um verbo ou de outro nome, ou pela composição de nomes que denotam lugares ou ferramentas;

b) identificação, que ocorre quando atores sociais são representados não pela atividade que exercem e, sim, pelo que são, mais ou menos permanentemente ou inevitavelmente. Ela se subdivide em três tipos:

I) classificação: é a representação dos atores sociais em termos de categorias maiores, como idade;

II) identificação relacional: é a representação dos atores sociais por meio de sua pessoa, de seus parentescos ou de suas relações de trabalho;

III) identificação física: é a representação dos atores sociais em termos de características físicas que os identifique em um dado contexto.

Quadro nº 16: Nomeação – van Leeuwen.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
a) Nomeação: - formal: Secretário de Segurança Pública: 1 - semi-formal: -- - informal: Luiz Eduardo: 10	a) Nomeação: formal: 0 – semi-formal: Luiz Eduardo Soares: 1 - informal: 0
b) apenas nome da função: Secretário Nacional de Segurança: 1 Secretário: 1 ex-secretário: 1	b) apenas nome da função: – secretário: 2 vezes – Secretário Nacional de Segurança Pública: 1
c) titulados: - honoríficos: 3 - termo de afiliação : adição de um termo de relação pessoal ou de parentesco: mulher, ex-mulher: 2	c) titulados: - honoríficos: Secretário Nacional de Segurança Pública: 1 - termo de afiliação: ...com Bárbara Soares, sua ex-mulher...;...a atual mulher, Míriam

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
	Guindani,...: 2

O que se verifica pelo quadro nº 16 é que Luiz Eduardo Soares e as pessoas ligadas a ele são representados tanto pela nomeação, como pelo nome da função e pela titulação, ou seja, deseja-se que os leitores possam identificá-los individualmente e pelo cargo que exercem. A nomeação ocorreu, no caso formal, somente no texto *Fogo cruzado na segurança*, sendo que, no caso informal, ocorreu dez vezes no mesmo texto. Um ponto importante no Quadro nº 16 é o fato de os dois textos midiáticos representarem o ator social Luís Eduardo por meio de termos de afiliação, ou seja, por meio da identificação relacional: vale ressaltar que, na esfera da atividade pública, o papel da identificação relacional está ligado ao nepotismo e à corrupção.

Quadro nº 17: Categorização – van Leeuwen.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
a) funcionalização: termos ligados a cargos/funções da administração pública: Chefe-de-gabinete, Secretário Nacional, Secretário, ordenador, consultora, coordenadora.	a) funcionalização: Secretário nacional, Secretário nacional de Segurança Pública, servidora do Ministério, secretário

Pelos dados levantados, verifica-se que o Secretário e as pessoas a ele ligados são explicitamente nomeados pelo cargo que exerce, o que poderia levar à leitura de mostrar o papel político do personagem na administração pública.

III – ASSOCIAÇÃO/DISSOCIAÇÃO.

Outra forma de representação dos atores sociais é a Associação, em que atores sociais são representados como grupos formados por atores sociais e/ou grupos de atores sociais em alianças apenas em relação a uma atividade específica ou conjunto de atividades. A dissociação são as associações que se fazem e se desfazem ao longo do texto; elas não ocorreram nos textos analisados.

Como somente tivemos casos de associação, o quadro a seguir terá o nome de Associação.

Quadro nº 18: Associação – van Leeuwen.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
Associação ligada a irregularidades administrativas: Luiz Eduardo + Antônio Carlos Carballo Blanco (Chefe-de-gabinete de Luiz Eduardo na Secretaria) + Júlio César Cônsul (homem de confiança de Luiz Eduardo) + Sérgio Borges Andréa (substituto de Luiz Eduardo) + Míriam Guindani (mulher de Luiz Eduardo) + Bárbara Soares (ex-mulher de Luiz Eduardo)	Associação ligada à confusão entre o dinheiro público e o privado: dois Ministros e um Secretário nacional –
Associação ligada à moralização das atividades administrativas. funcionários do Ministério da Justiça + Casa Civil do governo Lula + Ministro da Justiça + presidente nacional do Partido	Associação ligada à acomodação na boquinha do poder: O PT e seus aliados, Partido, 2 Ministros e um Secretário nacional, petistas.

Quanto à associação de que o ex-Secretário Luiz Eduardo faz parte, ela está ligada a uma atividade específica ou um a quadro de atividades, que, no caso, é a realização de diversas irregularidades administrativas dentro da Secretaria Nacional de Segurança.

No texto *Fogo cruzado na segurança*, temos um outro grupo, aquele preocupado em moralizar a Secretaria Nacional de Segurança.

IV - PERSONALIZAÇÃO E IMPERSONALIZAÇÃO.

Há representação de atores sociais que os personalizam como seres humanos, por meio de pronomes possessivos e pessoais, nomes próprios ou nomes - Personalização, ou que os impersonalizam, por meio de nomes abstratos ou de nomes concretos cujo significado não incluem o traço semântico “humano” - Impersonalização. Dessa forma, os dados levantados para essa categoria analítica não serão apresentados em frases e, sim, por meio dos nomes.

A impersonalização subdivide-se em:

- a) abstração – representação de atores sociais por meio de uma qualidade, que é o que ocorreu;
- b) objetivação – representação de atores sociais pelo significado de referência a lugar ou a coisa estritamente associados a ele ou a atividades exercidas por eles. A objetivação se subdivide em espacialização, autonomização de declaração, instrumentalização e somatização.

Quadro nº 19: Personalização/impersonalização – van Leeuwen.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
a) personalização: Secretário Nacional, Luiz Eduardo, vítima.	a) personalização: seus aliados, dois ministros e um secretário nacional, petistas, secretário nacional, Secretário nacional de Segurança Pública, ele, Secretário
b) impersonalização: I – abstração: agonia, caso, situação, vínculo, dossiê, problema, clube. II - objetivação: 1 – pela espacialização: referência a um local ou coisa diretamente associada a sua pessoa ou a sua atividade: PT, partido 2 – pela autonomização de declaração: atores sociais representados por referência a suas declarações: “Fui vítima de uma trama”, “Não é verdade...”.	b) impersonalização I – abstração: confusão, derrubada, semana II - objetivação: 1 - pela espacialização: PT, partido. 2 – pela autonomização de declaração: “tramas sórdidas”.

As personalizações ocorreram tanto por meio de nomes com traços humanos, como *aliados, ele, Secretário, vítima*, bem como por meio de nomes próprios, como *Luiz Eduardo*.

Quanto às impersonalizações, elas ocorreram como abstrações, por meio de uma qualidade, como *agonia, confusão, derrubada, problema*, como por meio da objetivação. No caso da objetivação, ocorreram tanto pela espacialização, por meio de referência a algo que têm em comum, como *PT, partido*, como pela autonomização de declaração, como *Não é verdade, tramas sórdidas*. Ressaltamos que as impersonalizações podem ter vários efeitos, como o de colocar em segundo plano a identidade e/ou o papel dos atores sociais, o

de emprestar autoridade impessoal ou o de ressaltar uma atividade ou qualidade do ator social, o de adicionar conotações positivas e negativas para uma atividade ou declaração do ator social. Pelos dados levantados, temos a impersonalização realizada pela abstração e pela autonomização de declaração com o efeito de adicionar conotações negativas à atividade e aos enunciados dos atores (Luiz Eduardo e Míriam).

Quanto à autonomização de declaração, segundo van Leeuwen (1996), ela é utilizada por proporcionar um tipo de autoridade impessoal para as declarações, geralmente usada em conexão com as declarações de *status* de porta-voz “oficial”.

V - INDETERMINAÇÃO/DIFERENCIAÇÃO.

Ocorre quando os atores sociais são representados ora como não especificados, como indivíduos ou grupos ‘anônimos’ - Indeterminação; ora quando a identidade deles está, de uma forma ou outra, especificada – Diferenciação.

Quadro nº 20: Indeterminação/diferenciação – van Leeuwen.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
a) Indeterminação: uma espécie de clube de amigos	a) Indeterminação: O PT e <i>seus aliados</i> caíram..., Dois Ministros e <i>um secretário nacional</i>
b) Diferenciação: <i>outro</i> homem de confiança de Luiz	b) Diferenciação: <i>O PT e seus aliados...</i>

Nos casos de indeterminação, ela foi utilizada para anonimizar os atores sociais envolvidos, tratando a identidade deles como irrelevantes para o leitor, pelo menos nos momentos em que foram abordados, como se verifica no exemplo *uma espécie de clube de amigos*.

Quanto à diferenciação, explicitamente diferencia-se o ator social individual ou o grupo de atores sociais de um ator similar ou grupo similar de atores, diferenciando-se entre o “self” e o “outro”. É o que ocorreu nos dados levantados: temos o “outro” e o PT e seus aliados.

VI – DISTRIBUIÇÃO DE PAPÉIS:

Aqui analisaremos a forma como um ator social é representado: como agente ou como paciente em relação a uma dada atividade/ação, o que pode provocar um rearranjo nos seus papéis e nas relações sociais entre os participantes. Identificar o papel ativo ou o passivo mostra que opções foram escolhidas em um determinado contexto e a que interesses e a que propósitos eles servem: ativação representa atores sociais como ativas e dinâmicas forças em uma atividade, passivação representa atores sociais como “suportando” a atividade ou como sendo “um receptor final dela”.

Ativação pode ocorrer por meio da participação, da circunstancialização, da premodificação ou posmodificação da nominalização ou por processos nominais, e da “possessivação”. No caso da ativação por meio de estruturas gramaticais participantes, ela ocorre quando se identifica o ator em processos materiais, o comportado em processos comportamentais, o dizente em processos verbais.

Passivação pode ocorrer em dois casos: o ator social passivizado pode ser assujeitado ou beneficiado. No primeiro caso, os atores sociais assujeitados são tratados como objetos na representação; no segundo caso, os atores sociais beneficiados formam uma terceira parte que, positivamente ou negativamente, beneficiam-se deles.

Quadro nº 21: Ativação – van Leeuwen.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
a) por meio de estruturas gramaticais participantes: Luiz Eduardo <i>renunciou...</i> , <i>saiu atirando...</i> , <i>..reage Luiz Eduardo...</i> , <i>...partiu para ofensiva...</i> , <i>...Disse...</i> , <i>...Não deixei...</i> , <i>...Ele defendeu...</i>	a) por meio de estruturas gramaticais participantes: O PT e seus aliados <i>caíram</i> de cabeça...; o partido <i>tirou</i> a boca do trombone, onde <i>cresceu</i> , e <i>apareceu</i> para se <i>acomodar</i> na boquinha do poder, onde <i>deitou</i> e agora <i>cria</i> fama...; ...dois ministros e um secretário nacional <i>constrangeram...</i> ; ...que ele <i>fez</i> um contrato de consultoria...; ...ele <i>tinha</i> cancelado...; O secretário <i>pediu</i> demissão...; <i>...denunciando...</i> ; Para um partido <i>acostumado</i> a cobrar...; ...o PT <i>preferiu</i> fazer boca-de-siri.
b) por meio da circunstancialização: A gestão <i>de Luiz Eduardo...</i> , A denúncia de	b) por meio da circunstancialização: o emprego <i>do</i> Secretário Nacional de

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
que o chefe-de-gabinete <i>de Luiz Eduardo...</i> , ...outro homem de confiança <i>de Luiz Eduardo...</i> , ...mulher <i>de Luiz Eduardo...</i> , ...da mulher <i>de Luiz Eduardo...</i> , ...da mulher <i>do ex-secretário...</i> , ... a queda <i>de Luiz Eduardo..</i>	Segurança Pública...; R\$ 24 mil com Bárbara Soares, <i>sua</i> ex-mulher; desta vez com a <i>atual</i> mulher; <i>sua</i> derrubada; o PT vermelho de vergonha; a festa dos petistas

O que se observa nos textos é a colocação do ator social Luiz Eduardo como ator ativo nos processos materiais, ou seja, como força ativa e dinâmica em uma atividade, e como dizente em processos verbais. Como força ativa e dinâmica, temos os exemplos *Luiz Eduardo renunciou*, *O Secretário pediu demissão*. Como dizente em processos verbais, temos *Disse que o serviço de inteligência...*

Quadro nº 22: Passivação – van Leeuwen.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
a) Beneficialização: receptor de um processo material: A <i>queda</i> do Secretário Nacional de Segurança..., O ministro queria <i>demitir</i> Luiz Eduardo..., Ele <i>substituíu</i> Luiz Eduardo como coordenador de despesas..., A <i>queda</i> de Luiz Eduardo...	a) Beneficialização: <i>ressabiado</i> pelo efeito Benedita, <i>deixou</i> o PT vermelho de vergonha
b) Beneficialização: destinatário de um processo verbal: ..., <i>avisou</i> o secretário de que a situação era insustentável.	b) Beneficialização: destinatário de um processo verbal: ...o jornal O Globo <i>revelou</i> que ele fez...; ...o jornal contara que...ele tinha cancelado...
c) Sujeito: tratados como objetos: 4 “Fui vítima de uma <i>trama</i> .” 5 “... <i>mulher</i> de Luiz Eduardo, ...” 6 “...o <i>nome</i> da mulher de Luiz Eduardo...” 7 “...a <i>coordenação</i> da mulher do ex-secretário...”	c) Sujeito: ...o <i>emprego</i> do secretário Nacional de Segurança Pública...

Nos casos de passivação, Luiz Eduardo foi receptor de vários processos materiais, destinatário de outros e retomado como sujeito. Nos casos de beneficialização, ela ocorreu em casos em que Luís Eduardo é o receptor de processos materiais, como no caso da a

“*queda* do Secretário Nacional de Segurança”, em que ele é o beneficiado do processo da queda. Temos também o caso em que ele é o destinatário do processo verbal, como em “..., José Genoíno, *avisou* o secretário...”, ou seja, ele recebeu o recado. Quanto a ser retomado como sujeito, temos o caso em que ele é tratado como objeto, como em “Fui vítima de uma *trama*”. Mesmo nos casos de passivação, observa-se que ele é muito referenciado, ou seja, é muito representado.

VII – SOBREDETERMINAÇÃO.

Ocorre quando os atores sociais participam, ao mesmo tempo de mais de uma prática social. Aqui van Leeuwen distingue quatro categorias de sobredeterminação:

- a) inversão, quando ocorre a conexão dos atores sociais a duas práticas que são, em um sentido, opostos entre eles;
- b) simbolização, quando um ator social ou grupo de atores sociais ficcional representa atores ou grupos de atores sociais em práticas sociais não-ficcionais;
- c) conotação, quando uma única determinação (uma nomeação ou identificação física) representa uma classificação ou funcionalização;
- d) destilação: quando ocorre a determinação excessiva por meio da combinação de generalização e abstração, ou seja, é a forma de overdeterminação que conecta atores sociais a diversas práticas sociais pela abstração do mesmo traço dos atores sociais envolvidos nessas diversas práticas.

Nos textos analisados, a sobredeterminação ocorreu somente pela inversão.

Quadro nº 23: Sobredeterminação – van Leeuwen.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
<i>Secretário nacional de Segurança, ...irregularidade administrativas</i>	<i>...o partido tirou a boca do trombone..., para se acomodar na boquinha do poder...</i>
<i>...sem prestar contas ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública... ...beneficiados com contratos.... ...contemplados com farta distribuição...</i>	<i>...onde cresceu e apareceu, ...onde deitou</i>

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
<i>...recebendo auxílio-moradia em Brasília... ...e praticamente vivendo no Rio...</i>	<i>...2 ministros e um secretário constrangeram o Presidente Lula...</i>
<i>...com remuneração de R\$ 5 mil durante quatro meses.. ...Meu trabalho lá é voluntário...</i>	<i>...chegou a receber R\$ 1.856 em diárias, embora nem fosse servidora do Ministério.</i>
<i>...diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos..., respondendo no Tribunal de Contas do Amapá a cinco processos por irregularidades em licitações... substituiu Luiz Eduardo como ordenador de despesas.</i>	<i>...a confusão entre o dinheiro público e o privado. ...fez um contrato de consultoria de R\$ 24 mil com Bárbara Soares, sua ex-mulher... ..., ele tinha cancelado outro contrato de R\$ 40 mil, desta vez com a atual mulher...</i>
	<i>Para um partido acostumado a cobrar explicações..., a semana deixou o PT vermelho de vergonha. Neste caso, o PT preferiu fazer boca-de-siri.</i>

Os dados levantados permitem-nos verificar a representação dos atores sociais em atividades opostas entre si como, por exemplo, a administração pública e a prática de nepotismo: “...chegou a receber R\$ 1.856 em diárias, embora nem fosse servidora do Ministério...” Outro ponto é o constrangimento imposto ao Presidente Lula, criado por dois Ministros e um Secretário, o que não são papéis destes: eles devem auxiliar o primeiro a governar o País. Temos também a atitude de o Partido se calar frente a essas denúncias, o que ele não fazia em outros Governos.

VIII – ASSIMILAÇÃO/INDIVIDUALIZAÇÃO.

Devido à valorização da individualidade na atualidade, verificar se os atores sociais são referidos como indivíduos - Individualização, ou como grupos – Assimilação - é importante na ADC.

A assimilação pode ocorrer por meio dos seguintes processos: agregação, em que ocorre a quantificação dos participantes; coletivização, em que não ocorre; pluralidade.

Quadro nº 24: Assimilação/Individualização – van Leeuwen.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
<p>a) Assimilação: I – pelo processo de coletivização: clube de amigos, o Partido, secretaria.</p>	<p>a) Assimilação: I - pelo processo de coletivização: O PT e seus aliados; partido; PT; a festa <i>dos petistas</i>; II - pela pluralidade: <i>dois ministros e um secretário nacional</i>; III - pela agregação: <i>pesquisa Sensus; ...era de 76% em agosto e caiu para 70% em outubro.</i></p>
<p>b) Individualização: Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares; Luiz Eduardo; Secretário; Chefe-de-gabinete de Luiz Eduardo; Antônio Carlos Carballo Blanco, Blanco; Júlio César Cônsul; homem de confiança de Luiz Eduardo; diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos; Sérgio Borges Andréa; Míriam Guindani, mulher de Luiz Eduardo; mulher de Luiz Eduardo; o nome de Míriam; Míriam; mulher do ex-secretário; Luiz Eduardo; Míriam; ex-mulher, Bárbara Soares; Luiz Eduardo.</p>	<p>b) Individualização: Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares; ...ex-mulher, Bárbara Soares; ...atual mulher, Míriam Guindani,...; secretário</p>

Vale ressaltar que a agregação tem um papel crucial no nosso contexto, pois, pela presença de quantificadores (de 76% para 70%), o repórter faz uso de uma pesquisa de opinião a fim de mostrar a legitimidade das suas afirmações. Verifica-se que o objetivo é tornar comum uma opinião midiaticizada, mesmo que se apresente como meio de registro de fatos.

Quanto à individualização, os dois textos analisados individualizam tanto o ex-Secretário como as pessoas ligadas a ele. Apesar da importância de tal processo nos dias de hoje, a intenção dos escritores pode ser vista como a de revelar a individualidade dos agentes políticos em atividades ilícitas, principalmente o texto *Fogo cruzado na segurança*.

IX - GENERALIZAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO.

Segundo van Leeuwen (1996), a troca entre referência genérica e a específica é um importante fator a ser observado na representação dos atores sociais, pois, ao especificar, damos uma concepção da realidade: conforme Bourdieu (1986), *apud* van Leeuwen (1996, p. 47), referência específica é uma “irracional, estreita, visão parcial”. Por meio da análise desse tipo de representação, podemos verificar diferenças no modo em que os atores sociais são representados por diferentes setores da imprensa.

Quadro nº 25 : Generalização/especificação – van Leeuwen.

a) Especificação: A queda do Secretário Nacional de Segurança, Luiz Eduardo Soares; Luiz Eduardo; o secretário; A gestão de Luiz Eduardo; Chefe-de-gabinete de Luiz Eduardo; outro homem de confiança de Luiz Eduardo; substituía Luiz Eduardo; mulher de Luiz Eduardo; da mulher de Luiz Eduardo; da mulher do ex-secretário; ele; queda de Luiz Eduardo.	a) Especificação: o emprego do Secretário de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares; Bárbara Soares, sua ex-mulher; um secretário nacional; atual mulher; secretário
b) Generalização: clube de amigos; partido; Secretaria de Segurança.	b) Generalização: O PT e seus aliados caíram de cabeça; o Partido.

Pelos dados levantados, verifica-se que os atores sociais foram mais especificados do que generalizados nas duas matérias. Já quando se tratava de representar os membros do Partido ou da Secretaria de Segurança, eles foram mencionados de uma forma generalizada, ou seja, não se pode identificá-los especificamente. Entendemos que o uso da especificação no caso de Luiz Eduardo e “seu grupo” foi no sentido de marcar a identidade social deles, dando-lhes um valor jornalístico a fim de compor a notícia de escândalo político.

4.3.2.1 Costurando as categorias analíticas de van Leeuwen

Verificamos, pelas categorias sociológicas de van Leeuwen (1996), que os atores sociais podem ser representados pela mídia de diferentes modos em um mesmo texto. Ressalte-se que esse autor destaca que as escolhas de representação não são rigidamente determinadas, mas sim, que os seus limites podem ser manchados deliberadamente com o objetivo de realizar efeitos representacionais específicos. Isso pode ser confirmado pela análise dos dois textos, em que os atores sociais foram representados de diversas formas. Contudo, o ex-Secretário e “seus aliados” estão ligados a conotações negativas, o que nos leva a uma interpretação de que o ex-Secretário nacional de Segurança está envolvido em violação do devido processo de administração pública, o que pode, no contexto em que aconteceu a denúncia, também levar o leitor à conclusão de que o Partido dos Trabalhadores e o Presidente da República estivessem coniventes com a situação. Verificou-se que eles são freqüente e sistematicamente ativados em atividades consideradas ilícitas ou ligadas a elas.

A classificação nos permite concluir que o grupo de Luiz Eduardo Soares pode estar envolvido em atividade de nepotismo, ou seja, nos permite novamente uma avaliação negativa deles. A agregação foi utilizada para tornar senso comum a desaprovação aos fatos apresentados. Mesmo na representação impessoalização-abstração, os substantivos utilizados têm conotação negativa. Na colocação em segundo plano, os atores políticos são facilmente retomados, e, novamente, em ligação a atividades ilícitas, como também ocorreu em casos de ativação.

Ocorreram casos de autonomização de declaração, mas também nas duas reportagens, as falas de Luiz Eduardo citaram o termo “trama”, o que nos leva a atividade com conotação negativa. Como dito anteriormente, a autonomização de declaração pode ser usada em conexão com as declarações de *status* de porta-voz oficial. Cabe aqui abrir um parêntese a respeito do assunto.

O agente social analisado, o ex-Secretário Nacional de Segurança, está no cargo em virtude da nomeação oficial. Trata-se de um dos atos de imposição simbólica segundo Bourdieu (2003, p. 146), em que o agente social tem a seu favor a força do coletivo e cuja nomeação se deu por um mandatário do Estado, que é o detentor do seu monopólio. Tal nomeação “subtrai os seus detentores à luta simbólica de todos contra todos, dando acerca

dos agentes sociais a perspectiva autorizada, reconhecida de todos, universal” (Bourdieu, 2003, p. 146). É um componente essencial da identidade social. Ela confere ao seu portador todas as espécies de ganho simbólico que não são possíveis de se adquirir por meio de moeda. Portanto, a força simbólica do agente envolvido na luta no campo está ligada diretamente à sua posição no jogo político.

Dessa forma, o ex-Secretário estava na posição de porta-voz autorizado, como mandatário que recebeu do grupo o poder de fazer o grupo, dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo, dando-lhes palavra e presença visível. Ele é a personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, o Partido dos Trabalhadores, com o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem. Considerando-se que, como Bourdieu (2003) ressalta, na razão política, ocorrem abusos de linguagem que são abusos de poder, e na condição de ex-Secretário, de porta-voz autorizado, as formas simbólicas ligadas a ele podem se ligar às formas simbólicas ligadas ao Partido dos Trabalhadores e ao Presidente da República.

Como temos uma luta pelo poder sobre os “poderes públicos” (as administrações do Estado), com o objetivo de se conquistar a adesão dos cidadãos em uma luta para manter ou subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos, a eficácia propriamente simbólica da representação e da crença mobilizadora e o poder propriamente político de *governo* podem garantir uma eficácia real sobre essas forças por meio da ação sobre os instrumentos de administração das coisas e das pessoas. Daí, temos a força dos meios de comunicação de massa, pois, por meio dela, pode-se alcançar postos que permitem alcançar maior número de votos e, assim, alcançar postos que permitem que se mantenham por muito tempo os membros permanentes. Concluindo, o poder simbólico é o poder de constituir o dado por meio da declaração, de fazer as pessoas verem e acreditarem, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, o que as possibilita a agirem no mundo.

Mas como o poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe, o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele, da fé na representação que ele dá ao grupo, que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos. Como esse capital tem *valor fiduciário* que depende da representação, da opinião, da crença, da *fides*, o homem político, como homem de honra,

fica vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, que faz aparecer os atos e os ditos secretos, escondidos, do presente e do passado, os quais são próprios para desmentir os atos e os ditos presentes e para desacreditar o seu autor (Bourdieu, 2003, pp. 188-189).

Portanto, como se trata de um capital extremamente *lábil*, conservado mediante um trabalho constante, necessário não só para acumular o crédito, como também para evitar o descrédito, pode-se concluir que o pedido de demissão do ex-Secretário ocorreu para evitar o descrédito.

Quanto aos outros grupos de atores sociais retratados na notícia, eles são integrados por pessoas interessadas em moralizar a administração pública: o Ministro da Justiça, funcionários do Ministério da Justiça; o Presidente nacional do Partido, José Genoíno.

Vimos a importância das representações dos atores sociais em uma análise midiática. Como dito anteriormente, na nossa análise, não foi importante se o fato noticiado é verdadeiro ou não. Mas a comparação entre as categorias analíticas de van Leeuwen nos possibilitou levantar a parcialidade e os interesses (não dizemos e nem sabemos de quem) por elas representadas. Os leitores podem chegar à conclusão sobre a (não) veracidade das representações com base em suas posições particulares e seus pontos de vista.

Passamos à terceira etapa da nossa análise: análise da prática sociocultural.

4.4 Análise da Prática Sociocultural

Considerar o aspecto contextual das formas simbólicas midiáticas é importante, pois o contexto influencia tanto a maneira como são construídas, circuladas e recebidas no meio social, quanto o sentido e o valor para os leitores. A análise desse aspecto vai além da análise dos traços estruturais internos das formas simbólicas. No caso da nossa pesquisa, é importante o destaque do contexto em que os escândalos acontecem porque tais denúncias adquirem um valor muito maior do que se talvez tivessem acontecido em outra época: estava ocorrendo mais de um escândalo político e estávamos no primeiro ano de um Governo originário de um Partido cujo discurso sempre pautou pela ética e pela luta contra o nepotismo.

Quanto à análise da prática sociocultural, focalizaremos o aspecto político (relativo a questões de poder e de ideologia) e o cultural (relativo a questões de valores).

Iniciaremos a discussão sobre a relação entre a mídia e o poder.

4.4.1 Mídia e poder

Não se pode negar que, no contexto atual, o papel da mídia, na produção e na disseminação das ideologias, chega a suplantar outros Poderes, como o Parlamento no jogo político, e as outras instituições, como a igreja e a escola. Daí, o processo político passou a ser dela dependente de uma forma jamais vista: a imprensa “seleciona, tipifica, descontextualiza e recontextualiza, estrutura e referencia o real” (Motta, 2002, pp. 16-17). A política passou a ser de “performance” e os processos eleitorais passaram a ser uma disputa de marketing entre políticos e atores sociais.

Contudo, apesar de a imprensa estar integrada ao sistema de poder, a sua independência atualmente vem diminuindo em virtude de sua ligação a poderosos grupos econômico-financeiros, com projetos econômicos e políticos próprios. Daí, ocorrem mudanças tanto na política como na comunicação em virtude de fatores, como a descentralização do poder e a complexificação da sociedade. O exercício da política tornou-se uma atividade pública midiática, fazendo com que ocorram a adequação da gramática e das regras de comunicação e a espetacularização da política. Os mídias ocupam o espaço do Parlamento na busca pelo consenso. A imprensa passou a ter um poder de elite, cujos profissionais manipulam informações e cujo papel de fiéis representantes da sociedade civil passou a ser questionado. Ela deve ser analisada em um contexto de produção de notícias, em uma estrutura industrial: transmite os valores das categorias dominantes, mas também tem o seu lado independente, como elite que são. Dessa forma, impõem seus critérios às matérias-primas estruturadas, apropriando-se delas e transformando-as.

Outro ponto que levantamos foi a relação entre a mídia e o Estado, que, em certas ocasiões, é conturbada, como em casos de escândalos políticos. Aqui pode ocorrer uma complexa relação em virtude de interesses dos magnatas da mídia, os das instituições dos

meios de comunicação de massa e os do Estado, que muitas vezes divergem entre si. Não se pode esquecer de que o Estado tem interesse em controlar a produção midiática em virtude do seu imenso e potencial poder de influência. Daí, a mídia é considerada como um dos aparelhos ideológicos do Estado no mundo atual. Concordamos com Fairclough (2001, p. 93) que a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas e que tem várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica. Daí, a importância de analisar a influência da mídia em questões ideológicas.

4.4.2 Mídia e ideologia

Como o objetivo da pesquisa é verificar como as formas simbólicas midiáticas relativas à imagem pública do(a) político(a) ocorrem, é importante a interpretação da ideologia, que dá uma inflexão crítica e identifica o significado a serviço do poder, alimentando-o ou sustentando a posse e o exercício do poder (Thompson, 1995, pg. 378). Tal interpretação explicita a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que esse sentido ajuda a estabelecer e a sustentar, as maneiras como o sentido é construído e transformado por elas. Centrar-nos-emos não na teoria da semântica do discurso, mas nas formas como as ideologias podem afetar o significado do discurso, que se concretiza por meio de seleção dos significados das palavras – feita por meio da lexicalização –, que é, provavelmente, a dimensão primordial de um discurso controlado por ideologias.

Retomamos que a ideologia investe a linguagem de várias maneiras, em vários níveis, e está nos textos. Salientamos que a sua leitura não é um processo fácil, pois os sentidos são produzidos por meio de interpretações dos textos e os textos estão abertos a diversas interpretações que podem diferir em sua importância ideológica. Temos também que os processos ideológicos pertencem aos discursos como eventos sociais completos. Não se deve esquecer de que os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas também são capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e as ideologias a que estão expostos.

Outra questão importante sobre a ideologia está em saber que aspectos ou níveis do

texto e do discurso podem ser investidos ideologicamente. Concordamos com Fowler (1993), *apud* Bonfim (2002, p. 329), que o produtor de um texto representa os eventos da realidade baseando-se em determinados valores sociais, institucionais, políticos e econômicos, o que implica escolhas lexicais, produzindo diferentes efeitos de sentido (Fairclough, 1989, 1998, *apud* Bonfim 2002, p. 329).

Passaremos à análise da ideologia por meio das categorias analíticas de Thompson relativas aos modos de operação da ideologia presentes nos dois textos.

I – LEGITIMAÇÃO.

É o modo pelo qual se constrói uma cadeia de raciocínio que procura justificar um conjunto de relações ou de instituições sociais e, com isso, persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio. Ela pode se realizar por meio da racionalização, da universalização e da narrativização. Tivemos casos de racionalização e de universalização.

Quadro nº 26: Legitimação – Thompson.

<i>Fogo cruzado na Segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
<p>a) Racionalização: I - Forma simbólica: má administração, corrupção e nepotismo: construída pela seguinte cadeia: detonada por um dossiê com denúncias de irregularidades administrativas; elaborado por funcionários do próprio Ministério da Justiça; sem prestar contas ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, como determina a lei; foi produzido com documentos internos e confidenciais da Secretaria de Segurança; foi confirmada pelo Ministério da Justiça; responde no Tribunal de Contas do Amapá; 5 processos por irregularidades em licitações; aparece em outros documentos.</p> <p>a) Racionalização: II - Forma simbólica: trama: construída pela seguinte cadeia: serviço de inteligência da Secretaria de Segurança monitorou...; ...e descobriu...; ligações com empresas interessadas; “Não deixei que ...</p>	<p>a) Racionalização: I – Forma simbólica: confusão entre o dinheiro público e o privado: construída pela seguinte cadeia: contrato de consultoria, sua ex-mulher; outro contrato, ...desta vez com a atual mulher; pediu demissão, “tramas sórdidas” para sua derrubada.</p>

<i>Fogo cruzado na Segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
	b)Universalização: pesquisa Sensus, patrocinado pela Confederação Nacional dos Transportes; aprovação pessoal que era de 76% em agosto caiu para 70% em outubro.

Segundo os dados apresentados, os autores dos artigos apresentam uma série de argumentos, não só racionais, como legítimos, de instituições a fim de construir as formas simbólicas correspondentes. Com isso, o leitor é persuadido que a forma simbólica é digna de apoio. Pela racionalização, foram construídas as formas simbólicas de má administração, de corrupção, de nepotismo, de confusão entre o dinheiro público e o privado e o de trama.

Pela universalização, foram apresentados dados institucionais de interesse de alguns indivíduos, mas que são apresentados como de interesses de todos. É o caso da pesquisa Sensus.

II – FRAGMENTAÇÃO.

A fragmentação é utilizada para segmentar os indivíduos em grupos a fim de se fragmentar a sua força de atuação e seu poder. Ela se realiza por meio de duas estratégias: a diferenciação e o expurgo do outro.

Quadro nº 27: Fragmentação – Thompson.

<i>Fogo cruzado na segurança</i>		<i>A turma da boquinha</i>
		- Diferenciação: 2 ministros e um secretário: a Turma da boquinha.
Expurgo do outro		- Expurgo do outro: o PT e seus aliados, o PT, petistas, o Partido
Espécie de clubes de amigos	Outros	
Secretário Nacional de Segurança Pública	Funcionários do Ministério da Justiça	
Clube de amigos	Ministro da Justiça	
	Presidente Nacional do Partido, José Genoíno	

<i>Fogo cruzado na segurança</i>		<i>A turma da boquinha</i>
Elo comum: dossiê, denúncias, irregularidade	Elo comum: queria demitir, investigar.	

Na reportagem *A turma da boquinha* ocorreram as seguintes:

- a) diferenciação: 2 ministros e um secretário - A turma da boquinha;
- b) expurgo do outro: O PT e seus aliados, O PT, petistas, o partido

A fragmentação é utilizada para distinção ou diferenciação entre pessoas capazes de transformarem-se num desafio real aos grupos dominantes. No caso da diferenciação, enfatizam-se as características que os desunem e os impedem de ser um desafio efetivo às relações existentes ou ao exercício do poder; assim, temos a “turma da boquinha”.

Quanto à estratégia “expurgo do outro”, em que se constrói a imagem de perigoso, na reportagem da *Isto É*, isso ocorreu com a construção da imagem do PT e de seus aliados como uma ameaça à moralidade administrativa e, portanto, devemos nos unir contra eles.

Já na reportagem *Fogo cruzado na segurança*, ocorreu somente a estratégia expurgo do outro, com a construção de dois grupos: o primeiro, clube de amigos, envolvido em atividades ilícitas, retratado como mau e contra quem devemos lutar para restabelecer o devido processo no exercício do poder; o segundo, outros, interessado em moralizar a administração pública e a quem devemos nos unir.

III – UNIFICAÇÃO.

É o modo de operação ideológica em que as relações de dominação estabelecem-se e sustentam-se por meio da construção, no nível simbólico, de uma unidade que interligue os agentes sociais sem que sejam integrantes de um mesmo grupo. Pode ser realizada por meio das estratégias de padronização e de simbolização da unidade.

Quadro nº 28: Unificação – Thompson.

<i>Fogo na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
- espécie de clube de amigos: Luiz Eduardo + Chefe-de-gabinete de Luiz Eduardo, Antônio Carlos Blanco + Júlio César Cônsul + Sérgio Borges Andréa + Míriam Guindani + Bárbara Soares. - justiceiros: funcionário do próprio Ministério da Justiça + Ministro da Justiça + o Presidente nacional do partido.	- confusão entre o dinheiro público e o privado: Secretário Nacional de Segurança Pública Bárbara Soares + Míriam Guindani + Bárbara Soares. – opositores à confusão entre o dinheiro público e o privado: O PT e seus aliados + o partido + os petistas + O Presidente Lula

Nos textos analisados, ocorreu somente a estratégia de padronização, pela qual as formas simbólicas se adaptam a um referencial, que se torna fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica. As duas reportagens apresentam dois grupos. O primeiro, ligado à confusão entre o dinheiro público e o privado, cuja identidade coletiva tem o traço do nepotismo, deve ser combatido; o segundo, ligado às estratégias de moralização da administração pública, cuja identidade coletiva possui o traço de luta contra as irregularidades administrativas, deve ser apoiado.

IV – REIFICAÇÃO.

É um modo de operação da ideologia pela qual processos podem estabelecer e sustentar relações de dominação quando retratados como coisas, concentrando a atenção do leitor em certos temas em prejuízo de outros. Ela pode ocorrer por meio de nominalizações ou de passivizações.

Elas ocorreram somente na reportagem *Fogo cruzado na segurança*.

Quadro nº 29: Reificação – Thompson.

<i>Fogo cruzado na segurança.</i>	<i>A turma da boquinha</i>
a) nominalização: A queda (quem derrubou?), do comando do PT (quem são?), vítima (de quem?), trama (quem tramou?), denúncia; b) recursos verbais: avisado (por quem?), beneficiados (por quem/com o quê?), contemplados (por quem/com o quê?), recebendo (por quem/o quê?).	

No caso das nominalizações, o que se percebe é o apagamento dos atores em ações que teríamos como sujeitos ativos outros que não o ex-Secretário e seus “aliados”. No caso das passivizações, segundo Thompson (1995), elas tendem a eliminar contextos espaciais e temporais. Nos nossos dados, percebe-se que isso ocorre: não se sabe quando foi avisado, o período em que os agentes sociais ligados ao ex-Secretário foram beneficiados e contemplados com benesses. Pode-se dizer que a intenção foi a de descontextualizar os fatos para que se tornassem a-históricos.

V – DISSIMULAÇÃO.

É o modo de operação da ideologia por meio do qual relações de dominação se estabelecem ou se sustentam com a sua negação ou o seu obscurecimento, ou com a sua representação de um modo que desvie a nossa atenção. Pode ocorrer de diversas formas, entre elas, pelo deslocamento, pela eufemização e pelo tropo. Pelo deslocamento, uma das formas de dissimulação, as conotações de formas simbólicas, tanto as positivas como as negativas, são usadas para se referir a um determinado objeto, fato, ou pessoa. Com isso, as suas qualidades são a ele(a) transferidas.

Quadro nº 30 – Dissimulação – Thompson.

<i>Fogo na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
a) deslocamento: - agonia, insustentável, detrimento, seu único vínculo, problema, não é verdade, invadiram, ofensiva: conotação negativa. - Sucesso: conotação positiva.	a) deslocamento: - a turma da boquinha, miolo da picanha/boquinha do poder, festa dos petistas: confusão, reza salvou, vermelho de vergonha, boca-de-siri, ressabiado, derrubada, chamuscado: conotação negativa.
b) eufemização: espécie de clube de amigos, rascunho, esboço.	b) eufemização: constrangimento – deslize: confusão entre o dinheiro público e o privado
c) tropo: uso figurativo da linguagem: c.1 sinédoque: – presidente nacional do Partido: comando do PT - Secretaria de Segurança: Secretário Nacional de Segurança Pública	c) tropo: uso figurativo da linguagem: c.1 - sinédoque: – O PT e seus aliados: oposição - ele: Secretaria Nacional de Segurança Pública

<i>Fogo na segurança</i>	<i>A turma da boquinha</i>
c.2 metáfora: agonia - fogo cruzado - espécie de clube de amigos - voluntário	- Presidente: PT c.2 – metáfora::- turma da boquinha: PT e seus aliados – miolo da picanha, boquinha do poder – tirar a boca do trombone, fazer boca-de-siri: não denunciar – trombone, fama, festa – festa dos petistas: confusão entre o dinheiro público e o privado. – deslize, reza, “tramas sórdidas” – vermelho de vergonha, boquinha, boca-de-siri – picanha, chamuscado

Quanto ao deslocamento, nas reportagens analisadas, foram utilizadas formas simbólicas cujas conotações são negativas. O termo “sucesso”, o de conotação positiva, da fala do Ministro da Justiça, foi utilizado para designar um programa não relacionado ao escândalo político.

Quanto à eufemização, estratégia dissimulatória em que as ações são redescritas por meio de formas simbólicas com valoração positiva, verifica-se que os termos “rascunho, esboço” foram utilizadas pelo ex-Secretário. No caso dos outros três termos (espécie de clube de amigos, constrangimento, deslize), apesar de eufemizarem, eles ainda possuem uma conotação negativa.

Temos uma terceira estratégia, a do tropo, que se subdividiu em sinédoque e em metáfora. Pela sinédoque, temos a junção da parte pelo todo: os dados levantados mostram isso. Há uma confusão entre as relações da coletividade e de suas partes. Pela metáfora, fizemos o levantamento de termos de campos semânticos diferentes. Novamente, verifica-se o uso de termos com conotações negativas.

Cabe lembrar que, no caso da nossa análise, o contexto sociohistórico das notícias é o do primeiro ano do Governo Lula, Presidente originário do Partido dos Trabalhadores, cujo discurso sempre se pautou pela luta contra o nepotismo. Portanto, as características lexicais de termos ligados ao ex-Secretário, como “irregularidades administrativas, sem prestar contas ao Conselho, dossiê, denúncia, processos por irregularidades”, ou seja,

termos lexicais com uma carga ideológica negativa, são prejudiciais no campo político.

Sabemos que as leituras podem ser diferenciadas, mas se pode considerar que a leitura geral pode ser a de nepotismo e de quebra do processo devido do exercício do poder. Portanto, o interesse do produtor do signo, na escolha de determinados significantes, enfatizou determinados aspectos do agente social que representam determinados temas.

Como estamos analisando a representação dos atores sociais e, em consequência, a ideologia relacionada a esses atores, consideramos importante abordar a parte cultural relacionada à questão de valores. É a representação dos atores sociais em termos interpessoais, relacionados à avaliação deles.

4.4.3 Aspecto midiático-cultural

Lembramos que, para van Dijk (1997, p. 112), as ideologias são sistemas de cognição social essencialmente avaliativos, que fornecem as bases para avaliação do que é certo ou errado e as diretrizes indispensáveis para a percepção e interação sociais, ou seja, são valores socioculturais, como a Igualdade, a Justiça, a Verdade ou a Eficiência. Como tais, o seu papel não se limita a grupos específicos, pois possuem uma relevância cultural mais abrangente. Segundo o autor, esses valores passam por uma seleção e por uma hierarquização de acordo com a sua importância, em função da posição do grupo e dos objetivos a serem alcançados.

Usaremos o termo “avaliação” para as formas que, explícita ou implicitamente, expressem valores. Segundo Fairclough (2003), entre tais formas, temos as declarações com juízo de valor, que se subdividem em: declarações de fato (períodos *realis*); previsões e declarações hipotéticas (ambos *irrealis*); avaliações com juízo de valor, que são as que exprimem o que se deseja ou não, o que é bom e o que é ruim. Para nossa pesquisa, estudaremos as avaliações com juízo de valor. Elas podem se realizar de várias formas.

No caso em análise, vimos que os significados de frases, as orações, os substantivos, as nominalizações e os adjetivos são alvos possíveis para a expressão de conteúdos que normalmente tomam a forma de conceitos avaliativos. Isso fica mais claro quando se faz uma contextualização do momento e dos envolvidos: como já dito, primeiro ano de governo de um Presidente originário de um Partido que sempre se pautou pela luta

contra o nepotismo. Temos um grupo de pessoas ligadas a ações negativas ou responsáveis por elas - tal incriminação contribui para a imagem negativa -, que têm uma base ideológica, pois levam a uma construção tendenciosa do significado e exprimem posições ideológicas ao responsabilizá-las por tais ações negativas.

Isso pôde ser visto quando da análise textual das categorias analíticas de van Leeuwen: o personagem central (Luiz Eduardo Soares) é o protagonista de uma história de denúncia de nepotismo e, junto com as pessoas a ele relacionadas, são agentes no discurso. Dessa forma, temos, em nível ideológico, a responsabilização e a atribuição dos papéis desses agentes: eles são representados como responsáveis por atos negativos, sendo que o ex-Secretário é caracterizado como o “chefe” do grupo. Essa ideologia está clara na seleção de termos como “sua mulher, mulher de Luiz Eduardo, sua ex-mulher, mulher do ex-secretário, chefe-de-gabinete de Luiz Eduardo, o diretor do Departamento...substituiu Luiz Eduardo como ordenador de despesas”.

Outra forma como as avaliações com juízo de valor podem se realizar é sob a forma de processos relacionais, por meio de algum atributo. Nos textos, ocorreram pelo uso de adjetivos, como “acusado”, “vítima”, “beneficiados”, “contemplados”, “ressabiados”, “vermelhos de vergonha”.

Outro elemento de juízo de valor é o verbo. Nesse caso, temos a seleção de termos como “constrangeram, fez um contrato....com Bárbara Soares, sua ex-mulher, ...beneficiados com contratos....sem prestar contas ao Conselho..., ...recebendo auxílio-moradia...vivendo no Rio de Janeiro..., ...recebeu....devolveu, ...responde no Tribunal..., acomodar na boquinha do poder, constrangeram, nem reza salvou...”.

Temos também a realização por meio do uso de advérbio: no artigo *Fogo cruzado na segurança*, “praticamente”.

Não se pode deixar de mencionar expressões como “constrangimento, denúncia, acusado, irregularidades administrativas, renúncia, tramas sórdidas, confusão entre o dinheiro público e o privado”, entre tantas outras, pois elas, certamente, expressam juízo de valor como sintagmas, não necessitando de um período inteiro para isso. Somente com a leitura delas, o leitor passa já a fazer um juízo de valor.

Concluindo, apesar de os textos analisados estarem redigidos na forma impessoal, sem muitas declarações pessoais, o vocabulário utilizado mostra muito juízo de valor. Portanto, o discurso ideológico dos artigos tem um caráter predominantemente avaliativo:

avaliam-se o ex-Secretário, o Partido dos Trabalhadores, o Presidente de uma forma intencionalmente negativa.

Não se pode afirmar categoricamente o caráter do agente político Secretário Nacional de Segurança Luiz Eduardo Soares. Contudo, a nossa análise permite-nos construir um quadro a respeito da sua identidade social construída pela mídia. Temos o Soares porta-voz, Soares acusado, Soares possivelmente envolvido em processo de nepotismo, Soares casado, o Soares descasado... Temos o Soares na vida pública e o Soares na vida privada. Daí, temos a tensão que todo político deve administrar para se manter na vida pública.

Para finalizar a análise da prática sociocultural, abordaremos o contexto do escândalo brasileiro em geral.

4.4.4 Contexto sociocultural do escândalo brasileiro

Ampliando-se a discussão da importância da situação imediata do evento comunicativo midiático, faremos uma rápida análise do amplo contexto social e cultural do escândalo midiático brasileiro.

Temos uma característica que faz com que o escândalo brasileiro evolua de uma forma única: a conformação da mídia local. No ano de 2003, a situação financeira da mídia nacional era considerada pelos próprios donos do negócio como frágil. Ao contrário de outros países, a mídia como um todo é menos fragmentada, ou seja, há conglomerados nacionais fortes. Tal perfil possibilita a “federalização” do escândalo, em que CPIs e investigações do Ministério Público Federal acabam tendo prioridade sobre mazelas em localidades com menor representatividade, com uma concentração da oferta de informações.

Há o fator cultural, que torna as crises brasileiras diferentes das estrangeiras e faz com que os escândalos de corrupção sejam os preferidos. Isso se reflete em virtude da desigualdade social, reforçada pelo fato de a elite brasileira nunca ter demarcado com o zelo devido a fronteira entre o Estado e os seus próprios negócios. Com a denúncia das demandas, cobra-se o fim dos desvios de recursos com o objetivo de que, roubando-se menos, sobre mais para melhorar as políticas sociais. Contudo, o quadro atual é de um

ambiente de impunidade menor e de uma gincana de denunciamento com o objetivo de derrubar adversários com o fundamento de combate à corrupção.

Portanto, o estudo nos mostra diversos pontos. O primeiro é que uma determinada forma pode ter diferentes significados (ideologias) que dependem do contexto. Enfatizamos as palavras de Fowler (1996) de que uma lingüística crítica deve-se preocupar com a inclusão do conceito da ideologia-na-linguagem, com uma metodologia analítica anexa e com a regularização do estudo das dimensões histórica e contextual. O segundo ponto é que, nas notícias, percebe-se uma atitude cínica em relação às personalidades oficiais retratadas.

Acrescentamos que, segundo Motta (2002, pp. 145-146), na sociedade contemporânea, temos a mídia como uma instituição onipresente, como o principal aparelho ideológico da sociedade mercantil mundializada. Portanto, dentro do processo de produção ideológica, há um “sistema de regras sistemáticas” que “regulam” a produção ideológica no interior das instituições ideológicas e que “regulam” o processo de seleção e a combinação de certos significados (e não outros). Esses sistemas geram uma infinidade de produtos ideológicos, e não são, evidentemente, um código escrito, nem são as normas de redação conscientemente estabelecidas (apesar de permeá-las também). Ao contrário, é um processo muito mais subjetivo e complexo. Ele constitui o meio de produção dos produtos ideológicos da classe dominante. Vimos também que, em tal processo, estão envolvidos outros interesses das instâncias econômicas, políticas e ideológicas, o que torna o nível ideológico um lugar de conflito e de confronto.

Concordamos com Fairclough que discursos, como imaginários, podem concretizar novos meios de ser, novas identidades, pois as formações sociais e econômicas dependem de novos sujeitos. No nosso caso, a tentativa de o Partido dos Trabalhadores ter se colocado como o sujeito da luta contra o nepotismo, contra a corrupção.

Contudo, os textos midiáticos não só exercem uma função ideológica em processos de controle social e de reprodução, mas também mantêm as pessoas informadas política e socialmente. A fim de contribuir para mudanças de valores, culturais e de identidade, eles também operam como mercadorias culturais em um mercado altamente competitivo. No nosso caso, discursos midiáticos de escândalos políticos podem se materializar na fuga ou no acúmulo de votos quando de eleições políticas. Concordamos com Fairclough (2003)

que os efeitos sociais dos textos dependem da produção de sentido.

Com essas palavras, finalizamos a nossa análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Debater os escândalos políticos. Esse foi o cerne desta pesquisa. Ao longo do percurso, vimos que muitas coisas mudaram e outras, não. À medida que pesquisávamos a respeito do tema, a nossa leitura das notícias sobre escândalos políticos mudava. Vimos também que o tema, no ano de 2004, parecia atual à época e continua atual hoje. Aristóteles já discutia a respeito das formas simbólicas dos agentes políticos no exercício do poder.

Um longo caminho foi percorrido nos últimos dois anos e meio, em que definimos o arcabouço teórico, apresentado nos Capítulos 2 e 3, e passamos à análise, apresentado no Capítulo 4. Ao final desse percurso, entendemos ser possível responder às questões de pesquisa propostas nesta dissertação.

A primeira delas: como os meios de comunicação midiática constroem os escândalos políticos? A análise da prática discursiva permite responder a ela. Para tanto, diversos fatores devem ser considerados nas etapas de produção, de distribuição e de consumo do texto midiático, em cujos processos estão envolvidos vários agentes sociais, institucionais ou não, e existem pressões econômicas, sociais, políticas e culturais que levam a escolhas que se baseiam em relações sociais particulares e em relações de poder. No etapa de produção, as notícias sobre escândalos políticos são construídas em um processo coletivo, com diversas rotinas institucionais e submetidas a pressões diversas. Os agentes na sua elaboração tanto podem fazer parte do corpo jornalístico, como não: é o caso das fontes, fato confirmado pela categoria analítica de Fairclough, a intertextualidade manifesta.

Quanto ao processo de distribuição midiática, vimos que há uma enorme dependência dos atores políticos em apresentar a sua imagem e a de seus programas ao cidadão e um quase-monopólio da difusão de informação de representação do mundo social.

Já a etapa de consumo midiático se processa por meio da mediação ampliada, para

receptores diversos em contextos sociais diversos e com níveis de acesso diferentes. Daí, ocorre a mediação estendida com a ação a distância: ação responsiva em contextos distantes, em que não ocorre uma participação reflexiva na quase-interação mediada, mas uma elaboração discursiva da mensagem midiática.

Na construção midiática dos escândalos políticos, verificamos também que a mídia passou por diversas mudanças que afetaram a construção de notícias sobre eles, tais como a sua conversacionalização (detectada pela categoria analítica da interdiscursividade) e a sua marketização, em um contexto de entretenimento e de busca de maiores audiências, em que temos o uso da estrutura narrativa para noticiar os escândalos políticos. Vimos, também, que uma determinada forma simbólica pode sofrer valorização simbólica, que, no caso analisado, era o de diminuir o valor econômico do Partido dos Trabalhadores e o de comprometer os indivíduos envolvidos e as instituições das quais fazem parte. Isso nos leva à questão ética no exercício jornalístico, tema abordado no Capítulo 3. Segundo Noblat (2002), *apud* Rosa (2004, p. 506), no exercício da sua profissão, os jornalistas escrevem a verdade e também cabem-lhes escolher qual será a verdade a ser noticiada. Concordamos com Rodrigues (2003), *apud* Rosa (2003, p. 506), que nenhum jornal ou jornalista é neutro, ponto concluído pela análise da ideologia nos textos midiáticos, pelas categorias sociológicas de van Leeuwen e pelas categorias de modos de operação ideológicas de Thompson (1995).

No caso da ideologia, foram utilizadas as diversas categorias de Thompson nas duas reportagens, o que nos possibilitou ver como os meios de comunicação constroem significados a serviço do poder. Por meio da legitimação, objetivam persuadir uma audiência a sustentar os seus pontos de vista, a fim de diminuir a força de atuação de determinados grupos. Utilizam a fragmentação relacionando, no nosso caso de estudo, o grupo ligado a Luiz Eduardo a atividades ilícitas e, por meio da unificação, constrói-se uma unidade ligada a atividades negativas.

Pelas categorias sociológicas de van Leeuwen, concluímos que os meios midiáticos divulgam valores por meio de avaliações de juízo de valor ao realizarem escolhas lexicais que expressam conteúdo com conceitos avaliativos. Portanto, as notícias de escândalos políticos têm uma base ideológica construída pela escolha tendenciosa de significado,

positiva ou negativa.

Como visto, não se pode negar a dependência dos agentes políticos dos meios de comunicação de massa na divulgação dos seus programas, sendo tais meios considerados uma esfera de representação política. No contexto político, temos o uso do poder simbólico essencial ao poder político, cujo exercício está ligado a recursos que se denomina capital simbólico. Tal capital é acumulado ao longo da vida e é constituído por formas simbólicas.

Isso nos leva à segunda questão da nossa pesquisa: que formas simbólicas estão envolvidas em um escândalo político? Utilizando as categorias sociológicas de van Leeuwen e as analíticas de Fairclough, os resultados nos mostraram que, como as escolhas eleitorais atualmente não mais se realizam com base em ideologia partidária e, sim, com base na política de imagem, as formas simbólicas envolvidas em notícias de escândalos políticos são as relacionadas com o agente político e as relacionadas com o seu capital simbólico. Assim, a identidade do agente político é construída como um efeito dos seus diversos posicionamentos e dos seus vários papéis sociais, com a junção das suas identidades coletiva e individual. Ela é investida de ideologia e a sua construção se dá na língua e por meio dela, em um fluxo contínuo de transformação.

Como dito no início das nossas considerações finais, tais formas simbólicas há muito já eram discutidas: Maquiavel, *apud* Gomes (2004), já ressaltava que a chegada ao poder, a sua manutenção e a sua perda dependem da capacidade de o dirigente político construir o afeto e a opinião dos súditos (no nosso caso, a dos eleitores). Ou seja, a gestão da imagem faz parte da arte de governar. Ele também ressaltou que interessam menos as virtudes reais do que as presumidas: o mais importante é o que o eleitor pensa sobre aquilo que ele acha que aconteceu e não o que realmente aconteceu, ou seja, a atribuição das virtudes e não as virtudes em si. Tal realidade política parece cínica, mas é o realismo político, em que o valor maior é a manutenção do exercício do poder. Como visto, com a sociedade de massa e os meios de comunicação de massa, passamos a ter a política midiática, na qual a comunicação de massa tem um relevante papel para que uma pessoa ingresse no círculo da representação política e para nele se manter. Portanto, os atores políticos “orientam a sua ação para a intervenção comunicacional e calculam o seu sucesso ou fracasso em função dos efeitos, mensuráveis, conseguidos através da comunicação e da

cultura midiáticas” (sic) (Gomes, 2004). No exercício de cargos, conduzem a atividade política por intermédio dos meios de comunicação de massa, buscando oportunidades de sair em fotos e ser divulgados.

Tais fatores são observados na análise textual e na análise sociocultural. Pelas categorias analíticas estudadas (de Fairclough, de van Leeuwen e de Thompson), a arte de governar e de continuar governando está ligada à forma como os meios de comunicação divulgam as formas simbólicas relativas à imagem da vida pública do agente político misturadas com as da sua vida privada: estas são mais enfatizadas do que o aspecto da sua competência para o exercício do cargo. Escolhas lexicais e sociossemânticas são feitas para que se construa uma identidade social negativa ou positiva, com os sentidos das palavras tomando parte de lutas mais amplas, fato confirmado pelas categorias sociológicas de van Leeuwen. Atores sociais são representados de acordo com opções em determinados contextos sociais e institucionais e com os interesses e os propósitos em jogo. Uma aparente inclusão ou exclusão de agente social constrói determinada identidade social para ele; o uso da agregação em um texto midiático pode legitimar uma afirmação midiaticizada. Com isso, provoca-se um rearranjo nos papéis e nas relações sociais dos participantes.

O estudo também enfatizou a importância da mídia e do discurso midiático em amplas relações de poder e em processos ideológicos na sociedade. Formas simbólicas ligadas à imagem pública de um agente político são utilizadas/difundidas pela mídia a fim de se alcançar ou de se manter no poder. As formas analíticas de Thompson mostraram que, pelo uso dos diversos modos de operação da ideologia, pode-se construir, destruir ou manter uma identidade social negativa ou positiva do agente político e das instituições a ele ligadas. No estudo do aspecto midiático-cultural, vimos que as ideologias são valores socioculturais, com uma relevância cultural mais abrangente, e que envolvem juízos de valores. Portanto, escolhas lexicais e ideológicas em representações de atores sociais que tomam a forma de conceitos avaliativos têm uma abrangência muito maior: não só envolvem lutas no âmbito político, mas também lutas no âmbito sociocultural.

Ressaltamos que os resultados da pesquisa nos mostraram que grande parte do significado do discurso tem a ver com o controle ideológico, exercido por meio das representações sociais. Vimos que tal processo tem a ver com a hegemonia e a

universalização, pois, por meio da hegemonia, universalizam-se sentidos particulares a fim de se conseguir atingir e de se manter dominação (Fairclough, 2003).

Ao finalizar a análise, também verificamos que Fairclough (2003) tem razão ao afirmar que a Análise de Discurso Crítica, como uma forma de pesquisa social crítica, pode provocar mudanças sociais ao abastecer as pessoas com recursos que o possibilitem fazer escolhas, no nosso caso, no processo eleitoral, a fim de reduzir problemas sociais e melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. Para tanto, na nossa pesquisa, focalizamos um problema diário, a divulgação de escândalos políticos. Melhor do que compreendermos os fatores envolvidos nessas notícias, o mais importante é termos a possibilidade de resistir a determinados interesses e a de desenvolver alternativas. A importância deste trabalho é o fato de nos conscientizarmos de que, por meio da linguagem, muitos aspectos da vida social estão mudando em virtude de os elementos lingüísticos terem um elemento significativo e crucial das transformações sociais: ninguém pode marcar o sentido delas sem refletir sobre linguagem. Estudiosos como Bourdieu e Wacquant (2001), *apud* Fairclough (2003), já falam em um novo vocabulário com um poder performativo de dar existência às muitas realidades. Acreditamos que as notícias de escândalos têm esse papel, pois elas concretizam e tornam acessíveis vários fatos que antes eram obscurecidos ou ocultos, o que torna possível ocorrer mudanças pessoais, políticas e sociais.

Concordamos ainda com Thompson (1995, p. 416) sobre a importância de se ter uma reflexão crítica, pois ela “atinge os nervos do poder, evidencia as posições dos que se beneficiam e dos que sofrem as relações sociais assimetricamente estruturadas”. Para ele, não deve haver o questionamento se a interpretação é correta, e sim, se determinadas relações sociais são justas e se determinados acordos sociais são merecedores de apoio. Com isso, passa-se a incluir as pessoas que podem estar excluídas das posições de poder, preocupação que todos devemos ter.

Portanto, entendemos que o papel da mídia é essencial no processo, pois fornecem informações e pontos de vista diferentes a fim de que se formem juízos de valor, trazem transparência a opiniões marginalizadas ou excluídas da visibilidade mediada. Também não se pode negar que, na divulgação de fatos e de processos contrários ao devido processo do exercício do poder, a imprensa cumpre um dever ético intransferível, e, que, ao fazê-lo,

a imprensa tem contribuído muito para que o Brasil mude. Por envolverem atos de transgressão e serem expressão de desaprovação moral, as notícias sobre os escândalos políticos fazem com que haja reflexões sobre questões de natureza moral e prática, ou seja, éticas e políticas, o que leva a mudanças pessoais e sociais. O cuidado que se deve tomar é com o efeito cumulativo de um escândalo, pelo qual os escândalos são utilizados para diminuir a credibilidade e a confiabilidade de agentes políticos, principalmente em época eleitoral.

Finalizando, segundo as palavras de Motta (2002, p. 14), “não há poder sem imprensa, nem imprensa sem poder”. Consideramos a nossa pesquisa uma pequena contribuição para o estudo de como os meios de comunicação de massa podem influenciar a luta pela configuração, pela gestão e pela imposição da opinião pública política. Eles podem fazer com que um número expressivo de pessoas (e daí, estamos a falar de uma grandeza demográfica) sinta, adote e produza determinados posicionamentos a respeito de determinados agentes sociais públicos. Ainda há um longo caminho a percorrer!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Roberto. Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação no mundo globalizado). In: MOTTA, Luiz G (org.) *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BONFIM, João Bosco B. Ideologia no discurso da mídia – o poder das palavras e as palavras do poder. In: Motta, Luiz Gonzaga (org). *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz (português de Portugal). 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edingurgh University Press, 1999.

CALDAS-COULTHARD, Rosa; COULTHARD, Malcolm. *Texts and practices – readings in critical discourse analysis*. London: Routledge, London, 1996.

FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Language Awareness*. London: Longman Publishing, 1992.

_____ *Media Discourse*. London: Arnold, 1995.

_____ *Discurso e mudança social*. Tradução de M.I. Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____ *Analysind Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOWLER, Roger. On critical linguistics. In: CALDAS-COULTHARD, Carmem Rosa; COULTHARD, Malcolm. *Texts and practices: readings in critical discourse analysis*. London: Routledge, 1996.

FRANCO, Carlos A. di. *Jornalismo, ética e qualidade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GASKELL, George; BAUER, Martin W. Para uma prestação de contas públicas: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. Tradução de W.

Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KRESS, Gunther. Considerações de carácter cultural na descrição lingüística: para uma teoria social da linguagem. In: RIBEIRO, Emília P. (Org.) *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997.

KRESS, Gunther; van Leeuwen, Theo. *Multimodal Discourse: the modes and media of contemporary communication*. London: Arnold, 2001.

MARTINO, Luís M.S. *Mídia e poder simbólico*. São Paulo: Paulus, 2003. I

MIGUEL, Luis F. O jornalismo brasileiro representa quem? In: *As relações entre mídia e política*. Ano II, nº 6 – 2001. Cadernos do CEAM. Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política. Universidade de Brasília.

MOTTA, Luiz G. Imprensa e poder. In: MOTTA, Luiz G (org.) *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____, Luiz G. Ideologia e processo de seleção de notícias. In: MOTTA, Luiz G (org.) *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: PORTO, Sérgio D. (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, São Paulo: Mercado de

Letras; São Paulo: FAPESP, 1988.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.) *O jornal: da forma ao sentido*. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

RODRIGUES, Malena R. Agendando o Congresso Nacional: do *agenda-setting* à crise da democracia representativa. In: MOTTA, Luiz G (org.) *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ROSA, Mário. *A era do escândalo: lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem*. 3ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet. In: MOTTA, Luiz G (org.) *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SIGNORINI, Inês. Desconstruindo bordas e fronteiras: letramento e identidade social. In: SIGNORINI, Inês (org.) *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1988.

_____ Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade. In: SIGNORINI, Inês (org.) *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1988.

SILVA, Tomaz T. da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SILVERMAN, David. *Doing qualitative research, a practical handbook*. London, Sage Publications, 2000.

SOUSA, Jorge P. *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos média*. Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2003.

TITSCHER, Stefan et al. *Methods of text and discourse analysis*. London, Sage Publications, 2000.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____ *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de W.O. Brandão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____ *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Tradução de P.A.Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VAN DIJK, Teun A. Semântica do discurso e ideologia. In: PEDRO, Emília R. *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, 1997.

_____ *Ideology: a multidisciplinary approach*. London: Sage Publications, 1998.

VAN LEEUWEN, Theo. The representation of social actors. In: In: CALDAS-COULTHARD, Carmem Rosa; COULTHARD, Malcolm. *Texts and practices: readings in critical discourse analysis*. London: Routledge, 1996.

_____ A representação dos actores sociais. In: RIBEIRO, Emília P. (Org.) *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997.

VIEIRA, Josênia A. O papel das práticas de letramento mediadas na reconfiguração da linguagem e na constituição do sujeito. Brasília (no prelo)

TEXTOS ACESSADOS – INTERNET

FAIRCLOUGH, Norman. The dialectics of discourse. Disponível em: www.ling.lancs.ac.uk/staff/norman. Acesso em 11.10.05.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical discourse analysis and change in management discourse and ideology: a transdisciplinary approach to strategic critic. Disponível: www.ling.lancs.ac.uk/staff/norman. Acesso em 11.10.05.